



Mônica Maria Liberato
Lício Valério Lima Vieira

Organizadores

CENÁRIOS, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO



BACKUP BOOKS EDITORA

COORDENADORA DO PROGRAMA EDITORIAL

Suzana Leitão Russo (API/SE)

CONSELHO CONSULTIVO

Irineu Afonso Frey - Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

José Paulo Rainho - Universidade de Aveiro - Portugal

Luísa M. C. Carvalho - Instituto Politécnico de Setúbal - Portugal

Maria Emilia Camargo - Universidade de Caxias do Sul - Brasil

Paulo M. M. Rodrigues - Universidade de Lisboa – Portugal

COMITÊ EDITORIAL (PARECERISTAS)

Ana Eleonora Almeida Paixão

Universidade Federal de Sergipe – Brasil

Angela Isabel dos Santos Dullius

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão - Brasil

Célia M. Q. Ramos

ESGHT da Universidade do Algarve - Portugal

Cristina M. Quintella

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Daniel Pereira da Silva

Universidade Federal de Sergipe

Deise Juliana Francisco

Universidade Federal de Alagoas - Brasil

Fátima Regina Zan

Instituto Federal Farroupilha - Brasil

Gesil Sampaio Amarante Segundo

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil

José Aprígio Carneiro Neto

Instituto Federal de Sergipe - Brasil

Jonas Pedro Fabris

Universidade Federal de Sergipe - Brasil

Lana Grasiela Alves Marques

Fiocruz/RJ - Brasil

Luis Felipe Dias Lopes

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

Maria Augusta Silveira Netto Nunes

UNIRIO - Brasil

Maria da Gloria Bandeira

Universidade Federal do Maranhão - Brasil

Maria Rita de Morais Chaves Santos

Universidade Federal do Piauí - Brasil

Reinaldo Castro e Souza

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil

Simone de Cássia Silva

Universidade Federal de Sergipe - Brasil

Norberto Nuno Pinto Santos

Universidade de Coimbra - Portugal

Vivianni Marques Leite dos Santos

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Brasil

Walter Priesnitz Filho

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

OS AUTORES AGRADECEM O APOIO:

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

MÔNICA MARIA LIBERATO
LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA
ORGANIZADORES

CENÁRIOS, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

AUTORES

Aldo Rezende
Alessandra Conceição Monteiro Alves
Aline Andrade Santos
Ana Karla de Souza Abud
André de Oliveira Alves
Anna Beatriz de Lima Vieira
Cássia Regina D'Antonio Rocha da Silva
Daniella Pereira de Souza Silva,
Donária Coelho Duarte
Edna Castro de Oliveira,
Fabrício Lemos de Siqueira Mendes
Helena Doris de Almeida Barbosa
Isabella Perrotta
Ítala Margareth Ranyol Aben-Athar

Jerisnaldo Matos Lopes
Joab Almeida Silva
José Augusto Andrade Filho
Juliana Ferreira dos Santos
Laís Andrade Batista Cavalcanti
Lício Valério Lima Vieira
Maria José de Resende Ferreira
Maria Vanilúcia dos Santos
Mônica Maria Liberato
Rosiane Valente Palheta
Talita de Jesus Lima
Valéria Lima Guimarães
Viviane Castro



ARACAJU - 2020

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da editora.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

CAPA/FOTOS

Mônica Maria Liberato

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adílma Menezes


Printed in Brazil

Ficha Catalográfica elaborada pela Backup Books Editora

C395 Cenários, Planejamento e Gestão do Turismo. Mônica Maria Liberato, Lício Valério Lima Vieira (Organizadores). Aracaju: Backup Books Editora, 2020.

244 p. Vários autores

ISBN: 978-65-990932-4-1 (on line)

 <https://doi.org/10.47022/backup.books015>

1. Turismo. 2. Ciências Sociais

I. Liberato, Mônica Maria II. Vieira, Lício Valério Lima III. Título

CDU 380.8



Backup Books Editora
CEP 49.035-490 – Aracaju/SE
e-mail: backup.books.editora@gmail.com
www.backupbooks.com.br

Sorte é estar pronto quando
a oportunidade vem.

OPRAH WINFREY

PREFÁCIO

Considerar o turismo na atualidade é abordar questões de ordem teórica e prática que envolvem uma gama considerável de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, ou seja, todo um conjunto de possibilidades. Ademais, o turismo se constitui uma atividade econômica e social muito complexa, ampla e diversificada, com rebatimentos ambientais e territoriais bastante expressivos, cuja compreensão convida vários especialistas a contribuir para seu entendimento, embora já exista há um bom tempo profissionais com expertise nessa área do conhecimento: técnicos, tecnólogos, turismólogos e gestores de turismo.

As ciências humanas e sociais puras e aplicadas, a exemplo da Administração, Geografia, História, Sociologia, Economia e Antropologia, têm contribuído decisivamente com a discussão sobre as categorias analíticas utilizadas no turismo e com o arcabouço teórico para o entendimento maior de suas multidimensões. As dimensões ambiental, territorial, social, cultural, de gestão e propriamente econômica e mercadológica configuram uma abordagem plural do turismo na perspectiva de entender um fenômeno tão caleidoscópico que inclui a viagem, os meios de deslocamento, as políticas públicas de ordenamento, as ações da iniciativa privada, os atrativos naturais e antrópicos, a infraestrutura de apoio, os produtos e a força viva dos lugares de destinos. Fazer turismo envolve assim experiências humanas, toda uma cadeia de infraestrutura territorial, instrumentos de planejamento e gestão e o espaço geográfico. Sem sombra de dúvidas, estamos diante de um dos fenômenos mais relevantes da contemporaneidade.

As vinculações com o mundo do trabalho também devem ser consideradas quando se pensa nos **Cenários, Planejamento e Gestão do Turismo**,

título do livro organizado pela professora MSc. Mônica Maria Liberato e o Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira. Estão de parabéns não somente os dois organizadores do livro, mas também os autores dos onze capítulos, cuja abordagem assume o espírito multifacetado da atividade turística, em sintonia com a vida social e econômica atual e com os pressupostos da proteção ambiental e patrimonial, do respeito à geo e à biodiversidade, sem esquecer os cânones culturais e a natureza.

Numa perspectiva histórica, de um turismo ostentatório e elitista passando por um movimento de massa, convive-se hoje com um turismo mais interativo e voltado para vivências onde as manifestações culturais, a identidade territorial e até as possibilidades entreabertas de autogestão desempenham um papel chave para compreender a atividade, desde os centros emissores até a viagem em si e os impactos de várias naturezas no destino. Em outros termos, assiste-se hoje a uma perspectiva crítica do turismo, a uma nova epistemologia.

8

Na presente coletânea, a multidimensionalidade e a vertente profissional do turismo se revelam nas temáticas abordadas nos capítulos que incluem desde o modelo clássico de turismo de Sol e Praia, ao Turismo Cultural, Educativo e Patrimonial, até a questão do Desenvolvimento Turístico, do TBC (Turismo de Base Comunitária), Gestão Hoteleira e Turismo Religioso Acessível. São exatamente essas as escolhas temáticas do livro, inserindo estudos sobre a realidade de vários estados brasileiros, a exemplo de Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará e Bahia, e também da capital, Brasília.

A formação acadêmica original dos autores também configura um dos indicadores dessa aposta na estatura abrangente da coletânea, uma vez que inclui Turismólogos, Administradores e profissionais de áreas correlatas, como é o caso do Marketing, Gestão de RH, Comunicação Visual e Gestão de Agonegócios. No mesmo diapasão, há capítulos assinados por Educadores, Historiadores, Geógrafos, Biólogos e profissionais de áreas não afins e transversais ao turismo, a exemplo, respectivamente, de Engenharia Química e Ciência da Computação.

Por último, mas nem por isso menos importante, esse prefácio não pode se furtar a tecer algumas breves considerações sobre a Covid-19: como o mercado, os cenários territoriais turísticos, os turistas, o planejamento e a gestão do turismo têm reagido a essa pandemia? No Brasil e em grande parte do planeta, o turismo está entre as atividades que primeiro foram fechadas e entre as últimas a serem liberadas para funcionamento, e assim mesmo com restrições por questões sanitárias. Mas na certeza de que somos criativos, e que nos reinventaremos, como historicamente temos feito, sairemos mais fortes e com mais instrumentos para lidar com esse campo tão relevante e inerente ao mundo atual, em intensos deslocamentos turísticos. Para tal esforço, os caminhos da construção teórica, em sintonia com exigências tecnológicas e com as observações de um mundo plural, parecem dar pistas de quais caminhos trilhar.

Aracaju, ainda na pandemia de Covid-19, em 8 de setembro de 2020.

Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Prof. Titular do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS
Prof. Permanente do PPMTUR (Programa
de Mestrado Profissional em Turismo) - IFS
Prof. Colaborador do PPGE0 (Programa
de Pós-Graduação em Geografia) - UFS

APRESENTAÇÃO

“Não vês que somos viajantes?
E tu me perguntas:
Que é viajar?
Eu respondo com uma palavra: é avançar!”
SANTO AGOSTINHO

A ideia central deste livro é reunir trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras de turismo do Brasil, os quais desenvolveram pesquisas de temas relacionados ao planejamento e à gestão do turismo. O planejamento é importante ferramenta para o desenvolvimento da atividade turística, na perspectiva de valorar os impactos positivos, bem como, reduzir os impactos negativos advindos das ações de incremento e implantação do turismo. Enquanto que a gestão relaciona-se com as estratégias utilizadas para administrar algo, no nosso caso mais específico, administrar um destino, uma localidade, uma empresa, uma comunidade, a fim de se alcançar os objetivos.

O livro **“Cenários, Planejamento e Gestão do Turismo”** explora diversos aspectos do planejamento e da gestão do turismo, com pesquisas de reflexões teóricas, e ainda, aquelas frutos do empirismo. Espera-se, portanto, contribuir para o pensar acerca da produção acadêmica, considerando o suporte teórico-metodológico, exigido para tornar percepções do cotidiano em conhecimento científico. Ademais, deseja-se, ainda, que este livro se torne uma fonte de conhecimento para profissionais, empresários, pesquisadores e estudantes do setor.

A obra é composta por 11 capítulos. Os três primeiros capítulos do livro apresentam discussões acerca do turismo cultural. Desta forma, é possível

encontrar conceitos e elementos que permitem compreender, e até mesmo, reviver os aspectos fundantes do turismo cultural. Para tanto, uma proposta de um roteiro cultural, “Marinete do Forró” para os turistas e residentes de Aracaju/SE, é apresentado no Capítulo 1; seguido por uma breve discussão sobre a dimensão cultural como um diferencial para o turismo de Aracaju/SE no Capítulo 2; e ainda; no Capítulo 3 os autores apresentam considerações sobre o processo da candidatura da cidade do Rio de Janeiro para o título de Paisagem Cultural Urbana junto à Unesco.

Seguindo a obra, tem-se o Capítulo 4, o qual apresenta elementos do potencial turístico da principal ilha do arquipélago do Marajó, a “Ilha do Marajó”, a partir do olhar dos turistas da Praia da Maloca em Portel/PA. Já no Capítulo 5, os leitores poderão conhecer a iniciativa dos docentes do curso técnico integrado em Guia de Turismo do Instituto Federal do Espírito Santo (*Campus de Vitória*), com o programa de extensão “Coletivo Pela Base: Educação e mobilização para o exercício da cidadania”.

12

Nos Capítulos 6 e 7 são discutidos temas relacionados ao planejamento e desenvolvimento do turismo. No Capítulo 6, os autores apresentam reflexões a cerca dos conceitos de planejamento, e no Capítulo 7, uma pesquisa aplicada de demanda turística da 4^a cidade mais antiga do Brasil - São Cristóvão/SE.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade do turismo são apresentados e discutidos no Capítulo 8, e ainda, são apresentadas, neste capítulo, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 15401:2006 e ISO 21401:2018, as quais contêm indicadores de sustentabilidade voltados para o setor hoteleiro. No Capítulo 9, os autores fazem uma análise do crescimento econômico, social e ambiental do turismo de Iraquara/BA.

No Capítulo 10 os leitores poderão conhecer um pouco da história do turismo religioso de Brasília e conceitos a cerca dos aspectos que sustentam o chamado turismo acessível. Neste estudo os autores fazem um diagnóstico sobre a acessibilidade física das igrejas católicas da capital federal, a saber: Catedral Militar Rainha da Paz, Santuário Dom Bosco, Paróquia Nossa Senho-

ra de Fátima, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida e Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Por sua vez, o Capítulo final do livro é um levantamento bibliográfico sobre a importância da Orla de Aracaju/SE, como espaço turístico e de lazer.

Espera-se, portanto, que as leituras, realidades, experiências, percepções expostas nesta obra, possam contribuir pelo aumento do gosto e da delícia de se fazer Turismo, seja enquanto pesquisador, ou ainda, enquanto verdadeiro viajante. Ademais, como dizia Santo Agostinho, “Avance nesta viagem”.

Boa leitura a todos!!

Aracaju, data 09 de novembro de 2020

Prof^a MSc. Mônica Maria Liberato

Professora da Faculdade São Luis de França – FSLF
Grupo Tiradentes

Prof^o Dr. Lício Valério Lima Vieira

Professor do Instituto Federal de Sergipe
Coordenador do Programa de Pós Graduação
de Mestrado Profissional em Turismo PPMTUR/IFS

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
MARINETE CULTURAL: ROTEIRO TURÍSTICO NOTURNO NO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU	17
<i>Itala Margareth Ranyol Aben-Athar; Daniella Pereira de Souza Silva</i>	
DIMENSÃO CULTURAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO DO TURISMO EM ARACAJU	39
<i>Joab Almeida Silva; Viviane Castro</i>	
RIO DE JANEIRO – PATRIMÔNIO MUNDIAL NA CATEGORIA PAISAGEM CULTURAL URBANA: A GESTÃO DO TÍTULO PELO VIÉS DO TURISMO E DA ECONOMIA DA CULTURA	57
<i>Isabella Perrotta; Valéria Lima Guimarães</i>	
O TURISMO NO “MARAJÓ DAS FLORESTAS”: O OLHAR DOS VISITANTES SOBRE A PRAIA DA MALOCA (PORTEL/PA)	79
<i>Rosiane Valente Palheta; Fabrício Lemos de Siqueira Mendes; Helena Doris de Almeida Barbosa</i>	
A EDUCAÇÃO TURÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	105
<i>Aldo Rezende; Edna Castro de Oliveira; Maria José de Resende Ferreira</i>	
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE BREJÃO DOS NEGROS - SE	121
<i>Aline Andrade Santos; José Augusto Andrade Filho; Juliana Ferreira dos Santos</i>	
DEMANDA TURÍSTICA REAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE: A 4ª CIDADE MAIS ANTIGA DO BRASIL	139
<i>Mônica Maria Liberato; Lício Valério Lima Vieira; Alessandra Conceição Monteiro Alves</i>	
NORMATIZAÇÕES DA GESTÃO AMBIENTAL DE HOTELARIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	155
<i>Cássia Regina D'Antonio Rocha da Silva; Ana Karla de Souza Abud</i>	

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE IRAQUARA – BA, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL.....	179
<i>André de Oliveira Alves; Jerisnaldo Matos Lopes</i>	
TURISMO RELIGIOSO ACESSÍVEL: UM ESTUDO NAS PRINCIPAIS IGREJAS CATÓLICAS DE BRASÍLIA	195
<i>Donária Coelho Duarte; Laís Andrade Batista Cavalcanti; Anna Beatriz de Lima Vieira; Talita de Jesus Lima</i>	
PROJETO ORLA: A INVENÇÃO DA ORLA COMO PRODUTO TURÍSTICO.....	225
<i>Maria Vanilúcia dos Santos</i>	
SOBRE OS AUTORES	239

MARINETE CULTURAL: ROTEIRO TURÍSTICO NOTURNO NO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU

ITALA MARGARETH RANYOL ABEN-ATHAR; DANIELLA PEREIRA DE SOUZA SILVA

1 INTRODUÇÃO

O turismo como um fenômeno global, vivenciado por uma parcela significativa da população mundial, estimula o fluxo de pessoas para visitar locais desconhecidos ou já conhecidos e para onde se deseja ou precisa retornar. As motivações são inúmeras, desde o interesse em estabelecer contato com culturas distintas, até deslocamentos motivados pelo descanso, lazer, para participar de um evento cultural, técnico ou científico, ou fazer um tratamento de saúde, por exemplo. Apesar da diversidade de interesses capazes de impulsionar tais deslocamentos, a cultura em especial, seja material ou imaterial, desperta a curiosidade que milhões de pessoas possuem pelo contato e vivência no cotidiano de outras sociedades ou comunidades e, desta maneira, planejam as suas viagens em busca de uma maior familiarização, ou até interação com o modo de vida e a cultura do outro.

Entretanto, do ponto de vista do receptivo turístico das cidades, a diversificação não só dos espaços e lugares que podem e merecem ser visitados, como também das atividades de lazer propostas, precisam ser ampliadas de maneira inovadora e criativa. Cidades competitivas do ponto de vista do turismo, estão permanentemente atentas à diversificação dos seus produtos turísticos em atenção aos perfis plurais de visitantes e seus respectivos interesses.

Em Aracaju, existe um meio de transporte conhecido popularmente como “Marinete”. Ele é uma espécie de ônibus tipo jardineira que tem em seu interior bancos de madeira, revestidos com tecido de chita repleto de estampas coloridas e, no ciclo junino é carinhosamente chamado de “Marinete do Forró”,

pois à sua decoração são agregados elementos alusivos ao período, como balões juninos, chapéus de palha e bandeirinhas. Além da decoração, músicos forrozeiros integram a proposta de passeio turístico gratuito promovido pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, que tem período, duração, local e horário certos para a sua realização, a partir da orla de Aracaju. Até o momento, a Marinete se mostrava sub-utilizada.

Por esta razão, o roteiro “Marinete Cultural” tem como finalidade trazer inovação ao propor uma experiência no turismo que ainda inexistente em Aracaju, que é a de roteiros culturais noturnos pelo centro histórico, explorando a cultura como atrativo de valor material e imaterial, presente nos monumentos, museus e memoriais que remetem ao passado histórico e social do povo sergipano. O roteiro “Marinete Cultural” é fruto da constatação do subaproveitamento da Marinete e, igualmente, do subaproveitamento ou completa falta de uso de alguns equipamentos turístico-culturais do centro histórico de Aracaju no período noturno, momento no qual há uma maior concentração dos visitantes nas opções de lazer da orla do bairro da Atalaia. Tem-se daí que, inevitavelmente, há uma concentração da receita advinda da atividade turística nos estabelecimentos da orla, basicamente compostos por meios de hospedagem, estabelecimentos do setor de alimentação e lojas/feiras de artesanato.

Além do ineditismo que caracteriza o roteiro turístico “Marinete Cultural”, deve-se sublinhar o seu caráter empreendedor na medida em que buscar mobilizar serviços, equipamentos, patrimônio e atividades culturais já existentes no trajeto a ser cumprido pelo roteiro no centro histórico da cidade. Deste modo, o objetivo deste artigo é propor para moradores de Aracaju e turistas que visitam o destino, um roteiro inovador voltado para o turismo cultural denominado “Marinete Cultural: Roteiro Turístico Noturno no Centro Histórico de Aracaju”. A proposta é realizar um *city tour by-night*¹ pelo centro histórico de Aracaju reutilizando o ônibus jardineira a princípio durante às quartas e quintas-feira do mês de junho.

1 “Passeio de reconhecimento efetuado em uma cidade a noite. São roteiros turísticos de menor escala que permitem um melhor conhecimento dos locais visitados. (TAVARES, 2002, p. 36).

O roteiro turístico “Marinete Cultural” por fim, traz consigo a expectativa de tornar realidade, novas oportunidades de diversificação da oferta turística de Aracaju, que atendam aos moradores e aos visitantes, como um serviço regular incorporado à diversidade de experiências e entretenimento possíveis em Aracaju.

2 TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

Sergipe, o menor estado da federação, está localizado no nordeste brasileiro, com uma área de 21.918.443 km² e possui uma população de 2.298,696 habitantes (IBGE, 2019). Tem como a sua capital a cidade de Aracaju, principal núcleo urbano do estado com uma população de aproximadamente 657.013 habitantes distribuída em uma área de 182,163km² (IBGE, 2019).

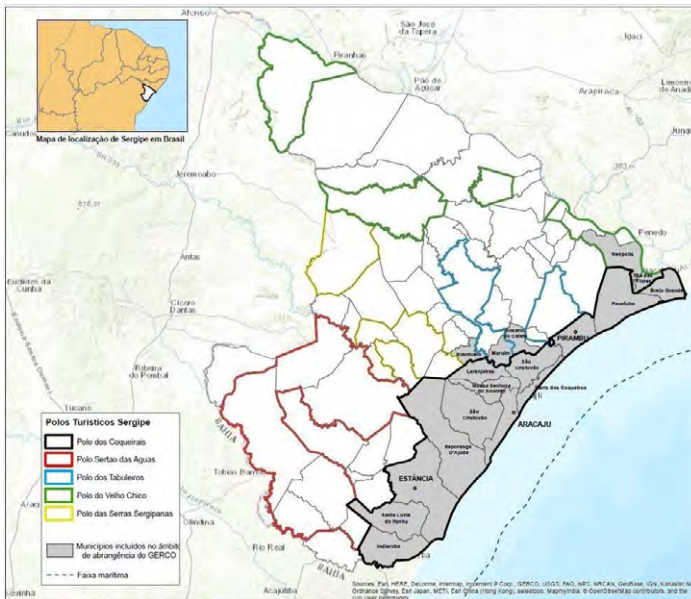
É no centro histórico de Aracaju que está localizada a maioria dos patrimônios materiais tombados e espaços que favorecem o desenvolvimento do segmento de turismo cultural. De acordo com o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2004) a partir da década de 1990, por meio dos recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE I, foram destinados mais de R\$ 53 milhões em projetos de reestruturação urbana para o turismo. Entre estes projetos, estavam a revitalização e recuperação do patrimônio histórico com o objetivo claro de seguir “(...) as orientações estratégicas do governo brasileiro e as diretrizes macroeconômicas de incentivo à indústria turística, com ênfase para a intensificação deste setor de atividade, com geração de empregos diretos e indiretos e melhoria na distribuição de renda” (PDITS, 2013, p. 17).

Segundo Silva (2019), foi a partir das tendências das políticas urbanas contemporâneas em dotar os centros históricos para o consumo cultural e turístico, que se elaborou o projeto de revitalização da área central de Aracaju, transformando-a em um espaço apto não só para a prática comercial, como também para novas formas de ocupação territorial e prestação de serviços. Tais práticas trouxeram para o centro histórico maior visibilidade do patrimônio artístico, histórico e cultural (PINHEIRO 2013). Em Sergipe, essa estruturação aconteceu através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo

Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais (PDITS, 2013). O documento destina-se ao desenvolvimento turístico do referido polo, de acordo com as políticas públicas e com o apoio do Ministério do Turismo.

O documento PDITS (2013), permitiu dividir o estado em cinco regiões e propunha a criação de polos turísticos² assim definidos, o Polo Costa dos Coqueirais, Polo Velho Chico, Polo das Serras Sergipanas, Polo Sertão das Águas e Polo dos Tabuleiros. Desta forma, foram mapeadas as regiões que dispunham de características para o desenvolvimento turístico, no sentido de facilitar o planejamento e as ações nesses polos, baseando-se na infraestrutura existente em cada localidade e em sintonia com a Política de Regionalização do Turismo do MTur (2013). Assim, as melhorias do programa foram refletidas em todas as regiões do estado de Sergipe (Figura 1).

Figura 1 - Polos Turísticos de Sergipe



Fonte: <http://projects.mcrit.com/gerco/index.php/home2/99-home>, 2019.

2 Define-se polos turísticos como “espaços geográficos com vocação acentuada para o turismo com realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo” (PAIVA, 2010, p. 205).

De acordo com o PDITS (2013), a capital Aracaju está inserida no Polo Costa dos Coqueirais e se destaca como centro receptivo por ter a maior oferta turística do Estado, tornando a capital Aracaju um importante destino indutor do turismo para os demais polos turísticos do estado.

O Polo Costa dos Coqueirais desponta com um dos principais segmentos que é o de turismo de sol e praia, lançando Sergipe como uma oferta competitiva e projetando a capital no cenário nacional. Embora esse segmento represente uma fatia importante de mercado, Aracaju vive um momento de diversificação cultural bastante significativo que merece ser aproveitado.

História e cultura costumam estar presentes na escolha dos turistas ao optarem por conhecer um novo destino. Essas motivações formam um conjunto de elementos expressivos e representativos para a valorização da identidade cultural, pois é esperado que o visitante se envolva com os aspectos culturais locais transformando essa vivência em experiência de novas descobertas no destino escolhido. Estas experiências podem ser viabilizadas não apenas pelo patrimônio edificado, mas também por outras formas de representação da relação entre o homem com o meio que o circunda, mediado pela memória e identidade de cada localidade.

O Ministério do Turismo entende que as novas tendências de consumo no mercado cultural do turismo trazem oportunidades para a sua valorização e reconhece, portanto, a necessidade de segmentação e diversificação da oferta para a estruturação e posterior comercialização de novos produtos turísticos baseados, no caso desta pesquisa, na pluralidade de atrativos culturais, serviços, equipamentos e infraestrutura de apoio existente nas regiões turísticas. Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 3), a segmentação “é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado”. É dessa forma que se define o tipo de turismo que será trabalhado na localidade receptora, a partir das atividades e das características que a cidade oferece para atrair os turistas.

Para Panosso Neto (2009, p. 20), é grande a variedade de processos contínuos de segmentação da demanda turística “que determina a aparição de

grupos (nichos) de usuários de serviços turísticos, reunidos de acordo com suas características, preferências, nacionalidades, nível cultural, gosto e na experiência pelo viajar [...]” (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais Segmentos Turísticos

Segmento Turísticos	Descritivo
Turismo Cultural	Oferta de encenações e dramatizações para contar um fato histórico ou curiosidades sobre determinado local.
Turismo de Natureza	Diversificação de atividades que proporcionam contato com a natureza, observação de pássaros, safari fotográfico, trilhas, cicloturismo, contato com comunidades locais, etc.
Turismo de Aventura	Atividades de aventura para toda família (crianças, adultos e idosos), bem como para pessoas com deficiência.
Turismo Náutico	Oferta de produtos para turistas que não possuam embarcação própria: fretamentos, locação e passeio de lancha, caiaque, veleiros, etc.
Turismo de Sol e Praia	Diversificação da oferta de produtos e serviços, clubes de praia, passeios inovadores, mergulho livre e autônomo, cavalgadas, trilhas e caminhadas.
Turismo Rural	Experiência e vivência rural como cavalgada noturna, participação na rotina de campo, piquenique, visitas e degustação em laticínios, alambiques, vinícolas, etc.

Fonte: Elaboração própria, set 2018, com base em informações do MTur (2007).

Na perspectiva da oferta turística, o MTur (2006, p.10), define que o segmento de turismo cultural compreende as “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Desta forma, pode-se afirmar que são vários os segmentos do turismo e as abordagens possíveis de segmentação, porém, quando devidamente identificados estes segmentos, pode-se conferir às regiões turísticas a base primordial para o planejamento do setor e incremento do seu desempenho turístico de maneira profissional. Ainda segundo o Ministério do Turismo (2010, p.61), vale lembrar que os profissionais que atuam no turismo,

(...) não criam os segmentos, apenas identificam e decidem para quais segmentos os esforços de criação e ofertas dos produtos serão direcionados. Este entendimento dos segmentos preferenciais possibilita melhor ordenação dos esforços para atração e fidelização dos turistas.

As localidades turísticas quando definem os segmentos com os quais irão trabalhar, potencializam a diversificação dos seus produtos turísticos e geram incremento no fluxo de visitantes de maneira apropriada. Apesar de obviamente a cultura ser o fator primordial para o segmento de turismo cultural, o desafio é fazer com que a motivação do visitante não esteja somente no atrativo em si ou ligada à contemplação do mesmo, mas fazer com que ele ou ela se sintam parte desse ambiente e que a experiência da visita seja significativa, estimulando-os a retornar outras vezes ao destino ou a recomendá-lo.

Neste panorama, estão os roteiros turísticos que além de possibilitarem a diversificação da oferta turística local, contribuem com o aumento da demanda, e com a ampliação da permanência do turista. Segundo Bahl (2004), a infraestrutura local urbana dá acesso aos serviços e atrativos de interesse turístico. Assim, os roteiros turísticos urbanos são utilizados como forma de apresentar ao visitante os aspectos, traços, características mais representativas e marcantes dos lugares visitados.

O MTur (2007, p.27) estabelece ainda que “roteiro turístico é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”. Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2007), a roteirização possui objetivos e espera resultados, conforme mostra o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Objetivos da Roteirização e Resultados Esperados

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Resultados Esperados
- Estruturar, ordenar, qualificar e ampliar a oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada.	- Fortalecer a identidade regional; - Consolidar e agregar valor aos produtos turísticos; - Identificar e apoiar a organização de segmento turístico; - Ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos.	-Fortalecimento da identidade regional; -Aumento da visitação, da permanência e do gasto médio.

Fonte: Elaboração própria com base em informações do MTur (2007), 2020.

Estão explícitos no quadro acima os resultados esperados a partir da estruturação e qualificação dos roteiros turísticos, que são o fortalecimento da

identidade regional e, conseqüentemente, das regiões turísticas, bem como o aumento da visitação, da permanência e do gasto médio, enfocando a dimensão econômica dos ganhos com a roteirização.

As etapas do processo de roteirização são de grande importância e, para a elaboração do roteiro turístico “Marinete Cultural”, seguiu-se a metodologia do MTur (2007), na qual uma das ações da roteirização é identificar a potencialidade dos atrativos através da oferta turística de forma a torná-la mais rentável. Ainda de acordo com esta instituição, a oferta turística é rentável “quando sua organização é capaz de gerar mais empregos, postos de trabalho e circulação de dinheiro [...]” (BRASIL, 2007, p. 15). Desta forma, na busca pela concretização da roteirização, o MTur definiu 11(onze) passos e procedimentos metodológicos a serem seguidos, bem como listou as atribuições dos envolvidos (Quadro 3).

Quadro 3 - Procedimentos Metodológicos da Roteirização Turística

Passos do processo de roteirização	Fatores integrantes
Envolvimento dos Atores	Poder Público, empresários e a sociedade civil.
Definição de Competência e funções.	Órgãos estaduais de turismo, iniciativa pública e privada, Sindicato de guias de turismo.
Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos.	Categorias: atrativos naturais, atrativos culturais.
Análise de mercado e definição de segmento.	Roteiros definidos em função da oferta turística, e adequados de acordo com as necessidades do segmento turístico específico.
Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos.	Monitoramentos dos impactos positivos e negativos
Elaboração do roteiro específico.	Identificar as condições de viabilidade operacional do produto a ser elaborado.
Levantamento das ações necessárias para a implementação de roteiro turístico.	Análise da infraestrutura de apoio turístico, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, e levantamento das eventuais dificuldades para a implementação e estabelecimento da capacidade de carga.
Definição de preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico.	Definido pela iniciativa pública e privada.
Qualificação dos serviços turísticos.	Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos.
Promoção e comercialização.	Definido pela iniciativa pública e privada.

Fonte: Elaboração Própria com base em informações do MTur (2007), 2020.

Buscou-se, ainda, seguir todas as etapas até onde foi possível considerando-se o estágio da proposta do roteiro e, por esta razão, os itens qualificação dos serviços turísticos e promoção e comercialização estão ainda em fase de construção.

3 METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, realizada através de consultas a livros, artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e *sites* na internet, onde foram pesquisadas obras que versam sobre temas relevantes para as pesquisas como políticas públicas em turismo, roteirização turística, planejamento turístico, segmentação turística e patrimônio cultural. Na pesquisa documental, Dencker (1998, p 125) salienta que “embora os documentos sejam fontes estáveis de dados e permitam levantamentos históricos, o pesquisador deve verificar se realmente são representativos e procurar interpretá-los corretamente”. Logo, foram analisados os documentos oficiais do Ministério do Turismo, especialmente o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil (PRT, 2007) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Polo Costa dos Coqueirais o (PDITS, 2013).

As pesquisas iniciais foram complementadas pelo trabalho de campo. Na pesquisa de campo, Gil (2008) afirma ser necessário garantir que o pesquisador possua autoridade e perícia para dispor do ambiente de forma adequada, além de assegurar que seja exequível a aplicação do fenômeno proposto. Então, foi imprescindível a realização de reuniões previamente agendadas, com os seguintes possíveis parceiros: os gestores dos museus Palácio Museu Olímpio Campos, do Museu da Gente Sergipana e do Centro Cultural de Aracaju; com a Transportadora Progresso (proprietária da “Marinete”); com o Sindicato de Guias de Turismo de Sergipe - SINGTUR/SE; com a gestão pública nominalmente a Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Turismo de Aracaju - SEMICT e a Fundação Cultural Cidade de Aracaju - Funcaju.

4 ELABORAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO NOTURNO “MARINETE CULTURAL”

O turismo em Sergipe se consolidou no segmento de sol e praia, segmento no qual se concentra a maior parte dos passeios ofertados pelas agências de receptivo locais. Essa tendência do turismo de sol e praia se acentuou a partir da década de 1990 com a implantação da orla de Atalaia, momento no qual Aracaju passou a ter roteiros turísticos e vocação para esse segmento, tendo a orla como principal ponto de instalação de equipamentos (SILVA; SANTOS, 2015).

O termo sol e praia não está relacionado apenas ao mar. Ainda na década de 1980 o turismo em outros cursos d'água também teve seu espaço, como nos rios e lagos. Dessa forma, pôde-se perceber ao longo dos anos o crescimento de atividades turísticas relacionadas a alguns rios como o Rio Sergipe e o Vaza Barris que cortam a cidade de Aracaju, por meio da realização de passeios de Catamarã, de passeios nas embarcações “tototós”, e mais recentemente a prática do *stand up paddle*.

É no centro histórico de Aracaju que está localizada boa parte dos patrimônios tombados, portanto, é ali aonde está o maior apelo para que o segmento de turismo cultural possa se desenvolver. Nota-se, porém, a pouca visitação e a falta de aproveitamento do mesmo enquanto produto tanto pelo turismo quanto pela comunidade, apesar dos patrimônios apresentarem bom estado de conservação interna e externa no tocante às suas estruturas além de programas culturais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal/Funcaju, que incentivam a musicalidade, dança, cinematografia e exposições, que complementam a oferta local.

No tocante à visitação aos museus de Aracaju, percebe-se que apesar dos esforços dos gestores dos museus em propagar, junto ao setor empresarial do turismo, o incentivo às visitas dos turistas a estes espaços de educação, lazer e cultura, os agentes de turismo receptivo e alguns guias de turismo ainda não os incorporou em seus roteiros.

Nesse contexto, entende-se que é importante a inclusão da história e da cultura na comercialização do destino Aracaju, possibilitando o uso e o aproveitamento da infraestrutura do centro histórico, já que todos os equipamentos e serviços idealizados para o presente roteiro, encontram-se no sítio urbano da capital, facilitando a sua execução. Espera-se com isso, elevar a competitividade do destino, estimulando novas formas de relacionamento do turista com o patrimônio cultural de Aracaju, mas também do morador em relação ao seu centro histórico, contribuindo assim, para o fortalecimento e promoção da localidade e incentivando a recomendação “boca a boca”.

Vale ressaltar também que os monumentos tombados no centro histórico de Aracaju dispõem de uma legislação específica para a sua proteção, de acordo com a Lei Estadual 2.069 de 28 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a preservação do sítio histórico e arquitetônico do centro (Quadro 4).

Quadro 4 - Bens tombados incluídos no roteiro

Patrimônio	Decreto Estadual
Palácio Olímpio Campos	Decreto nº 6.818, de 28 de janeiro de 1985, inscrição no livro de Tombo nº 01 – Geral fl.8
Prédio do Museu da Gente Sergipana	Decreto nº 6.820, de 28 de janeiro de 1985, inscrição no livro de Tombo nº 01 – Geral – fl.9
Prédio do Centro Cultural de Aracaju	Decreto nº 21.765 de 09 de abril de 2003, inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral- fl. 32
Ponte do Imperador D. Pedro II - Museu de Rua	Decreto nº 21.765 de 09 de abril de 2003, inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral- fl. 32

Fonte: Elaboração própria, 2018, com base em informações da Prefeitura Municipal de Aracaju (2000).

Por sua vez, o sítio histórico e arquitetônico de Aracaju mostra parte significativa da cidade e, dentre eles, são evidenciados os prédios do poder público e religioso, os quais cumprem ainda suas funções administrativas junto à suntuosidade da arquitetura, valorizando assim, a história e a cultura ali representadas. (Fotos 1 a 4).

Foto 1 e 2 - Ponte do Imperador D. Pedro II e Museu da Gente Sergipana



Fonte: Acervo de Itala Aben-Athar, 2018.

Foto 3 e 4 - Palácio Museu Olímpio Campos e Centro Cultural de Aracaju



Fonte: Acervo de Itala Aben-Athar, 2018.

O roteiro noturno traz uma nova forma de operacionalização e operação do ônibus, atualmente utilizado em Aracaju no projeto “Marinete do Forró”, numa parceria da Transportadora Progresso e a SEMICT, que há mais de vinte anos diverte moradores e turistas do mundo inteiro. Portanto, a utilização desse equipamento representa uma peça importante para este roteiro, visto sob um olhar diferenciado evidenciado pela tranquilidade noturna do local, o baixo fluxo de pessoas e veículos nas vias, abrilhantado pelas apresentações culturais de artistas sergipanos e a iluminação dos monumentos.

Até hoje, ainda é comum ouvir muitas pessoas principalmente no interior do nordeste do Brasil, chamar o ônibus urbano de “Marinete”. Segundo Jacques et.al (2014, p. 91) a explicação para esse apelido, é uma alusão ao italiano Filippo Tommaso Marinetti, um poeta e ativista que “costumava ressaltar em seus ma-

nifestos a velocidade, a juventude e o futuro”. Em 1927, a visita desse poeta ao Brasil provocou um grande reboiço no Sul e em especial no Nordeste.

De acordo com Jacques *et al* (2014), na década de 1930, o novo Elevador Lacerda foi inaugurado na cidade Salvador-BA, e o veloz equipamento passa a ser considerado como “futurista”. Nesta época, os bondes estavam sendo substituídos pelos ônibus, que aparecem como uma grande novidade representando o futurismo sob a vanguarda da aceleração e da velocidade, “[...] O bonde era mais tradicional, o ônibus era uma novidade. [...] A turma tinha mais afeição ao bonde, era mais arejado... [...] O bonde era mais demorado, a pessoa que queria um pouco mais de rapidez pegava a marinete. [...]” (JACQUES et.al 2014, p. 89).

O ônibus atualmente utilizado para o projeto Marinete do Forró em Aracaju, pertence a categoria tipo jardineira e chegou a Aracaju, no ano de 1976³, para ser utilizado como transporte público. Porém, por não possuir uma estrutura interna confortável, já que era composta de assentos em madeira que se assemelham a bancos de praças, não agradou ao aracajuano e logo, este veículo foi retirado do serviço de transporte urbano e foi servir a outras finalidades. Mais tarde, precisamente na década de 1990, o ônibus ressurgiu como uma proposta de utilização para o turismo em Aracaju, realizando *city-tour* pelos atrativos turísticos, seguindo o itinerário: orla de Atalaia /centro histórico/orla de Atalaia. (Fotos 5 e 6).

Foto 5 e 6 - Ônibus Jardineira Marinete do Forró/parte interna do veículo



Fonte: Acervo de Itala Aben-Athar, 2018

3 Informações obtidas por meio do departamento de tráfego da Viação Progresso em Aracaju. Acesso em 29. jun. 2020.

A possível consolidação da parceria com a SEMICT possibilitou a melhor familiarização com o funcionamento do ônibus jardineira “Marinete do Forró”, tornando possível a partir da realização do pré-teste, analisar sua operacionalização, adaptar o roteiro atual ao ponto estratégico definido nas paradas planejadas para o roteiro do projeto “Marinete Cultural”. Assim, o itinerário prossegue da seguinte forma: a Marinete sai da orla de Atalaia, numa velocidade de 30 a 40 km/h, e leva cerca de 15 minutos até o primeiro ponto de visita que é o Calçadão Formosa Aracaju. Com mais 10 minutos de percurso, chega-se à segunda parada, o Largo da Gente Sergipana. 20 minutos depois, é a vez do Palácio Museu Olímpio Campos e em seguida, percorre-se mais 5 minutos até chegar ao Centro Cultural de Aracaju, última parada. Em seguida, faz-se o trajeto de volta até a orla de Atalaia, com tempo estimado de 30 minutos.

Neste tempo, foram observados na pesquisa a disposição dos atrativos, a conservação do ônibus “Marinete”, estacionamento nas paradas, bem como foi possível estimar que o tempo total gasto na realização do roteiro, incluindo as paradas, foi aproximadamente de 04 horas. A princípio, sugere-se que o roteiro seja realizado às quartas e quintas-feiras, com início às 18:00h e término previsto às 22:00h. A programação sugere atividades para os dias de quarta-feira (Quadro 5) e quinta-feira (Quadro 6).

Quadro 5 - Programação turística para quarta-feira

Horário	Trajetos/Atividade	Duração/Parada
18h	Saída: Oceanário/ Projeto Tamar orla da praia de Atalaia com destino ao centro histórico de Aracaju.	(15 min)
18h30min	Parada para fotos no Calçadão Formosa Aracaju	
19h	Visita guiada no Palácio Museu Olímpio Campos.	(50 min)
19h50min	Saída para a Praça General Valadão Projeto “Ocupe aPraça”	(1 h)
20h50min 21h	Saída para o Largo da Gente Sergipana (parada para fotos) Retorno à orla de Atalaia	(30 min)

Obs: Caso os passageiros desejem prolongar o lazer em qualquer localidade do percurso, serão orientados a retornar por conta própria.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Quadro 6 - Programação turística para quinta-feira

Horário	Trajetos/Atividade	Duração/Parada
18h 18h30min	Saída: Oceanário/ Projeto Tamar orla da praia de Atalaia com destino ao centro histórico de Aracaju. Parada para fotos no Calçadão Formosa Aracaju (Bairro: Treze de Julho) e Saída com destino ao Palácio Museu Olímpio Campos.	(15 min)
19h	Tour guiado no Palácio Olímpio Campos.	(50 min)
20h	Centro Cultural de Aracaju Apresentação artística e cultural "Projeto Quinta Instrumental".	(1 h)
21h05min 21h30min	Saída para o Largo da Gente Sergipana (parada para fotos) Retorno à orla de Atalaia.	(30 min)
Obs: Caso os passageiros desejem prolongar o lazer em qualquer localidade do percurso, serão orientados a retornar por conta própria.		

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Na sequência, as propostas de roteiro serão analisadas à luz dos possíveis impactos que poderão trazer para a diversificação do produto turístico a partir do roteiro turístico noturno, "Marinete Cultural".

31
...

4 POSSÍVEIS IMPACTOS DO ROTEIRO TURÍSTICO NOTURNO "MARINETE CULTURAL"

Para inferir os possíveis impactos do roteiro turístico noturno "Marinete Cultural" foi utilizada a ferramenta de análise estratégica denominada Matriz SWOT (*Strengths, Weakness, Opportunities and Threats*), conforme mostra o quadro 7. Trata-se de uma ferramenta criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, a análise SWOT estuda a competitividade de uma organização segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Através de quatro variáveis, faz-se a inventariação das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças do meio no qual se pretende atuar quando os pontos fortes de uma organização estão alinhados com os fatores críticos de sucesso para satisfazer as oportunidades de mercado (RODRIGUES, et al., 2005).

Quadro 7 - Matriz S.W.O.T. do Roteiro “Marinete Cultural”

Ambiente Interno	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> · Atrativos culturais; · Equipamentos turísticos conservados; · Acessibilidade; · Vias de acesso com qualidade; · Turistas e comunidade local; · Funcionalidades dos espaços para atrair mais visitantes; · Aproximação dos museus com a comunidade; · Valorização e aproveitamento do centro histórico; · Promoção do destino. 	<ul style="list-style-type: none"> · Pouco aproveitamento do centro histórico; · Desprestígio das atividades culturais no centro histórico (eventos: primavera de museus) etc; · Falta de continuidade das ofertas de roteiro turístico; · Inexistência de roteiros noturnos; · Pouco aproveitamento do centro histórico à noite; · Desprestígio das atividades culturais no centro histórico : Quinta instrumental e Ocupe a praça (Funcaju); · Descaso com artistas sergipanos; · Falta de inovação nos roteiros de Aracaju
Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Parceria: público/privada: trade turístico, SETUR, SEMICT, instituições museais (Museu da Gente Sergipana, Palácio Museu Olímpio Campos, Museu Galdino Bicho, Memorial do Artista Sergipano, Memorial do Poder Judiciário de Sergipe e Museu de Aracaju Prefeito Viana de Assis); · Parceria com as Instituições de Ensino Superior/ IES (UFS e IFS) e Sistema "S": SEBRAE, SENAC, SESC; · A cultura como fator de desenvolvimento econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> · Certa indiferença do trade turístico a roteiros criativos e inovadores; · Aumento do índice de violência e criminalidade no centro histórico; · Crise econômica; · Insegurança em relação às medidas de higiene e proteção dos visitantes e dos prestadores do serviço.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Conforme apresentação da S.W.O.T, foi possível evidenciar os possíveis impactos que o roteiro pode trazer caso seja ou não implementado:

• **Impactos da não realização do roteiro**

A primeira observação que se faz é que há falta de inovação em roteiros turísticos para Aracaju, impactando diretamente na permanência do turista no destino, principalmente os que consomem os atrativos no período noturno. Nesse viés, destaca-se a ausência de opções que beneficiem outras localidades como por exemplo, o centro histórico da capital, carente pela falta de in-

vestimentos em novos projetos culturais que o valorizem. No que se refere aos atrativos e equipamentos a serem visitados e foram propostos neste roteiro, alguns já se prontificaram a fazer parte do projeto, mas não todos, sendo que o ideal é que o roteiro ocorra na íntegra e todos os espaços e atrativos listados integrem a proposta.

No tocante aos bens imateriais, percebe-se a insuficiente projeção e o pouco incentivo à cultura popular sergipana nos projetos municipais. Mesmo quando algumas das dimensões da cultura imaterial são mais acionadas como a musicalidade, a gastronomia e as danças populares, basicamente ocorrem no período dos ciclos festivos. Entende-se que o roteiro “Marinete Cultural” poderá ajudar a incentivar com maior regularidade a presença dos artistas sergipanos nesta iniciativa. Caso contrário, os momentos de maior inserção deles e delas continuará sendo nos ciclos festivos: momesco, junino e natalino.

• **Impactos da realização do roteiro**

Os benefícios advindos da elaboração do roteiro turístico noturno “Marinete Cultural” pelo centro histórico de Aracaju, podem ser a forte aposta em inovação na perspectiva de mudar o cenário atual. Um dos importantes fatores é o aumento na média de permanência do turista na capital, a maior projeção do estado no cenário nacional, a diversificação e inovação de novos produtos ofertados no leque de mercado para produtos turísticos. Muitas oportunidades a partir da implantação do roteiro poderão surgir na geração de renda para a comunidade e os empresários do *trade* turístico, beneficiando integrantes da cadeia produtiva do turismo de Aracaju.

O referido roteiro poderá agregar valor ao centro histórico, e traz um convite para desfrutar da música sergipana por meio do aproveitamento de alguns projetos culturais implementados pela gestão pública sem custo para os participantes, promovendo a preservação e o resgate da cultura. A correta implementação de um novo produto que é o roteiro turístico

noturno “Marinete Cultural”, pode contribuir para o aumento no fluxo e a permanência do turista em um destino. Dessa forma, vê-se que o envolvimento dos atores nesse processo é de fundamental importância para a consolidação de novas perspectivas de inovação em roteiros turísticos para Aracaju. Os gestores do Centro Cultural de Aracaju e da Funcaju ofereceram parceria agregando o projeto “Quinta Instrumental” e o “Ocupe a Praça” ao projeto Marinete Cultural.

Quanto ao Museu da Gente Sergipana, os administradores não descartaram a possibilidade de uma parceria para o futuro. Contudo, colocou à disposição o estacionamento do mesmo para parada da “Marinete”, no momento da visitação ao Largo da Gente Sergipana. No que se refere à SEMICT, os gestores manifestaram interesse na possibilidade de execução do projeto.

Diante do exposto, percebe-se que a operacionalização desta proposta é viável e se apresenta como um roteiro criativo para a cidade de Aracaju, mesmo que seja ainda incipiente nessa modalidade tão desafiadora. Ele contribui com o preenchimento de algumas lacunas que limitam o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento turístico, ao mesmo tempo em que contribui com a manutenção dos atrativos e seu entorno, incitando a revitalização do centro histórico, ampliando o pertencimento dos moradores para com a sua cidade e fortalecendo a autoestima e o orgulho dos sergipanos

34

5 CONCLUSÃO

A elaboração de roteiros turísticos tem possibilitado oportunidades e o desenvolvimento de diversas localidades, como consequência, favorece a movimentação do capital proveniente dos serviços turísticos utilizados que podem trazer benefícios para os moradores da região. É fundamental que gestores e dirigentes dos setores público e privado olhem o turismo sergipano sob o prisma do turista e percebam que existe um grande potencial à disposição para ser explorado no centro histórico da capital. Este é um diferencial ainda adormecido em Aracaju, mas que em algumas das principais capitais nordestinas

segue sendo bem aproveitado e promovido, a exemplo de Recife-PE, Maceió-AL e Salvador-BA, que trabalham com variados atrativos que vão desde música à gastronomia, museus, etc.

A importância e a repercussão de um novo produto dependem muito das ações de *marketing* que serão adotadas para sua promoção. O produto turístico, além de ser analisado pela ótica da sustentabilidade, precisa ser tratado do ponto de vista mercadológico a fim de garantir sua sobrevivência ao longo dos anos e a geração e distribuição de seus bons frutos entre os interessados e apoiadores. Para isso é preciso gerar renda e ser auto-sustentável.

Uma campanha promocional bem estruturada pode alavancar o produto e fortalecer a imagem da localidade na qual está inserida, no caso, Aracaju. Contudo, o conhecimento do mercado turístico e as oportunidades que surgirem precisam ser consideradas pelos gestores. Desta forma, espera-se que as instituições públicas e privadas utilizem destas ferramentas para divulgações do produto em feiras de turismo, *blogs*, *sites*, mídias sociais, imprensa televisiva e rádios, eventos nacionais e internacionais realizados ou não pelo estado de Sergipe.

O centro histórico de Aracaju também é colocado neste contexto, pois se entende que os roteiros turísticos na capital são consumidos durante o dia, deixando o turno da noite carente de atividades como a possibilidade de explorar atrativos, equipamentos turísticos e belas paisagens. Deste modo, foi considerada a formação de parcerias com as instituições museais e órgão públicos, no sentido de garantir a continuidade e a constância da proposta, promovendo a sustentabilidade dos patrimônios culturais do centro histórico no período noturno para, a partir daí, despertar nos demais gestores das iniciativas pública e privada o desenvolvimento do turismo neste local, seguindo o exemplo do inovador roteiro “Marinete Cultural”.

REFERÊNCIAS

BAHL, Miguel, RUSCHMANN, Doris. **Planejamento Turístico por meio da Elaboração de Roteiros**, 2004.

BARROS, Aidil Jesus da Silva; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Avaliação do TCU sobre o Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. Brasília: TCU, Secretária de Fiscalização e Aplicação de Programas de Governo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas** (Ministério do Turismo, Coordenação Geral de Segmentação). Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf> Acesso em 25. mai. 2018.

BRASIL, Ministério do turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil módulo operacional 7. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf. Acesso em: 10. fev. 2018.

BRASIL, Ministério do turismo. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** - PDITS. 2015. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Termo_Referencia_PDITS.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL, Ministério do turismo **regionalização do Turismo**: Diretrizes. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Polo Costa dos Coqueirais**, Revisão do plano de integrado de turismo sustentável, vol. II, versão final do PDITS, 2013 Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf. Acesso em: 09 jun. 2018.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IBGE. Panorama das cidades. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 16.jan. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein, DRUMONT, Luiz Washington Lima, BATISTA, Felipe Caldas, MIGLIANO, Milene, JUNIOR, Osnilo Adão Wan-Dall, FRANÇA, Gustavo Chaves de, ROCHA, Maria Isabel Costa Menezes da, BARBUDA, Amine Portugal, SILVA, Breno e ALMEIDA, Lutero Pröschooldt. **Salvador, CIDADE do século XX:** a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita. 2014. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2014/12/RD14_EX02_Salvador-cidade-do-s%C3%A9culo-XX-a-partir-das-mem%C3%B3rias-de-Pasqualino-Romano-Magnavita%C2%AO.pdf. Acesso em: 25. jun. 2018.

PANOSSO, Neto Alexandre; ANSARAH, Marília G. dos Reis. **Segmentação do Mercado Turístico:** estudos, produtos e perspectivas. Barueri/SP: Manole, 2009.

PINHEIRO, Rafaella Camila dos Santos. **Revitalização urbana e turismo:** o caso do centros histórico. 120 f. Monografia – Núcleo de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

PINHEIRO, Rafaella Camila dos Santos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Revitalização urbana e turismo: o caso do centro histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 275-294, 2012.

Prefeitura Municipal de Aracaju. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju**— Diagnóstico Municipal de Aracaju. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminiar-jul2015/CAPITULO-IV-PATIMONIO-HISTORICO-E-CULTURAL.pdf>. Acesso em: 15.dez.2018.

RODRIGUES, Jorge Nascimento; et al. 50 **Gurus Para o Século XXI**. 1. ed. Lisboa: Centro Atlântico.PT, 2005.

SILVA, Joab Almeida; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Análise da competitividade do turismo no município de Aracaju. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n.2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/viewFile/6887/6147>. Acesso em: 08.jul. 2018.

SILVA, Joab Almeida. **Organização sócio-espacial do turismo de Aracaju/SE:** A Governança como diferencial competitivo. (Tese de Doutorado PPGEO/UFS). São Cristóvão: UFS, 2019.

SERGIPE. **Lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sejuc.se.gov.br/admin/arquivos/63980253432677068443.pdf>. Acesso em 20. jul. 2018.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais.** Brasília/DF: Technum Consultoria, 2013.

TAVARES, Adriana de Menezes. **City Tour.** São Paulo: Aleph, 2002.

DIMENSÃO CULTURAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO DO TURISMO EM ARACAJU

JOAB ALMEIDA SILVA; VIVIANE CASTRO

1 INTRODUÇÃO

O turismo é inegavelmente um fenômeno que interfere na organização, produção e desenvolvimento do espaço. As transformações espaciais por ele causadas impactam nas paisagens e no uso dos recursos naturais, sua organização prevê a adequação e instalação de equipamentos públicos e privados para atração de fluxos de visitantes, podendo alterar a realidade dos lugares onde se processa.

Lugares concentradores de fluxos turísticos e equipamentos que os sirvam, quando organizados, podem criar e manter indicadores de crescimento em escala positiva, mas frente a este aumento surgem novos conflitos e dúvidas sobre a participação de grupos empresariais externos junto às comunidades receptoras e a participação destas comunidades nos empreendimentos e serviços ofertados aos turistas, buscando uma organização mais endógena, menos influenciada por agentes externos.

Para entender a complexidade do fenômeno turístico é necessário analisar pontos de convergência entre os principais agentes econômicos envolvidos, as empresas, os turistas, os governos e as comunidades. Iniciando esta análise pela estruturação de diretrizes políticas fruto das políticas públicas de turismo no Brasil é possível observar a descontinuidade metodológica de foco da atuação, ora sendo o município, ora a região, noutra momento o território, noutra o destino turístico.

Essa incapacidade da política pública organizar um foco de atuação culminou na falta de planejamento das bases locais, da maioria dos municípios

turísticos, que termina por enfraquecer a expectativa por uma organização mais endógena como desejado. Destarte, este artigo pretende analisar a capacidade instalada na base local, no destino turístico, tomando por referência a dimensão cultural como diferencial competitivo no município de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Para tanto, foi realizada breve contextualização dos conceitos fundantes do turismo, de competitividade e, influência do turismo na organização espacial, tendo a cultura como alternativa de diversificação da oferta turística num destino considerado indutor do desenvolvimento para sua região, o Polo Costa dos Coqueirais.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Na perspectiva de explicar melhorias na organização espacial do turismo e maior aporte de manifestações endógenas no seu desenvolvimento, a pergunta norteadora deste artigo é:

Aspectos culturais podem servir de diferencial competitivo para um destino turístico?

Objetivo: Analisar aspectos culturais como diferencial competitivo para o turismo no município de Aracaju.

3 METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa, foram adotadas as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico, em que foram consultados autores que abordam o tema, como *Crouch e Ritchie* (1999); *Evans e Johnson* (1995), *Fonseca* (2005), *Porter* (2003), entre outros; pesquisa secundária, tomando-se como base os relatórios anuais dos estudos de competitividade do destino indutor do turismo em Sergipe no período de 2008 a 2013, realizados pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV e Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro empresas – SEBRAE; Posteriormente realizamos análise comparativa dos índices com as

demais capitais brasileiras inseridas no projeto quando discutimos a evolução de atividades culturais por meio de reuniões presenciais com gestores da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo – SEMICT, órgão oficial de turismo no município.

A dimensão cultural é analisada a partir de três variáveis apresentadas no estudo supracitado: produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico-cultural e estrutura municipal para apoio à cultura. Pretende-se com estas informações colaborar com agentes públicos e privados do turismo no entendimento do estudo de competitividade do turismo como ferramenta de apoio ao planejamento do setor. Este artigo é fruto de atividades desenvolvidas no projeto de Extensão Competitividade do Turismo de Aracaju, desenvolvido por meio do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.

4 ENQUANTO O TURISMO TRANSFORMA ESPAÇOS, OS GOVERNOS TENTAM ORIENTAR SUA ORGANIZAÇÃO

41

...

O turismo influencia o espaço onde se insere, portanto o desenvolvimento da atividade deve buscar a preservação deste espaço como um todo, pois é a partir dele que a atividade se expressa.

Explica Mazaro (2006, p. 200) que *“Como cualquier otra actividad practicada en escala, el turismo es potencialmente muy influyente sobre la sociedad, el ambiente y la economía local”*.

Desta forma o desenvolvimento deve estar fundamentado no planejamento e gestão adequados àquela localidade, que irão orientar ações utilizando os recursos de forma sustentável.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma

como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2002, p.63)

O espaço turístico o local onde ocorre a atividade turística é preciso compreender que esta atividade, conforme ressalta Rodrigues (1999, p. 62) “deveria preservar a sua fonte de lucro e renda; contudo, como todas as atividades do modo e produção capitalista, destrói as próprias condições de produção. E muitas questões poderiam ser analisadas a partir do ideário do chamado desenvolvimento sustentável”.

Partindo deste pressuposto, é inegável a necessidade de organização e estruturação do destino conforme salienta Falcão (1999, p. 65) que “A estruturação e qualificação do lugar propiciam a sua acessibilidade aos mercados de consumo, sejam elas diretamente promovidas pelos agentes ligados ao setor por meio de equipamentos urbanos de transporte ou diretamente, pela infraestrutura e equipamentos urbanos coletivamente utilizados tais como estradas portos, aeroportos, etc.” *Siviero* (2005, p. 08) ressalta que “a organização do espaço turístico requer uma crescente racionalidade, que deve estar apoiada em um processo de planejamento dotado de ações responsáveis e de objetivos previamente estabelecidos”.

Considerando o apoio das políticas públicas na organização do espaço turístico, ainda na década de 1990 o foco também foi o território, com as negociações do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) dirigido inicialmente à região Nordeste do Brasil, apoiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, tendo como agente financeiro o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesta ocasião foram criados os Polos de desenvolvimento turístico, numa perspectiva de clusters de turismo, para fins de planejamento chamados de região turística e circuitos turísticos, mas podem ser caracterizados como territórios pela apropriação de áreas de função turística, pela presença de equipamentos de apoio ao turismo, ou por se tratar de lugares concentradores de fluxos turísticos, a estes

territórios foram dirigidos numa primeira fase recursos da ordem de U\$S 800 milhões.

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, surge o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) como macro estratégico no Plano Nacional de Turismo (PNT), onde o foco era a região, agora como área de planejamento da política nacional e com objetivo de superar a priorização de municípios já estruturados para o turismo, oportunizando um desenvolvimento descentralizado. Não obstante aos problemas de cumprimento das suas etapas executivas, o insucesso do PRT pode ser caracterizado pela dependência, também histórica dos agentes econômicos do turismo em relação ao Estado, de modo que etapas essenciais como a criação de instâncias de governança do turismo, geralmente só foram possíveis quando viabilizadas pelo próprio Estado, conseqüentemente sendo desarticulada a qualquer tempo em que o Estado não tivesse interesse na mobilização e articulação dos agentes produtivos do turismo.

Em 2008, sem definição clara de superação da região como área de planejamento, foi criado o Projeto Destinos Indutores do Turismo no Brasil, conduzido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ainda que mantendo o PRT como macro estratégico, notadamente o projeto Destinos Indutores orientou para as Unidades da Federação uma política onde o foco era o destino turístico capaz de induzir o desenvolvimento de uma região, produzindo a interpretação de que o foco da política era novamente o município. Não obstante, as constantes mudanças no Ministério do Turismo não permitem que a política tenha continuidade, não sendo possível afirmar atualmente se a decisão da união é por orientar o desenvolvimento por meio de regiões turísticas ou pela estruturação de destinos indutores de turismo, ou ainda, pelo melhor cenário que seria a compatibilidade em ambos, considerando que são historicamente definidos pelo turismo brasileiro.

Esta indecisão de estratégia da política nacional do turismo rebate nos municípios com a liberdade de escolha por qual caminho seguir, de modo a

não cumprirem etapas básicas de organização do destino como inventariação da oferta, planejamento de ações e estratégias de promoção e monitoramento do desenvolvimento, com isso, temos municípios sem foco de desenvolvimento turístico e com fortes tendências ao declínio.

5 COMPETITIVIDADE DO DESTINO TURÍSTICO

Compreender e explicar a competitividade no turismo é um desafio, primeiro porque as referências sobre o tema vêm das ciências econômica e da administração sugerindo melhorar a capacidade de oferta frente aos concorrentes, mas quando se trata de aplicar esse posicionamento numa atividade que tem como característica de oferta um produto intangível que pode agregar variados aspectos do lugar, a ideia de objetividade e parâmetros de comparação é rapidamente superada. Por isso tentamos explicar a evolução do conceito de competitividade de destinos turísticos e sua aplicação.

44

Santos (2000) alerta para uma possível perda de identidade dos lugares gera pela competitividade, porque há uma valorização dos elementos econômicos e de mercado, em detrimento aos elementos humanos e coletivos.

Um exemplo é a cultura. Um esquema grosseiro, a partir de uma classificação arbitrária, mostraria, em toda a parte, a presença e a influência de uma cultura de massas buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular; mas também, e paralelamente, as reações desta cultura popular. Um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades. Sem dúvida, o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural. (SANTOS, 2000, p. 70)

Outra perspectiva relevante:

A composição de um destino turístico (que é formado por várias empresas encarregadas de desenvolver atividades ligadas ao turismo) remete a uma situação inerente a qualquer tipo de empreendimento que possua diversas empresas que busquem um espaço para oferecer seus produtos e serviços, que é a concorrência, que não será objeto de estudo neste artigo. Apesar disso, não há como se ignorar o fato de que quanto maior o número de empresas envolvidas, maior a necessidade de que estas sejam competitivas para que possam permanecer ativas no mercado". (VIANNA; ANJOS, 2012, P.49)

Assim como as empresas, os destinos turísticos também são estimulados pelo mercado e pela competitividade, dependem de ter êxito diante de seus concorrentes para serem competitivos. *Petrocchi*, (2009, p. 03) "Para que um destino de turismo seja bem sucedido, é preciso estar comprometido com a missão de atrair, encantar e manter turistas como clientes."

Os novos tempos desafiaram o turismo, pois a competitividade passou a definir o êxito de um destino turístico em se manter no mercado frente aos seus concorrentes. Nesse sentido fatores como planejamento, gestão e qualificação, poderiam ser fortalecidos tornando os serviços e produtos turísticos mais competitivos. Para atender a essa nova demanda de mercado era preciso visão inovadora e com novos procedimentos de organização, para tanto diversos estudos sobre competitividade turística ganharam atenção da academia.

Buscando o desenvolvimento da atividade os estudos se ramificaram em diferentes abordagens e a partir de ferramentas de medição da competitividade turística em seus diversos aspectos.

A competitividade de destinos turísticos pode ser definida, como um conceito multidimensional, que requer a superioridade em diversos aspectos para ser obtida. É um conceito dinâmico e para acompanhar o complexo processo concorrencial, os destinos turísticos são pressionados pelo desafio de se manterem competitivos frente ao mercado. (RUIZ; GÂNDARA, 2012, p. 04)

Outros autores verificaram em seu estudo que

Os primeiros estudos sobre competitividade eram voltados para as empresas, analisando as estratégias das mesmas para desenvolverem a competitividade (Ritchie Crouch, 2003; Dwyer e Kim, 2003), com destaque para o pioneirismo de Porter (1989). Os estudos sobre competitividade voltados para as destinações turísticas surgiram a partir de Porter (1989), Beni (1993), Ritchie e Crouch (2003), Dwyer e Kim (2003) e Mota, Vianna e Anjos (2013), há pouco mais de uma década. (VIANNA e STEIN, 2015, p. 475)

Autores como Ruiz e Gândara (2012) também fizeram um resumo cronológico da evolução do estudo sobre competitividade turística onde relatam que no início foi definido como a capacidade do destino de manter-se no mercado e melhorar com o tempo, adicionou ao conceito a sustentabilidade e a prosperidade econômica dos moradores. Os primeiros estudos tinham focos específicos em um ou dois fatores, os primeiros focaram no preço, outros focaram nos atributos da imagem ou nos atrativos do destino. Alguns pesquisadores se voltaram a desenvolver metodologias para medição da competitividade de um destino turístico, outros autores também desenvolveram sistemas compostos com focos holísticos.

De acordo com Chiavenato (2007, p. 117), na busca pela vantagem competitiva, “a essência da estratégia reside na criação de uma posição única e valiosa, que envolve a escolha de um arranjo interno de atividades. Tal arranjo permitirá à empresa diferenciar-se de seus concorrentes para oferecer algo que eles não conseguem fazer”.

Para além de buscar diferenças de oferta em relação aos concorrentes, a competitividade proposta aqui busca a identificação profunda da oferta de um destino, mais que equipamentos e serviços, as manifestações culturais e os usos dos recursos naturais que podem ser tão diferentes de um lugar para outro. Portanto, uma competitividade que parte do autoconhecimento, das peculiaridades e originalidades do lugar, que por si, poderá significar o diferencial tão buscado na competitividade, mas neste caso, sem tanta dependência de se comparar ao concorrente.

6 SINERGIA DA CULTURA E TURISMO GERANDO COMPETITIVIDADE

A cultura é utilizada como elemento de atratividade turística na apreciação do outro e na experiência humana, apresenta um viés integrador promovendo impacto positivo nos destinos turísticos desde que a atividade turística promova a sustentabilidade, dado que o produto a ser consumido neste caso é a cultura, os visitantes só buscarão este destino se sua cultura possuir peculiaridades e estiver preservada. Para Brasil (2013) “É sabido que os turistas têm predileção pelo que é original e singular, e que por isso os bens culturais e naturais exercem sobre eles forte atração. Essa circunstância pode ser aproveitada para potencializar as expressões culturais locais e conservar as belezas naturais, desde que o turismo seja também ele sustentável”.

Neste sentido a cultura contribui significativamente para a competitividade de um destino turístico desde que haja coesão entre atividade turística e a cultura, pois de acordo com o OECD (2009, p. 24) *“Los lugares más exitosos son os que puede crear una sinergia positiva entre cultura y turismo. Pero esta sinergia no ocorre automáticamente: se tiene que crear, desarrollar y administrar.”*

O patrimônio cultural de um povo para o IPHAN (2012, p. 12) “é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo”.

O Manual de Orientações Básicas para o Turismo Cultural, publicação do Ministério do Turismo identifica que o patrimônio cultural material

[...] é constituído de bens culturais móveis e imóveis. No primeiro caso, encontram-se aqueles bens que podem ser transportados, tais como os livros e as obras-de-arte e, no segundo, os bens estáticos, tais como prédios, cidades, ruas etc. e possuem instrumento específico de proteção. (BRASIL, 2008, p. 27)

As novas motivações de viagens na atualidade estão focadas nas experiências e se materializam em forma de roteiros onde o patrimônio cultural é o atrativo turístico e o bem mais apreciado pelos turistas. Para Pinheiro (2014, p.03) “o turismo surge como fator central nas novas dinâmicas identitárias e patrimoniais”.

Diante de toda essa ramificação da cultura, se um destino é capaz de inventaria-la, pode promover sua economia criativa à medida em que a insere no turismo, possibilitando a diversificação de produtos existentes, criando outros e assegurando competitividade a partir de elementos específicos das manifestações do lugar.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise da dimensão cultural no turismo de Aracaju toma por base o índice de competitividade do turismo nacional, desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), atualizado anualmente desde 2008. A edição 2015 trouxe considerações relevantes sobre o avanço da dimensão aspectos culturais, rendendo para o destino o prêmio destaque nacional, sobretudo pela recuperação de prédios do patrimônio histórico para uso turístico (BRASIL, 2015).

48

De acordo com Brasil (2015, p.50) entre os aspectos avaliados nesta dimensão que favoreceram o resultado final, estão a existência de uma associação de artesãos, grupo artístico de manifestação popular tradicional – fator que ajudam a preservar as tradições locais. Constatasse também a forte presença de patrimônio cultural, tendo em vista que abriga bens tombados como patrimônio histórico ou artístico. A maioria destes bens se constitui em atrativos turísticos para Aracaju. No que se refere à estrutura para a gestão pública da cultura, o destino integra o Plano Estadual da Cultura mas não foi identificado um plano municipal. Aracaju participa do Conselho Estadual da Cultura de Sergipe e conta com um conselho municipal de cultura ativo e com um fundo municipal de cultura. Por fim, ressalta que o destino integra o grupo dos que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Para visualizar o posicionamento do destino Aracaju em relação as capitais do Brasil, foi adaptada a tabela 1, demonstrando a evolução das treze dimensões consideradas no estudo de competitividade do turismo, com destaque para aspectos culturais.

Tabela 1 - Aracaju, consolidação dos resultados dos índices de competitividade do destino indutor do turismo no período de 2008 a 2015

Dimensões	Capitais						Aracaju					
	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2008	2009	2010	2011	2013	2015
Total Geral	59,5	61,9	64,1	65,5	66,9	68,6	52,4	56,4	60,1	62,7	62,8	64,0
Infraestrutura geral	70,5	71,3	70,5	75,8	75,4	76,0	70,7	67,0	66,7	67,7	78,0	81,3
Acesso	66,9	69,9	69,9	74,0	74,9	75,4	63,6	67,9	69,9	72,9	76,5	70,0
Serviços e equipamentos turísticos	56,8	59,4	56,1	64,1	69,1	72,3	39,3	41,8	39,3	60,9	62,4	67,8
Atrativos Turísticos	56,6	58,5	55,8	61,3	62,9	64,0	56,9	58,4	56,9	54,2	53,9	57,6
Marketing	46,3	47,5	46,3	50,0	50,1	53,5	46,8	42,1	46,8	48,4	55,3	47,9
Políticas Públicas	55,7	58,7	55,0	61,3	62,1	63,9	59,4	61,9	59,4	75,7	60,0	60,4
Cooperação Regional	42,9	47,1	48,6	47,7	44,2	47,6	51,4	52,6	62,7	57,5	47,6	59,2
Monitoramento	42,1	41,8	41,6	44,3	45,1	44,6	22,5	29,5	22,5	44,8	27,0	33,0
Economia Local	64,7	67,6	64,7	70,6	75,4	77,2	39,0	49,8	39,0	60,2	61,5	64,5
Capacidade Empresarial	72,1	78,1	72,1	85,1	86,0	86,7	44,3	81,4	44,3	92,2	84,4	86,8
Aspectos Sociais	62,3	63,1	62,5	64,7	63,1	64,2	63,6	62,6	63,6	64,2	57,5	54,3
Aspectos Ambientais	63,8	67,7	62,6	72,7	73,5	74,9	45,8	50,4	45,8	52,1	64,4	70,7
Aspectos Culturais	61,4	63,0	60,2	66,2	66,4	73,1	62,0	55,2	62,0	55,7	60,8	62,4

Fonte: Adaptado pelos autores com base nos relatórios anuais de competitividade do turismo, 2017.

Baseado na análise dos relatórios analíticos no período de 2008 a 2015 foi possível observar que o destino Aracaju saiu de um índice geral de 52,4 para 64,0 com destaque para as dimensões de capacidade empresarial pelo aumento das empresas de serviços turísticos, aumento de leitos e oferta de cursos de capacitação profissional; na infraestrutura geral pela construção de pontes ligando a capital ao litoral sul do estado e recuperação de rodovias. Estas dimensões tendem a continuar crescendo em razão dos investimentos previstos durante a execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODE-

TUR em fase de contratação de projetos executivos. Ainda assim é notório que Aracaju possui uma média menor que a das capitais, embora maior que a média nacional.

A dimensão objeto deste artigo, aspectos culturais, apresentou em 2015 a maior média no período analisado, este resultado considera fatores contributivos indicados no relatório analítico Brasil (2015) como a presença de culinária típica – dentre os principais representantes estão a fritada de caranguejo, mangaba, amendoim cozido, carne de sol com pirão de leite – reconhecida e divulgada no destino; Existência de manifestações religiosas no destino – Festa do bom Jesus dos Navegantes, Festa de São João, dia de Nossa Senhora da Conceição, lavagem das escadarias, com as oferendas, Festa de Santo Antônio com a bênção dos pãezinhos; Presença no destino de órgão com atribuição de coordenar e incentivar a cultura local – Fundação Cultural Cidade de Aracaju; Existência de Conselho Municipal de Cultura ativo no destino. Entre os desafios enfrentados estão: Inexistência de Política Municipal de Cultura que, entre outros benefícios, poderia ajudar a manter um calendário de manifestações culturais; ausência de legislação municipal de fomento à cultura; inexistência de fundo municipal de cultura efetivo.

Para detalhar a análise da dimensão de aspectos culturais, o estudo de competitividade considera como variáveis: produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico e cultural e estrutura municipal de apoio à cultura. Para cada uma destas variáveis foram analisadas as condições presentes no destino Aracaju.

Na variável produção cultural associada ao turismo, é analisada a existência de expressões culturais em aspectos relacionados com a ocorrência de atividades artesanais e culinárias típicas e os respectivos reconhecimentos pela comunidade e por guias de viagem como é o caso da feirinha da Orla Pôr do Sol, Feira da Associação de Artesãos da Orla de Atalaia e Feira da Associação de Artesanato e Alimentos Típicos da Orla de Atalaia - Aratip, entre outros. Além desses, apura-se a existência de grupos artísticos de manifestação popular e o reconhecimento, com base na frequência de suas apresentações nas esfe-

ras regional, nacional e internacional, com destaque para os grupos de teatro Imbuça e Raízes, e as bandas musicais Naurêa, The Baggios, Coutto Orquestra e SandyAlê. Outro importante elemento considerado para a avaliação da competitividade é a existência de eventos culturais tradicionais no destino, associados ou não ao turismo, de modo a destacar o Festival do Caranguejo, Festejos Juninos com a Vila do Forró, uma cidade cenográfica montada no período junino, além do *Reveillon*, ambos permitindo a interação entre visitantes e população local. Sobre a existência e a efetividade de tradições culturais evidentes e típicas do território e de manifestações religiosas preponderantes e evidentes, destaque para a festa de Bom Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Conceição. Por fim a existência do Centro de Arte e Cultura de Aracaju, Galeria de Artes J. Inácio, Galeria de Arte Álvaro Santos, Espaço Semear. Teatro Atheneu, Teatro Tobias Barreto e Teatro Lourival Baptista, além do Teatro da Universidade Tiradentes, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Estádio Batistão, Palácio Museu Olímpio Campos, Memorial Zé Peixe, Centro Cultural – Antiga Alfândega e Museu da Gente Sergipana que além do conceito de interatividade mantém agenda cultural diversa com atividades durante todo ano.

Na variável patrimônio histórico-cultural, são considerados elementos relacionados com o patrimônio material (bens, obras, edificações e conjuntos urbanos) e imaterial (conhecimentos, processos e rituais). Verifica-se a existência de manifestações em danças como Reisado, Chegança e Zabumba. Conta com significativas construções históricas em estilos gótico, neo-clássico e eclético, duas obras importantes de recuperação pelo IPHAN são o Complexo Ferroviário e a Praça dos Expedicionários; o Instituto adquiriu a Casa de Aracaju onde instalou a Superintendência Regional. Observa-se ainda a efetivação do registro de tombamento (órgãos municipais, estaduais, ou federal) constituindo-se em atrativo turístico. Em última instância, ainda se verifica se o destino é detentor de patrimônio cultural da humanidade, reconhecido pela UNESCO.

Considerando a estrutura municipal para apoio à cultura percebe-se a força da administração municipal com um órgão executivo para a cultura, Fun-

dação Municipal de Cultura de Aracaju, mas ainda carente de instância de governança da cultura para o devido monitoramento do Plano Municipal de Cultura. Integra o Conselho Estadual da Cultura e tem ações previstas no Plano Estadual da Cultura. Sobre o turismo cultural ainda é pouco observado nas políticas municipal ou estadual de cultura e turismo, demonstrando carência de compatibilidade entre os setores. Sob o aspecto de diversificação da oferta turística, a quantidade de equipamentos e eventos culturais surpreende, mas não foi identificada nenhuma estratégia de segmentação voltada para a cultura. Outrossim, o uso dos equipamentos culturais nos roteiros turísticos se estabelece de modo incipiente, permitindo novas formatações e aproveitamento das programações culturais nos roteiros/produtos turísticos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

52

Nesse contexto da competitividade como a capacidade instalada para gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao turismo, fica evidente a necessidade de diversificação da oferta turística por meio da adequação dos roteiros existentes ou estruturação de novos. A consequência apontada por esta diversificação é uma experiência positiva para os turistas. A dimensão cultural se configura como saída para criar este diferencial, seja pelo patrimônio imaterial representado nas manifestações locais, pelo patrimônio histórico e artístico ou pela estrutura municipal de apoio à cultura.

Ao longo do período estudado, Aracaju apresenta pequena evolução na média geral de competitividade de acordo com o índice de competitividade do turismo nacional desenvolvido pela FGV e ainda em posição abaixo da média das capitais, todavia é relevante considerar aspectos peculiares do turismo em Aracaju como sua concentração de fluxo e de equipamentos, cujo espaço turístico possui o único aeroporto do estado e cerca de 80% da oferta de meios de hospedagem de todo Estado. O planejamento estadual do turismo prevê a descentralização por meio da estruturação de destinos consolidados no litoral sul, litoral norte e sertão por meio do Programa de Desenvolvimento

do Turismo – PRODETUR que no segundo mês de 2017 apresenta dois novos produtos que corroboram com sua competitividade, a elaboração do plano de marketing do turismo e a execução do plano de capacitação profissional para o turismo.

O aumento da sua competitividade também depende de aspectos administrativos como a criação de uma instância de governança do turismo que possa ter a cultura em sua pauta, a elaboração e execução do plano municipal de turismo, bem como o constante diálogo entre os órgãos oficiais de turismo e cultura do município.

A transformação dos produtos turísticos de Aracaju pode começar pela inclusão dos novos equipamentos culturais e das diversas atividades culturais neles desenvolvidas, possibilitando uma nova experiência ao turista e valorizando o que há de mais rico na produção espacial do turismo, as práticas culturais do lugar. Por fim, foram pensadas proposições para cada variável analisada: a) Na variável produção cultural associada ao turismo propõe-se a operacionalização de dois novos roteiros turísticos focados na cultura local: Aracaju de Tototó e Aracaju cultural (desenvolvidos pelo órgão municipal de turismo e por meio do projeto Lidera Turismo), além disso, distribuir informações da oferta turística no Mapa Cultural de Aracaju, uma ferramenta orientada pelo então Ministério da Cultura e monitorada pelos órgãos municipais de cultural, neste caso, pela FUNCAJU. Para a variável patrimônio-histórico cultural propõe-se incorporar a agenda de equipamentos culturais como Museus e Centros, a exposição de obras de artistas locais, incluindo amostra dos fazeres. Na variável estrutura municipal para apoio à cultura, propõe-se a criação de um grupo de trabalho de cultura, vinculado ao Conselho Municipal de Turismo para viabilizar as ações apontadas e tantas outras previstas nos instrumentos de planejamento do turismo como o PDITS regional.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. **Política Cultural**. Coleção política e gestão culturais. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia: PP5 Edições, 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acessado em: 10/02/2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **3ª Conferência Nacional de Cultura. Uma política de Estado para a Cultura**. Desafios do Sistema Nacional de Cultura. Texto Base, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/texto-base-3cnc>. Acessado em: 19/02/2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Relatório Analítico Aracaju. Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Brasília, 2015.

CANEDO, D. **“Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração – Teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FALCÃO, J. A. G. **O Turismo Internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda**. In. Turismo: espaço, paisagem e cultura. Org. Eduardo Yázig; Ana Fani Alessandre Carlos; Rita de Cassia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FONSECA, M. A. P. da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, 2012.

LARAIA, R. de B. **Cultura: uni conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAZARO, R. M. **Competitividad de Destinos Turísticos y Sostenibilidad Estratégica. Proposición de un modelo de evaluación de factores y condiciones determinantes**. Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales. Departamento de economia y organización de empresas. Programa de doctorado en investigación y técnicas de Mercado – DITMUB. Tesis Doctoral. Barcelona, 2006.

MENEZES, V. de O.; CUNHA, S. K. da. **Meios de Hospedagem e Inovação como Estratégia Competitiva: Uma Discussão Teórica com Base na Visão de Porter**. Revista Rosa dos Ventos, 2015.

OECD. Centre for Entrepreneurship, SMEs and Local Development. **The Impact of Culture on Tourism**. Spanish translation by the Tourism Ministry of Mexico. Paris, 2009.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Org. Amparo Sancho. Tradução Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

OMT-UNWTO. Organización Mundial de Turismo (OMT-UNWTO). **Panorama OMT del turismo internacional**. 2014.

PETROCHI, M. **Turismo: Planejamento e gestão**. 2ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

RODRIGUES, A. M. **O Turismo dos deslocamentos virtuais**. In. Turismo: espaço, paisagem e cultura. Org. Eduardo Yázigi; Ana Fani Alessandre Carlos; Rita de Cassia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUIZ, T. D.; GÂNDARA, J. M. G. **O planejamento urbano e a competitividade de destinos turísticos**. 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística. Escola de Artes, Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIVIERO, A. P. **Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: uma análise da área central de Curitiba/PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

VIANNA, S. L. G.; ANJOS, F. A. dos; ANJOS, S. J. G. dos. **Análise da correspondência entre a competitividade percebida e a competitividade efetiva de uma destinação turística**. Revista Rosa dos Ventos, 2012. Disponível em: <http://ucs.br/revistarosadosventos>. Acessado em 22/02/2016.

RIO DE JANEIRO – PATRIMÔNIO MUNDIAL NA CATEGORIA PAISAGEM CULTURAL URBANA: A GESTÃO DO TÍTULO PELO VIÉS DO TURISMO E DA ECONOMIA DA CULTURA

ISABELLA PERROTTA; VALÉRIA LIMA GUIMARÃES

1 INTRODUÇÃO: PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em julho de 2007 a cidade do Rio de Janeiro foi sede dos Jogos Pan-Americanos, o que lhe serviu de credencial para, no mesmo ano, o Brasil oficializar a candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Em 2008, sua candidatura foi aceita ao lado das de Chicago, Tóquio e Madrid, e em 2009 o Rio vence a eleição em Copenhague.

Nos anos seguintes, ainda antes dos jogos Olímpicos, o Rio sediaria grandes eventos internacionais: os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, e a Copa do Mundo Fifa de 2014. Esta última, na verdade, em várias cidades do país, mas estando no Rio o Centro de Imprensa Internacional que tinha como cenário de fundo, dos seus estúdios envidraçados, a praia de Copacabana que era vista por milhões de pessoas em todo o planeta.

Foi no meio dessa ação estratégica, articulada entre governos municipal, estadual e federal, de usar a mais famosa cidade brasileira para dar visibilidade ao país e gerar negócios para as três esferas, que correu a candidatura do Rio ao título de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana, conferido pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, em 2012. A cidade foi então a primeira do mundo a receber esse título, conquistado graças a um longo processo que começou no início dos anos 2000, quando o Ministério do Meio Ambiente quis

apresentar a candidatura do Rio à categoria Paisagem Natural, já tendo o Brasil, à época, sete sítios considerados patrimônios naturais.

A convenção mundial adotada pela Unesco em 1972, definiu dois campos para aquilo que considerava patrimônio: o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural. Contudo, “quem poderia negar que a fisionomia de determinada paisagem remete a uma cultura, a saberes e a tradições que contribuíram para moldar a terra e o ambiente construído que nela se enraíza?” (BENHAMOU, 2016, p.11). O conceito de paisagem cultural emergiu no campo da Geografia, ainda no século XIX, sendo, aos poucos, apropriado por outras áreas (CARVALHO, MARQUES, 2019). Assim, aquelas paisagens que, em tese, o homem ainda não modificou são tidas como paisagem natural e, diferentemente, a paisagem cultural é aquela que o homem já modificou e é composta por objetos sociais.

Em 1922, a Convenção do Patrimônio Mundial passa a reconhecer a categoria de paisagens culturais, “diversificando as classificações distintas de bens naturais – que incluía áreas de espécies ameaçadas ou não intervencionadas pelo homem – e de bens culturais – que integravam principalmente monumentos a preservar” (CARVALHO, MARQUES, 2019, p. 45) e, finalmente, percebe-se um interesse por essa abordagem entre o final do século XX e início do XXI em função da consciencialização de que a globalização é uma ameaça para identidades e diversidades locais e regionais, considerando-se o ano de 2000 como “um marco inegável”, em função da Convenção Europeia da Paisagem, primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado ao tema (CARVALHO, MARQUES, 2019).

Antes da candidatura do Rio, os lugares reconhecidos como Paisagem Cultural pela Unesco eram áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico. Assim, o conceito de Paisagem Cultural Urbana foi algo que foi se construindo no seu processo de candidatura pelos agentes internos e membros do comitê da Organização, onde a cidade passou a ser, então, a primeira no mundo a ter reconhecido, como valor universal, a sua paisagem urbana.

Yázigi (2002) observa que a valorização e preservação da paisagem são necessárias em oposição às “inúmeras tentativas de padronização de lugares que acabam por se transformarem em lugares sem alma”, e ressalta que ela “preserva e transforma continuamente valores culturais, sociais, afetivos, históricos e turísticos” (YÁZIGI 2002, p.115). Sobre a relação da paisagem com o turismo, Urry (1996) se remete ao início desta atividade, destacando que ao longo do período de vigência do Grand Tour (entre os séculos XVII e XVIII) o caráter da excursão mudou e o tour clássico, “baseado em observações e registro neutro de galerias, museus e artefatos altamente culturais, passou-se para o ‘Grand Tour Romântico’, que presenciou a emergência do turismo voltado para a paisagem e de uma experiência, muito mais particular e apaixonada, da beleza e do sublime” (URRY, 1996, p.19-20).

Este artigo refere-se a uma pesquisa exploratória, realizada entre 2019 e 2020, sobre o processo da candidatura da cidade do Rio de Janeiro ao então inédito título de Paisagem Cultural Urbana junto à Unesco e, posteriormente, a percepção deste título enquanto potencial turístico pelos profissionais da área, à luz do campo da Economia do Patrimônio Cultural, desenvolvido pela economista francesa Françoise Benhamou (que anteriormente circunscreveu o campo da Economia da Cultura). As pesquisadoras partiram da hipótese de que o título não era lembrado pelo carioca e nem utilizado pelo *trade* turístico.

2 CULTURA, PATRIMÔNIO E ECONOMIA

Antes da pandemia do coronavírus, Benhamou (2016) observava o fenômeno de expansão que vinha acontecendo no meio dos equipamentos culturais em todo mundo, tal como: a multiplicação de museus, a itinerância de megaexposições lotadas, as filas para comprar ingressos para monumentos históricos, e ainda, a ampliação da lista de locais indicados a concorrer ao título de Patrimônio Mundial. Ela chama atenção, inclusive, que aquilo que é entendido como patrimônio é uma área “gigantesca”, que abrange vários cam-

pos, urbano e rural, civil e religioso, natural e industrial, científico e artístico, territorial e o “pequeno patrimônio”, que, do ponto de vista econômico, “não obedecem necessariamente a mesma lógica” (Benhamou, 2016, p. 12) e estão relacionados com diversas atividades (como turismo, comércio e serviços), e diversos meios. Deste modo, “A articulação entre os modos de financiamento, o peso das regulações e o peso das obrigações ligadas à valorização apresenta-se de modo bastante diferente conforme os campos abrangidos” (BENHAMOU, 2016, p.12).

60 ... Através do reconhecimento de um patrimônio, o indivíduo e o seu grupo coletivo, conseguem afirmar sua identidade e reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA, LOURES, OLIVEIRA, 2008). O acesso ao passado pode se dar por meio da História, principalmente da Nova História e da Memória. A Nova História é aquela que começa a se desenvolver pelo historiador francês Jacques Le Goff no final dos anos 1970, e vai além dos paradigmas tradicionais que se apoiavam na objetividade dos fatos, na política, nos documentos preservados em arquivos, em narrativas e não em análises emanadas do governo e na construção de grandes personagens (BURKE, 1992). A Nova História vai reconhecer, por exemplo, a história oral, a história das imagens, a história das coisas cotidianas e passa a ser uma aliada da memória, ocupando espaços ausentes, e tornando o ausente presente. Huyssen (2000) chama a atenção para o fato de a memória ter passado a ser uma das principais preocupações políticas e culturais ocidentais das últimas décadas, em franco contraste com “o privilégio dado ao futuro”, que tanto caracterizou a modernidade do início do século XX (HUYSSSEN, 2000, p.9). Para ele,

Uma razão para o revigoramento do museu e do monumento na esfera pública pode ter algo a ver com o fato de que ambos oferecem uma coisa que a televisão [e a internet] recusa: a qualidade material do objeto. A permanência do monumento e do objeto de museu, antes criticada como reificação mortificadora, assume um papel diferente numa cultura dominada pela fragilidade da imagem na tela e pela imaterialidade das comunicações (HUYSSSEN, 2000, p.77).

Neste cenário de preservação e permanência, a “extensão natural do patrimônio” vem abraçando “obras e construções cada vez mais recentes” e “a noção emancipa-se mediante um interesse coletivo crescente pela preservação do patrimônio intangível” (BENHAMOU, 2016, p.16) e assim, também por novas noções de patrimônio, como foi o caso da paisagem da cidade do Rio de Janeiro.

Canclini (2008) embora adote um tom crítico ao falar sobre os usos dos patrimônios culturais, e aponte as desigualdades em sua formação e apropriação, reconhece sua relevância num grupo social.

Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos (CANCLINI, 2008, p.160).

A distinção da Unesco para Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial foi criada em 1997, mas antes disso Canclini (1990) já discutia que o patrimônio seria o resultado de uma construção do imaginário nacional que engloba diversas manifestações, linguagens, conhecimentos e tradições, ainda que também bens físicos, monumentos e conjuntos urbanísticos. Para ele, o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo devem ser vistos “como contextos que devemos aceitar por serem as condições em que hoje os bens históricos existem, mas também porque contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e por identidade nacional.” (CANCLINI, 1990, p. 95).

Para chamar a atenção para os processos “emaranhados” pelos quais o patrimônio é produzido, cada caso tem suas singularidades e agentes diversos envolvidos –, Sharon Macdonald (2009) cita a “Teoria da Assemblage”, do filósofo Manuel DeLanda. O nome que poderia ter uma tradução aproximativa de Teoria da Agregação, significa dizer que as realidades são complexas e que não existe um modelo essencial para as coisas, mas sim diversos modelos com heterogeneidade de associações. Para Macdonald significa “rastrear os cursos

de ação, associações, procedimentos práticos e de definição envolvidos em casos particulares” de patrimonialização (MACDONALD, 2009, p. 118).

No ambiente plural, inerente ao patrimônio, Atique (2017) destaca que estão presentes algumas tensões e, neste contexto, “os órgãos de preservação brasileiros constantemente evitaram, assim como as universidades e museus, tratar da dimensão pecuniária”, mas que após a onda neoliberal que vem ganhando espaço desde a década de 1980, “tornou-se muito complexa não apenas a manutenção de políticas ancoradas num Estado Nacional, como a não incorporação de um discurso lucrativo para o ambiente da cultura” (ATIQUE, 2017, p. 226). Em referência à obra de Benhamou, Atique observa que a mesma “pode servir para não negarmos a existência de um mercado de bens simbólicos hipervalorizado na contemporaneidade, mas alerta para não o tomar como um dado irreversível, capaz de simplesmente ser endossado” já que a especulação monetária também provoca danos ao patrimônio (ATIQUE, 2017, p. 228).

62

Na obra em questão, Benhamou (2016) chama a atenção para os altos custos de preservação e ou conservação do patrimônio, cita a necessidade de mão de obra qualificada (enumerando as diversas profissões do patrimônio), e questiona como democratizar acesso, garantir fontes de renda e preservar memória. Se o turismo ameaça a preservação, enfraquece a emoção acentua a degradação do meio ambiente, como fazer a gestão do turismo de massa? Além disso, ela considera que o valor mercantil de um patrimônio pode não ser condizente com o seu valor científico (no caso de um sítio arqueológico, ou simbólico (no caso de uma igreja rural), por exemplos.

A capacidade de um local patrimonial para atrair turismo e empresas de serviços remete ao valor de comunicação e de apropriação do patrimônio: funcionários e gestores são sensíveis ao ambiente arquitetônico, estético ou histórico. Essa dimensão aproxima-se do valor mercantil do patrimônio, mas procede também do seu valor simbólico que o identifica a um condensado de história, de referências comuns, e que penetra na psique nacional (BENHAMOU, 2016, p.20).

Mas, para a economista, o consumo patrimonial não deixa de ser elevado, seja pelo viés da educação ou do lazer, “e o preço só interfere marginalmente, na decisão de visitar este ou aquele local patrimonial” (BENHAMOU, 2016, p.37), contudo, “os efeitos do turismo sobre a economia são mais ambivalentes do que geralmente se diz”, pois ele cria empregos e gera renda, mas também provoca alta de preços e uma sedução por atividades que podem ser menos produtivas ou úteis para a sociedade e a “chegada de turistas não conduz à criação evidente de riquezas” (BENHAMOU, 2016, p.85). A valorização do patrimônio, em geral, gera renda e melhorias no seu entorno, mas também alta de preços, gentrificação, aumento de desigualdades e até aumento do circuito de corrupção. Sempre para Benhamou, o rótulo de Patrimônio Mundial, especialmente em países emergentes, não desencadeia, necessariamente, uma dinâmica de desenvolvimento, mas é positivo no que diz respeito à preservação. Ainda assim, os “critérios de preservação importados dos países desenvolvidos são inadequados do ponto de vista das normas culturais assim como dos contextos econômicos dos países menos avançados (BENHAMOU, 2016, p.121).

3 PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL NO BRASIL

O interesse pela paisagem como um bem patrimonial já existia no momento da institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil desde 1937, quando foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e com ele o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A partir daí passou a haver novas condutas – em constantes transformações ao longo do tempo, em relação à preservação de bens culturais, mas também em relação à compreensão da paisagem e sua valorização (RIBEIRO, 2007, p.7).

A possibilidade de tombamento de áreas naturais não teve muita força nos primeiros anos da instituição, começando a crescer na década de 1960, mas só ganhando fôlego nos anos 1980, período em que Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN. Até mesmo por que a criação de uma série de outros organismos tais como Secretaria e depois Ministério do Meio Ambiente, Ins-

tituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, entre outros, “diminui a pressão sobre o IPHAN em relação às ações voltadas para a preservação do patrimônio natural” (RIBEIRO, 2007, p.101).

Para justificarem sua inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, os bens naturais e/ou culturais têm que estar apoiados nos critérios adotados pela Convenção de 1972 da Unesco, da qual fazem parte mais de 100 países. Estes países integram um calendário anual que inclui a eleição de novos patrimônios mundiais. Para ser reconhecido como um Patrimônio Mundial, um sítio deve ter Valor Excepcional Universal VUE (Outstanding Universal Value – OUV), ou seja: sua importância, para o presente e o futuro da humanidade, deve transcender as fronteiras nacionais, além de cumprir as condições de “integridade e/ou autenticidade”, atendendo a pelo menos um dos critérios de reconhecimento listados a seguir:

- 64
- (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano.
 - (ii) exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo.
 - (iii) apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.
 - (iv) ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.
 - (v) ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis.
 - (vii) representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética.

- (viii) ser um exemplo excepcional e identificador de estágios na história da Terra, incluindo os registros da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento das formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos.
- (ix) ser um exemplo excepcional de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, de água doce, costeiros e marinhos.
- (x) conter os habitats naturais mais relevantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo os que contêm espécies ameaçadas, de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação.

A União Internacional para Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature – IUCN) e o Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites – ICOMOS) são organismos consultores do Comitê de Patrimônio Cultural da Unesco que promovem a conservação e a valorização, respectivamente, da paisagem e da cultura. Mas, além dos patrimônios Cultural e do Natural, a Unesco também considera patrimônios Mistos (com características naturais e culturais). Atualmente (2019), há 1.121 bens reconhecidos pela Unesco (213 Naturais, 869 Culturais e 39 Mistos).

No âmbito da chancela de Patrimônio Cultural Mundial, existem no Brasil 13 sítios reconhecidos pela Unesco. A maior parte deles encontra-se no estado de Minas Gerais e está relacionada à colonização portuguesa e à extração do ouro entre os séculos XVIII e XIX, a saber: o Centro Histórico de Ouro Preto, em função do excepcional valor arquitetônico e artístico da cidade, primeiro reconhecimento da Unesco a um bem cultural brasileiro, em 1980; o centro histórico de Diamantina, cidade que foi o maior núcleo de extração de diamantes do mundo no século XVIII, considerada patrimônio mundial desde 1999; o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, com

um conjunto de mais de 60 obras sacras esculpidas em madeira no século XVIII, desde 1985; e o Conjunto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, cujas obras constituem os primeiros trabalhos do famoso arquiteto modernista Oscar Niemayer, produzidas entre 1942 e 1943, reconhecido pela Unesco em 2016 (RIBEIRO, 2007).

Além desses quatro sítios mineiros, o Brasil ainda tem outros bens registrados como Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco. São eles: o centro histórico de Olinda, no estado de Pernambuco, por possuir imóveis remanescentes do século XVI, no início da colonização portuguesa no Brasil, até exemplares do modernismo do século XX, desde 1982; as Missões Jesuíticas Guarani e as Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, desde 1983; o Centro Histórico da cidade de Salvador, no estado da Bahia, desde 1985; o conjunto arquitetônico e urbanístico do Plano Piloto, sede da capital federal, projetado pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemayer, desde 1987; o Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, importante sítio arqueológico, desde 1991; o Centro Histórico de São Luís, no estado do Maranhão, desde 1997; o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás (ou Goiás Velho), no estado de Goiás, caminho dos colonizadores pelo interior do Brasil nos séculos XVIII e XIX, desde 2001; a Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe, erigida na época da União Ibérica 1580-1640, desde 2010; e o sítio arqueológico do Cais do Valongo, também na cidade do Rio de Janeiro, que foi o maior porto de entrada de negros escravizados, oriundos do continente africano nos séculos XVIII e XIX, desde 2017.

Na categoria de Patrimônio Mundial Natural, o Brasil possui sete áreas reconhecidas. São elas: Parque Nacional do Iguaçu (1986), Costa do Descobrimento Reservas de Mata Atlântica (1999), Mata Atlântica Reservas do Sudeste (1999), Área de Conservação do Pantanal (2000), Complexo de Conservação da Amazônia Central (2000/2003), Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001) e Área de Proteção do Cerrado: Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e Emas (2001), além do Parque da Serra da Capivara, que como já assinalado, foi reconhecido como Patrimônio Cultural.

Além das duas categorias – Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural, destacam-se os títulos recentes da cidade do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural Urbana em 2012, tema deste artigo; e, por último, o da cidade de Paraty e da Baía de Ilha Grande, no litoral do estado do Rio de Janeiro, que receberam juntas o primeiro título de patrimônio mundial misto no Brasil (Patrimônio Cultural e Natural), em função de sua natureza, cultura e diversidade, em 2019.

No caso do Rio, a ideia de paisagem de valor excepcional dotado pela natureza, foi inicialmente vislumbrada para vários morros no Rio de Janeiro (Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Pedra da Gávea e Penhascos Dois Irmãos e Corcovado).

Esta ação teve início em 1973, a partir de uma carta de vários intelectuais, dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Austregésilo de Athayde, que solicitavam o tombamento do Pão de Açúcar, uma vez que a concessionária do bondinho projetara uma construção de três andares no topo do morro. Na verdade, um primeiro tombamento havia sido feito em 1938, com o título de “Morros da cidade do Rio de Janeiro” (Processo 0099-T-38) sem que tivesse sido feita qualquer delimitação ou especificação sobre quais morros estariam tombados. O curioso é que sua inscrição foi realizada no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, mas não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Provavelmente pela imprecisão desse primeiro tombamento e pela pressão imobiliária crescente na cidade, optou-se por abrir novo processo de tombamento, especificamente para os morros cujo valor paisagístico era mais facilmente reconhecível (RIBEIRO, 2007, p. 103).

Foi então tombado, naquele mesmo ano, o Pão de Açúcar, abrangendo também o Cara de Cão e o Morro da Urca que lhe são integrados. O processo salientava que ainda convinha incluir individualmente o Corcovado, a Pedra da Gávea e o Morro Dois Irmãos.

As candidaturas dos sítios são de ordem nacional. Assim, no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IBAMA) e o IPHAN começaram a trabalhar numa lista prévia (uma “lista tentativa”). Em 2005 o Brasil

tinha 18 indicações para inscrição na categoria de paisagem cultural, restando apenas duas em 2007, o Rio de Janeiro e o Caminho do Ouro de Paraty. Este último, na verdade, o sítio de Paraty e Ilha Grande, compreendendo quatro unidades de conservação que são o Parque Nacional da Serra da Bocaina, o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e a Área de Cairuçu, também foi reconhecido como Patrimônio Misto mais recentemente, em 2019.

No caso da candidatura do Rio, trabalharam junto o IPHAN e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, com o envolvimento do governo do estado e da prefeitura do Rio. Uma primeira proposta de transformar o Rio em paisagem cultural reconhecida pela Unesco tinha sido dirigida apenas para a área da Floresta da Tijuca. Logo percebeu-se que seria muito difícil isolar as áreas naturais da cidade das suas áreas urbanas. Todos os sítios naturais da cidade eram construídos: junto às montanhas, por exemplo, está a estátua do Cristo Redentor; junto à Praia de Copacabana, o calçadão – que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a Praia de Botafogo é uma paisagem cultural, mas não é íntegra. As recomendações da consultoria da própria Unesco, então, foram de que parte da cidade fosse também incluída, visando melhor integrar-se na concepção de paisagem cultural.

O processo passa a envolver o Instituto Pereira Passos, responsável pelo planejamento urbano da cidade e as Secretarias Municipais de Cultura e de Meio Ambiente. Além disso, três consultores internacionais, indicados pela Unesco ajudaram a pensar sobre o conceito de paisagem cultural, pois, até então, os lugares reconhecidos como paisagem cultural, pela Unesco, eram áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico. É, então, a própria Unesco que sugere que, no caso do Rio, a Paisagem Cultural seja acrescida do conceito de Urbana. Em setembro de 2009 o Iphan entregou à Unesco o dossiê completo da candidatura, justificando sua importância e seu valor universal que está principalmente na soma da beleza natural da cidade com a intervenção humana. O Rio de Janeiro, então,

passou a ser a primeira cidade no mundo a ter reconhecida, como valor universal, a sua paisagem urbana.

A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro é, então, integrada por quatro componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro até a porção oeste da cidade de Niterói. São eles: 1) Setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca; 2) Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca; 3) Setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e 4) Entrada da Baía de Guanabara e suas bordas d'água desenhadas: Passeio Público, Parque do Flamengo, Fortes Históricos de Niterói e Rio de Janeiro, Pão de Açúcar e Praia de Copacabana.

Paralelamente à candidatura, técnicos envolvidos naquele projeto estavam também fazendo a revisão do plano diretor da cidade, e passam a incluir, então, a paisagem cultural no plano. Depois, em função do título recebido, o prefeito Eduardo Paes cria o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) com a função de gerir o sítio reconhecido pela Unesco e o Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural; e no mesmo decreto, estabelece serem as seguintes as Unidades de Patrimônio da Humanidade da cidade: I. Parque do Flamengo; II. Floresta da Tijuca/Jardim Botânico; III. Floresta da Tijuca/Corcovado; IV. Orla de Copacabana; V. Pão de Açúcar (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012).

4 O TURISMO NO RIO DE JANEIRO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O “Rio de Sonhos”, conforme o jornal O Globo qualificou a imagem, transmitida no filme de Fernando Meirelles, apresentada pela delegação brasileira em Copenhague em 2009, é fortemente percebido como cidade de belezas naturais e turismo balneário. Essa é uma construção do século XIX que ainda se perpetua. Sobre o Rio oitocentista, é mister dizer que o cenário percebido como paradisíaco, aos olhos estrangeiros, misturava-se com ideias de exotismo presentes na população e seus costumes (PERROTTA, 2015). Na transfe-

rência para a contemporaneidade, além do carnaval, do samba e do turismo sexual, ora negado, ora propagandeado pelos governos (PERROTTA, 2018), o turismo em favela vem crescendo muito.

Para Ribeiro, em 2007, a então ainda proposta de transformar o Rio em paisagem cultural reconhecida pela Unesco estava gerando muitas discussões, “sendo a inclusão ou não de favelas dentro dessa área apenas uma delas” (RIBEIRO, 2007, p. 109).

A favela carioca é claramente uma “singularidade dos modos de viver numa cidade” e absolutamente relacionada com sua “topografia bastante distinta”, parafraseando critérios da Unesco para a patrimonialização em questão, mas essa forma de ocupação urbana, que pode ser vista como forma de resistência que interage com o meio natural e estabelece redes de cooperação, saberes e fazeres, não foi considerada no dossiê de candidatura daquela que é a cidade com o maior número de favelas do país (PERROTTA, GUIMARÃES, 2020). Por outro lado, o Museu de Favelas (MUF) está listado nas instituições museológicas reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o que comprova a importância desse território para a cultura da cidade.

Apesar disso, o recorte que a Unesco definiu para as paisagens culturais, naquele momento, era restrito a áreas de natureza que tivessem apenas “alguma” intervenção humana. Assim, as áreas mais urbanizadas ficaram na zona de amortecimento e a inclusão ou não das favelas, não teria chegado a ser uma discussão conceitual, nem um impedimento específico, posto que não atendiam ao recorte restrito que a Unesco exigia. Contudo, hoje parece existir um conceito brasileiro de paisagem cultural diferente daquele que foi utilizado no processo de candidatura da paisagem carioca, que era então um conceito muito europeizado, evidentemente por causa da Unesco.

O turismo em favela é normalmente trabalhado pelo trade pelo ponto de vista do exotismo da pobreza, mas segundo Valéria Lima (professora da ESPM-Rio e Diretora de Departamento na Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro), é possível trabalhar turisticamente a favela do ponto de vista da representatividade da cultura brasileira, e esse é um projeto da SETUR. As co-

munidades precisam se apropriar da riqueza de suas identidades e trabalhar com a atividade turística de modo que esta reverta em benefícios efetivos para os residentes e empreendedores locais (LIMA, 2019).

Embora seja “mais forte o apelo da natureza no imaginário coletivo quando falamos de Rio de Janeiro, sendo o segmento de Sol e Praia o que mais imediatamente se destaca na motivação que provoca o movimento dos nossos fluxos receptivos”, para a professora, o Rio é sim percebido como um destino de Turismo Cultural.

Não só por ter sido palco de momentos históricos e políticos de grande relevância no cenário nacional, mas pela riqueza de sua diversidade cultural, presente em vasto patrimônio material e imaterial, o Rio de Janeiro é percebido nacional e internacionalmente como destino de Turismo Cultural (LIMA, 2019, p. 54).

Buscando obter, empiricamente, uma amostra da percepção do título da cidade enquanto patrimônio mundial dentro do ambiente universitário, especialmente entre discentes dos cursos de graduação e mestrado em Turismo, foram entrevistadas 10 pessoas residentes na cidade, ou em cidades vizinhas com forte ligação econômica e cultural com a cidade do Rio e que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre os entrevistados encontram-se dois guias de turismo profissionais que atuam no turismo receptivo do Rio.

Foram realizadas as seguintes perguntas: 1) Você sabia que o Rio de Janeiro integra a lista dos patrimônios mundiais reconhecidos pela Unesco desde 2012?; 2) Se sim, como e quando ficou sabendo? Se não, registre aqui a informação e vá para a pergunta 5; 3) Sabe em qual categoria a cidade foi enquadrada e qual o recorte geográfico que o título abrange?; 4) Já viu nesse espaço compreendido como patrimônio mundial algum tipo de referência ao título concedido pela Unesco?; 5) Que importância o título de Patrimônio Mundial tem para a cidade?; 6) Que sugestões você daria para o aproveitamento turístico desse título mundial obtido pela cidade do Rio de Janeiro?

Dos dez entrevistados, oito afirmaram ter conhecimento do título mundial outorgado em 2012. Destes, quatro respondentes ficaram sabendo pela mídia

na época da outorga, dois respondentes alguns anos mais tarde, já no curso universitário de Turismo, nas disciplinas relacionadas ao turismo e patrimônio cultural e outros dois informaram não se lembrar de quando, nem como, souberam do título. Metade dos entrevistados não soube responder a categoria em que a cidade foi enquadrada (paisagem cultural urbana), nem soube precisar o recorte geográfico do sítio. Apenas um dos quatro respondentes que sinalizaram conhecer a área de abrangência do sítio lembrou-se de incluir as fortificações da Baía de Guanabara localizadas na cidade vizinha de Niterói e justificou que aprofundou seus conhecimentos sobre o assunto em seu trabalho de conclusão de curso universitário. Em resposta à pergunta 4, todos os dez entrevistados afirmaram nunca terem visto nenhum tipo de referência ou sinalização ao sítio reconhecido pela Unesco. No que se refere à importância do título para a cidade (pergunta 5), todos responderam ser da maior importância. Segundo uma das turismólogas entrevistadas:

72

[Tem] Importância máxima, principalmente quando é reconhecido pela Unesco, que é um órgão internacional. Isso prova que o bem patrimonializado tem importância histórica, artística, paisagística, ente outras, e merece atenção, cuidado, valorização e ser conhecido pelas pessoas ao redor do mundo, e, principalmente, conhecido e valorizado pelos moradores locais.

Outra turismóloga reforçou essa visão e lembrou da necessidade de reverter a imagem do Rio de Janeiro como destino de turismo sexual, ainda presente no imaginário turístico mundial: “Reflete um processo de conservação e proteção do patrimônio que vem crescendo cada vez mais no mundo em importância e conhecimento, além de uma visibilidade para o turismo na cidade para além da já conhecida e triste imagem de turismo sexual”.

No tocante às sugestões, todos apontaram a necessidade de maior divulgação do título pelo poder público junto à população e aos turistas, com investimentos em marketing interno e externo. Foi lembrada a importância não só da prefeitura local como também do Ministério do Turismo e da Embratur, o órgão oficial do governo federal para a promoção turística do país. Três entre-

vistados sugeriram como forma viabilidade dos projetos a criação de parcerias público-privadas. Também foi sugerido nessas ações o uso estratégico do título articulado aos atrativos turísticos locais que estão inseridos na área de abrangência do sítio patrimonializado. Foi lembrada ainda, por uma das turismólogas, a necessidade de aperfeiçoar as visitas marítimas que já ocorrem na Baía de Guanabara, “incluindo pontos de parada em terra firme para apreciar a vista, visitar alguma fortificação, conectando a [contemplação da] paisagem à visita aos bens que dela fazem parte”. A turismóloga sugeriu também a criação de roteiros pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que incluíssem essa dinâmica marítimo-terrestre e reforçou a importância da parceria público-privada para “colocar em prática o roteiro e as atividades culturais relacionadas à temática e seus atrativos turísticos”.

Análises empíricas, que incluíram observações de campo, experiências com estudantes de turismo e entrevistas com representantes de secretarias de cultura e de turismo, confirmaram as hipóteses deste trabalho e nos permitem dizer que o título de Patrimônio na categoria Paisagem Cultural Urbana, do Rio de Janeiro, não é muito conhecido da população, nem devidamente trabalhado pelo setor turístico, embora, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, existam pesquisas que apontem que, internacionalmente, a demanda turística cresça em lugares que recebem títulos pela Unesco. Em discurso consonante com esta ideia, a Secretaria Estadual de Turismo, quando procurada em 2019, informou a intenção de promover uma grande campanha, em parcerias com o Ministério do Turismo e a Embratur, para buscar resgatar o sentimento de pertencimento dos cariocas em relação a esta conquista e ao valor de ser um patrimônio da humanidade, reconhecido internacionalmente, pela singularidade de sua paisagem.

Ressalta-se ainda o papel da universidade nesse processo – apontado por dois dos entrevistados que souberam do título por esse meio –, tanto por ser um espaço onde o tema é abordado, como a sua importância na formulação e desenvolvimento de ideias e ações que possam valorizar a outorga do título. Devendo ser esta, portanto, uma importante interlocutora com os atores

sociais envolvidos no processo de valorização desse patrimônio mundial, incluindo a sua participação em projetos e campanhas, como a mencionada pela SETUR.

Este artigo foi escrito em 2020, quando o turismo estava sendo mundialmente afetado pela pandemia do coronavírus. Os hotéis da orla do Rio de Janeiro estavam fechados, muitos inclusive com tapumes de proteção contra eventuais atos de vandalismo. Foi então que vimos, na tapadura de um destes estabelecimentos do hotel Janeiro, antigo hotel Marina, na orla do Leblon, uma menção ao título objeto deste estudo. Na fachada de frente para o mar lia-se a inscrição: “Rio – Patrimônio Mundial da Unesco”; e na lateral, além da mesma frase: “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Inscrito na lista do Patrimônio Mundial em 2012”. Essa instalação, embora provisória, talvez seja uma das únicas referências ao título visíveis na cidade.

74

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Passados os Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro e o Brasil vêm sofrendo crescente processo de deterioração urbana, econômica, social e política, mas mesmo assim, a cidade voltaria a sediar, em 2020, um evento internacional de grande vulto o 27º Congresso Mundial de Arquitetos, intitulado “UIA2020RIO – Todos os Mundos. Um só Mundo Arquitetura 21”, para o qual eram esperados 15.000 participantes de todo mundo. Com a instauração da pandemia, o evento passa a ser UIA2021 e os debates relacionados à cidade do futuro e a um só mundo pós-crise tornam-se ainda mais relevantes.

Em função de sediar o congresso, o Rio de Janeiro foi, outra vez, agraciado com um título inédito concedido pela Unesco, o de Capital Mundial da Arquitetura, em janeiro de 2019. O que, de fato, a cidade ganhou com esses títulos e o que vamos fazer com eles, são respostas que ainda precisam ser construídas. Mas sem dúvida essa construção precisaria passar pelo poder público, ainda que fosse para gerar o engajamento e a autoestima da sociedade.

Todos os sítios chancelados como Patrimônio Mundial pela Unesco devem ser protegidos por algum nível de poder público que deve apresentar relatórios anuais para a entidade, dando conta de sua preservação. Assim, as áreas do Rio agraciadas com o título de Paisagem Cultural Urbana, além do Cais do Valongo, Patrimônio Cultural, deveriam ser alvo de ações integradas visando a sua preservação e a sua valorização perante moradores da cidade e turistas.

Em maio de 2020, Françoise Benhamou analisou a repercussão da pandemia em relação ao setor cultural da França, em entrevista ao jornal *Challenges*. Para ela, era fundamental um aporte do governo para área – que sempre dependeu das autoridades públicas, além do público em geral, para sua sobrevivência – pois existe toda “uma constelação de pequenos atores”, no setor, para quem o equilíbrio econômico é extremamente frágil. Estima-se que o setor represente 2,3% do PIB francês (que em 2016 correspondia a 44 bilhões de euros e mais de 600.000 empregos) e o do turismo 7,2%.

Ainda na opinião de Benhamou (2020), a economia não mudará drasticamente depois da pandemia, nem surgirão novas fontes de financiamento. Assim, mesmo que haja “elos enfraquecidos” eles ainda serão fundamentais para a cadeia. Ela não acredita que a crise vá democratizar o acesso a eventos culturais, como shows por exemplo, mas sim que o gosto pelo entretenimento possa voltar mais forte. Considerando que as férias do verão de 2020, na França, serão muito nacionais e em todos os lugares do mundo também, Benhamou julga imperativo que o patrimônio local tire suas vantagens. Para ela, é a oportunidade de pequenos monumentos e museus, desde que oferecendo condições sanitárias específicas – tornem-se lugares conhecidos e reconhecidos por agregarem valores culturais, emoções e significados para a cultura nacional. Mas, segundo ela, que tenham o acompanhamento do Ministério da Cultura. “Que ele faça um grande esforço para promover essa oferta cultural durante esse período especial”.

Também os especialistas do setor de turismo, tanto acadêmicos quanto profissionais do *trade*, consideram que a tendência para os anos imediatos

ao fim da pandemia é de viagens para destinos mais próximos, com valorização dos atrativos domésticos, considerando-se a alta do custo das viagens e a tendência de forte recessão econômica mundial. No caso da cidade do Rio de Janeiro, e do Brasil, que já não tem mais um Ministério da Cultura, hoje reduzido ao status de secretaria dentro do Ministério do Turismo, a difícil tarefa de atrair turistas estrangeiros nos anos vindouros ganha ainda um agravante: a deterioração internacional da imagem do país e da cidade que mais o simboliza. A valorização do título de Patrimônio Mundial concedido ao Rio de Janeiro (tirando proveito, inclusive, daquilo que ele não contempla – a diversidade cultural e social num mesmo lugar) passa a ser uma estratégia de promoção da reconstrução do turismo na cidade e, acima de tudo, da valorização da autoestima do carioca.

REFERÊNCIAS

76

ATIQUÊ, F. Investindo em uma relação: o patrimônio cultural e a economia. **Revista de Pesquisa e Formação**. N. 5. Belo Horizonte: 2017.

BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc. 2016.

BENHAMOU, F. Le monde de la culture peut-il se relever du coronavirus? **Challenges**, 06/05/2020. Disponível em < https://www.challenges.fr/lifestyle/comment-le-monde-de-la-culture-peut-se-relever-de-la-crise-du-coronavirus_708795>. Acesso em 10 jun. 2020.

BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp. 1992.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp. 2008.

CANCLINI, N.G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: Holanda, H.B (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN. 1990.

CARVALHO, R.; MARQUES, T. **A evolução do conceito de paisagem cultural**. GOT, Porto, n. 16, p. 81-98, mar. 2019. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jul. 2020.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

LIMA, V. **Entrevista para as autoras**. 2019

OLIVEIRA, L. M.; LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas**: A educação na perspectiva de mudança paradigmática. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2008

PERROTTA, I. **Promenades do Rio**: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939. Rio de Janeiro: Topbooks e Prefeitura do Rio de Janeiro. 2015.

PERROTTA, I. O corpo carioca no imaginário turístico do Rio de Janeiro. **Ensino e Pesquisa**. Vol. 16, Nº 2. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/2005>>.

PERROTTA I.; GUIMARÃES V. A construção da paisagem carioca e o turismo: dos relatos dos viajantes do oitocentos aos títulos de Patrimônio Mundial (2012) e de Capital Mundial da Arquitetura (em 2019) in HENRIQUES, C.H.; CESAR, P.B. HERÉDIA, V. B. M.; MOREIRA, M. C. (orgs.). **Turismo e História: perspectivas sobre o patrimônio da humanidade no espaço ibero-americano**. Caxias do Sul: EDUCS. 2020

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

MACDONALD, S. Reassembling Nuremberg, Reassembling Heritage, **Journal of Cultural Economy**, 2 (1–2) (2009).

URRY, J. **O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; Sesc. 2001.

YÁZIGI, E. A.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec 2002.

O TURISMO NO “MARAJÓ DAS FLORESTAS”: O OLHAR DOS VISITANTES SOBRE A PRAIA DA MALOCA (PORTEL/PA)

ROSIANE VALENTE PALHETA; FABRÍCIO LEMOS DE SIQUEIRA MENDES;
HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA

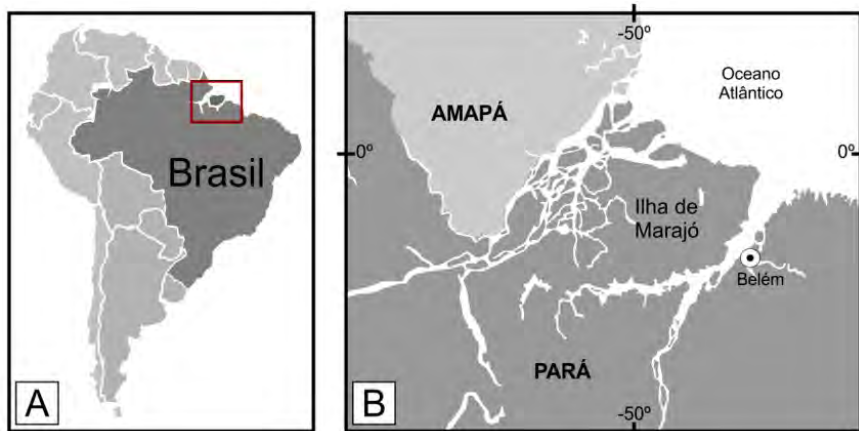
1 INTRODUÇÃO

Atividade do terceiro setor, campo de pesquisa e ensino, ferramenta de lazer, o turismo se consolidou ao longo do século XX, tendo acompanhado as intensas transformações da história da humanidade, em suas diversas áreas (social, cultural, política, econômica), especialmente porque, “antes da revolução industrial, viajar ainda era uma grande aventura, no sentido mais original da palavra aventura” (PANOSSO NETTO, 2010, p. 36). Por sua vez, Trigo (1993, p. 17) considera que o surgimento do turismo está ligado à consolidação do capitalismo no século XIX, embora “apenas a partir da década de 1950” tenha se transformado “em uma atividade de massa bastante significativa, em termos socioeconômicos e culturais”, adaptando-se à crescente demanda por transportes para viagens, acomodações, restaurantes, toda a infraestrutura considerada então turística.

Os grandes movimentos turísticos começaram principalmente na Europa e na América do Norte, berço do capitalismo moderno, o que possibilitou o fortalecimento do turismo (TRIGO, 1993). Logo a procura por novos destinos e produtos se expandiu para o chamado Terceiro Mundo, principalmente em busca de atrativos relacionados às novas culturas e ao ambiente natural – praias, ilhas, fauna e flora, em geral. Esse movimento natural é resultado do desgaste do ciclo de vida do produto turístico (PEREIRA, 2009), que fomenta a necessidade de novas demandas e a busca por outras regiões, em alguns casos induzidas pelas políticas públicas estruturantes da atividade – geralmente ineficazes, como no caso da Amazônia brasileira.

Principal ilha do arquipélago, a Ilha do Marajó (Figura 1) foi descoberta pelo explorador espanhol Vicente Yáñez Pinzón por volta de 1500, sendo batizada inicialmente como Ilha Grande de Joanes – somente em 1754 recebeu o nome atual, do tupi “barreira do mar”. Com seus 49.606 km², “constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos” (BRASIL, 2007, p. 7).

Figura 1: Localização do Arquipélago Marajoara



Fonte: POHLMANN, M. (2011)

A sociobiodiversidade constitui o principal apelo turístico amazônico, que, aliada às suas configurações socioespaciais diferenciadas, proporciona ao setor a oferta de inúmeros produtos e serviços, como ocorre, por exemplo, nas áreas insulares, com suas praias marítimas ou fluviais. Nesse cenário, destaca-se o Arquipélago do Marajó, uma área de proteção ambiental no estuário do rio Amazonas.

Localizado entre a confluência do rio Amazonas e a bacia do Tocantins-Araguaia, desaguando no Oceano Atlântico, o Marajó é

[...] o maior arquipélago fluviomarítimo do planeta. Cenário de uma riqueza natural ímpar, composta por campos naturais, planícies alagadas e densas florestas, abrigou, antes da colonização

européia, florescentes sociedades complexas, organizadas em cacicados. (GONÇALVES *et al.*, 2016, p. 107).

O *locus* de pesquisa deste artigo é a Praia da Maloca, localizada em Acutipereira, em Portel, um dos 17 municípios¹ que compõem a divisão geopolítica da ilha. O acesso ao município, distante 278 km da capital do estado, é por via aérea ou por via fluvial – neste último caso, são 324 km de viagem, cerca de 16 horas partindo do porto de Belém. Portel integra a microrregião de mesmo nome e possui uma área de aproximadamente 25.385 km² (SILVA, 2016), com uma população estimada de 62.043 habitantes (IBGE, 2020), limitando-se ao norte com o município de Melgaço, ao sul com Pacajá, a leste com os municípios de Bagre e Baião, e a oeste com Senador José Porfírio e Porto de Moz.

O potencial turístico de Portel é incalculável, porém pouco explorado. Essa é a realidade de toda a ilha, que mantém a base de sua economia na agricultura, na pesca e no extrativismo vegetal.

Em um cenário de forte mudança econômica, social e ambiental foi possível identificar duas lógicas produtivas significativas dos agroecossistemas familiares manejados, uma tradicional, na qual se observou forte atividade extrativista e pouca inserção no mercado; e outra lógica caracterizada pela maior inserção no mercado formal, mas com perda significativa de autonomia em seus projetos de vida. (CARVALHO; SILVA, 2015, p. 1)

Além disso, Portel já viveu a dura realidade da extração de madeira, cujos “vestígios desta exploração são facilmente comprovados pelos ramais existentes em vários pontos das matas” (PORTEL, 2012, p. 15).

No entanto, apesar da falta de estrutura e de investimentos, o turismo no município – formalmente planejado ou espontâneo, o que impõe usos e lógicas diferenciadas das tradicionalmente estabelecidas na comunidade – vem

1 Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cacheira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (ASSOCIAÇÃO, 2020).

se ampliando, direcionado para o ecoturismo. A forma como a atividade vem sendo praticada na Praia da Maloca e de que maneira a população local e os visitantes a percebem são o tema deste texto, que pontua as possibilidades e fragilidades da prática turística no *locus* da pesquisa.

2 TURISMO *VERSUS* NATUREZA – USOS E PERCEPÇÕES

O turismo é um direito e deveria ser acessível a todos; não é, nas palavras de Trigo (1995, p. 9), “um luxo ou algo supérfluo destinado apenas aos mais ricos”. No entanto, historicamente a realidade prova que a maioria dos trabalhadores não tem acesso a essa atividade, muito em virtude do custo elevado dos produtos turísticos, que resulta no afastamento do trabalhador de baixa renda (maioria populacional) das práticas ligadas ao turismo e ao lazer em geral. O avanço tecnológico tem, entre outras coisas, ajudado a encurtar esse distanciamento.

82

A consolidação da globalização e o início da terceira revolução científico-tecnológica nos séculos XX e XXI (DIAS, 2003) – surgimento de novos meios de telecomunicações, como a internet; uso de tecnologia nos meios de transporte; biotecnologia; desenvolvimento da informática e o acesso à informação, etc. – marcam não somente a revolução do conhecimento, mas uma mudança estrutural no turismo, que, para se adaptar à nova era, precisou se redimensionar no tempo e no espaço, e oferecer novos produtos, segmentos e serviços.

Para se adaptar às novas tecnologias e se desenvolver consistentemente, todavia, o turismo necessita de políticas públicas que o respaldem e incentivem. No entanto, no Brasil, muitas dessas ações são ineficazes ou episódicas. Apesar das lacunas e incoerências das políticas públicas para o setor, com a ajuda de investimentos do setor privado, o país tem conseguido oferecer no mercado todas as segmentações turísticas demandadas pelos mais variados tipos de turistas, melhorando a movimentação da economia por meio dessa atividade. De tal modo que o Ministério do Turismo (MTur) afirma que o turismo no Brasil passou por três fases balizadoras: surgimento, estagnação e retomada (BRASIL, 2009), as quais podem ser melhor observadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Evolução do Turismo no Brasil

Período	Data	Descrição
Primórdios	Séculos XVII e XIX	Dos ranchos que atendiam aos tropeiros às viagens anuais dos senhores do café à Europa.
Primeiras manifestações	1900 a 1949	Das estações de cura e dos cassinos ao início do uso de automóveis nas viagens.
Expansão e organização	1950 a 1969	Ampliação e melhoria da infraestrutura turística e de transportes até a organização da atividade por associações e elaboração de políticas específicas.
Do sonho à decepção	1970 a 1989	Do intenso crescimento e das perspectivas otimistas à estagnação e decadência, fruto de crises econômicas cíclicas.
Retomada	1990 a 2000	Crescimento do mercado interno, grandes investimentos em diferentes setores e surgimento de novos segmentos de mercado.
Período atual	Século XXI	Após a crise provocada pelos atentados terroristas de 2001 nos EUA e a ampliação dos conflitos no Oriente Médio e Ásia Central, o turismo cresceu significativamente até a nova crise econômico-financeira internacional de 2008/2009.

Fonte: Brasil, 2009, p. 36-37

Após a “retomada” e mediante as inovações tecnológicas, o turismo se diversificou para atender às necessidades individuais de cada turista, tornando-se assim mais acessível, mas ainda não completamente. Segundo Andrade (2000, p. 102), o turismo “apresenta um leque de opções que favorecem ao desenvolvimento e à valorização de algumas ofertas em detrimento de outras, em razão das qualidades, das oportunidades, da distância, dos gostos e dos custos [...]”; portanto, dependendo do local ou do produto turístico ou do anseio do turista, pode-se encontrar desde preço mais baixo até turismo de luxo, do turismo de lazer ao de natureza, do praticado sozinho ou em grupo.

Essa variedade e a característica própria ao capitalismo em transformar tudo em mercadoria, possibilitaram tornar a natureza em algo consumível: “É assim que o clima, o deserto, a praia, o museu, os costumes tornam-se bens diretamente produtíveis através do processo de transformação que os introduz no circuito econômico” (BENI, 1998, p. 156). Nesse novo cenário, os turistas tornam-se os juízes que determinam tanto o que pode ser “turistificado” como o valor dado a esses produtos, porque “[...] na função de consumidores, emitem juízo determinantes a respeito da qualidade dos bens que adquirem”

(ANDRADE, 2000, p. 111). No processo de escolha e atribuição de valor, a imagem do destino é determinante. Como essa “imagem forma-se pela somatória de expressões mais variadas que as pessoas têm da localidade turística” (IGNARRA, 2003, p. 121), no caso dos ambientes naturais, diferentes atores são responsáveis por formá-la. Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009) discutem acerca da interdependência entre o turismo e o ambiente natural no processo de desenvolvimento da atividade turística. Por um lado, o turismo é visto como um fator de crescimento econômico; por outro, ele intensifica as relações sociais, com todas as suas desigualdades:

Ao mesmo tempo que a atividade turística simboliza o uso e apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta e sonho de muitas pessoas. (p. 29).

De acordo com Ruschmann (1997), a relação existente entre o turismo e o ambiente natural não é harmoniosa, embora remonte ao século XVIII, quando “se caracterizou pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras” (p. 20). Desde então, “[...] os homens procuram se deslocar para lugares em que possam gozar de espaços abertos, dilatados horizontes, belas paisagens, ambiente saudável e tranquilo, [...] o mais importante, o contato com a natureza” (BENI, 1998, p. 54). A partir dessa relação e de outros fatores emerge a questão da sustentabilidade turística, sendo o indivíduo o agente desse processo.

Considerar a atividade turística sustentável ou integrante da possibilidade do desenvolvimento sustentável é apenas desviar os termos da questão sem analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a história passada. A sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja [...] o desafio é construir a *utopia da sociedade sustentável*, desenvolvendo – se em uma contínua progressão

– a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana. (RODRIGUES, 2002, p. 44. Grifo do autor).

A sustentabilidade precisa começar então na decisão do homem. Tomasi (1993, p. 12) mostra que a relação do indivíduo com a natureza é uma questão de racionalidade – “uma decisão racional é aquela consistente com valores, alternativas e informações, as quais foram avaliadas pelos que tomaram a decisão” – para que se tenha o uso ideal dos espaços naturais. Entretanto, na maioria das vezes essas decisões sequer são avaliadas, sendo executadas apenas, o que gera conflito de interesses, pois algumas decisões que visem o desenvolvimento de um sítio turístico podem vir a atender uma parcela da população, mas prejudicar a vida da outra parte, especialmente quando os ecossistemas são afetados.

Sobre a preocupação com a vida do ambiente e os impactos sobre a natureza advindos das atividades econômicas, Quaresma (2003) evidencia que ainda no século XIX já existiam discussões e movimentos sobre a questão, inclusive nos Estados Unidos, onde surgiram as primeiras áreas protegidas, como o Parque Nacional de Yellowstone.

Para Diegues (2000), o precursor da ideia de desenvolvimento sustentável (DS) foi o engenheiro florestal e político estadunidense Gifford Pinchot (1865-1946), cujo trabalho e ações influenciaram autores e correntes teóricas ao longo do tempo e cujas ideias, mesmo (re)elaboradas pelos pesquisadores contemporâneos, mantêm-se contrárias ao desenvolvimento a qualquer custo, que busca a transformação da natureza em mercadoria. Os debates a respeito da questão ambiental tornaram o DS um conceito da moda na década de 1990, apesar de tratarem majoritariamente da esgotabilidade dos recursos naturais (CANDIOTTO, 2007). De qualquer modo, como bem destacam Fenzl e Machado, “o Desenvolvimento Sustentável não é simplesmente modismo intelectual do final do século XX, senão é fruto da consciência dos graves problemas ambientais e socioeconômicos que a sociedade está enfrentando” (2009, p. 13).

Nessa perspectiva, o turismo também é envolvido pelo paradigma da sustentabilidade. A busca por lugares longe dos centros urbanos leva um número

demasiado de pessoas a procurar os mesmos “refúgios”, na mesma época do ano – trata-se de um turismo não planejado, espontâneo e incontrolável. Esse comportamento é resultado da falta de conhecimento e responsabilidade por parte dos visitantes e dos gestores públicos sobre os destinos visitados, o que acarreta a esses destinos mudanças deletérias, características do turismo de massa. Uma outra forma de turismo então precisou ser imposta: um turismo mais brando, alternativo, o turismo sustentável.

Beni (1998) afirma que o turismo sustentável se tornou mais abrangente que a preocupação com os recursos naturais, tendo incluído aspectos de comercialização e *marketing* dos bens e serviços turísticos. Morin (1997), por sua vez, ressalta a necessidade de um pensamento “ecologizado” a partir da compreensão de um novo paradigma, afinal, como lembram Corrêa, Pimenta e Arndt (2009, p. 7), o DS possui uma “concepção muito mais ampla. Pois leva em conta a relação de todas as atividades econômicas, científicas e tecnológicas com o meio ambiente, em escala planetária”.

86

3 OS RECURSOS NATURAIS COMO ATRATIVO TURÍSTICO

O ambiente natural, segundo Nascimento, Lemos e Mello (2008), é a condição para a existência da vida na terra, cujos elementos devem ser considerados todos como recursos naturais, que, por sua vez, podem ser classificados como renováveis ou não renováveis. Aos recursos naturais são atribuídos múltiplos usos, principalmente pela economia, o que suscita diversos problemas ao meio ambiente, por “disponibilizar” recursos (que a indústria trata como inesgotáveis) para a produção de bens e serviços (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008), sem que haja planejamento e gestão que controlem sua exploração e priorizem a saúde do ambiente. Entre as atividades que fazem uso dos recursos naturais está o turismo.

O turismo é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil [...], entretanto, o crescimento significativo dessa atividade em âmbito nacional e internacional,

quando não planejada, pode ocasionar sérios impactos aos recursos naturais e na qualidade de vida da população local. (SEIXAS *et al.*, 2010, p. 192-193).

Dessa discussão decorre o conceito de recurso turístico, que pode ser natural ou cultural, público ou privado, e do qual parte o planejamento das atividades turísticas. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os recursos turísticos podem ser definidos como “qualquer manifestação da natureza ou da cultura que tenha a capacidade de atrair turistas e possa servir de matéria-prima para formatação de um atrativo” (SEBRAE, s.d).

Os recursos turísticos constituem-se nos elementos naturais, atividades humanas ou qualquer outro produto gerado pelo homem que possa motivar o deslocamento de pessoas, cuja a motivação seja a curiosidade ou possibilidade de efetuar alguma atividade física ou intelectual. [...] a atividade turística somente se desenvolve se existem certos elementos que atuam como atrativos para pessoas que se deslocam do lugar de sua residência habitual e permanecem fora dele. (DIAS, 2003, p. 57).

Recursos turísticos naturais “são aqueles nos quais não houve intervenção do homem, tais como florestas, acidentes geográficos, formação rochosa” (BARRETO, 2003, p. 40), ainda que, para se tornar um atrativo turístico, precise “receber intervenções no que se refere a infraestrutura, gestão, segurança, promoção e comercialização, que os tornam um produto comercializável” (SEBRAE, s.d., p. 13). O MTur identificou no Brasil uma grande variedade de atrativos naturais espalhados por suas regiões, posto que o país é privilegiado por reunir diversas riquezas naturais em seus biomas – Amazônia, com a Floresta Amazônica e a maior bacia hidrográfica do planeta; Pantanal; Cerrado; Mata Atlântica; Pampa e Caatinga. O percentual de estrangeiros que viajaram ao Brasil em busca desses atrativos aumentou, entre os anos de 2014 e 2015, de 12,8% para 15% (BRASIL, 2016).

Com grande diversidade de atrativos naturais, o Pará é o único estado da região amazônica banhado tanto pelo rio Amazonas quanto pelo oceano

Atlântico: são 562 km de litoral formado por praias e manguezais, somados a rios, florestas, serras e ilhas espalhadas por todo o território paraense (PARÁ, 2017). Essa diversidade natural também é encontrada no Marajó, que oferece aos visitantes o renomado encontro dos rios Tapajós e Amazonas, além de um relevo acidentado e cachoeiras de formações rochosas, com oportunidade para diversos tipos de segmentação turística.

A Ilha do Marajó, portanto, é abundante em recursos hídricos, um dos vários tipos de recursos naturais que podem ser utilizados para a atividade turística (QUARESMA, 2010). Para os moradores da ilha, rios, lagos e mares são meios de subsistência, locomoção, repouso e diversão, que, se explorados adequadamente e de forma planejada pelo turismo, podem se constituir em um importante vetor de sustentabilidade ambiental e econômica, beneficiando turistas, empreendedores e a comunidade local.

De acordo com a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM), a ilha possui uma área de aproximadamente 50.000 km², toda com potencial turístico, em virtude da diversidade de recursos naturais (ASSOCIAÇÃO, 2017): são campos naturais, zonas de floresta e terra firme, várzea e igapós, com paisagem influenciada pela dinâmica da corrente das águas barrentas, que imprime aspecto peculiar ao solo de sua margem.

Ao sul da ilha, Portel possui grande extensão florestal, sendo entrecortado por quatro rios principais: Anapu, Camarapi, Pacajá, Acutipereira. Sua grande variedade de balneários, comunidades rurais, fazendas, sítios ainda são apenas atrativos naturais, que poderiam – em alguns casos, deveriam – ser transformados em produtos turísticos. O município conta também, em todo o seu território, com uma variedade de praias, incluindo as de água doce, que, segundo Braga (2015, p. 1),

Em geral, as praias de rio ainda são mais vazias e preservadas em comparação às praias de mar, isso porque estão próximas a municípios menores. Entre as opções para quem deseja curtir essas praias, além do tradicional banho de rio, estão a de aproveitar as várias trilhas próximas à natureza e curtir a diversão dos passeios de boia e de barco, além da prática de esportes.

A paisagem das praias marajoaras é encantadora, por suas características, seus elementos, sua beleza cênica. Essas qualidades podem ser perfeitamente atribuídas à Praia da Maloca, cuja beleza tem feito dela o destino preferido dos turistas que visitam o Marajó e, mais especificamente, Portel. Mas como a Praia da Maloca vem se consolidando como atrativo turístico? Como ela é percebida por seus frequentadores?

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Portel era uma aldeia de índios Assurini, que, em 1623, foi “reorganizada” pelo padre Antônio Vieira com a missão de catequização na Ilha do Marajó, sendo batizada com o nome de Arucará pelos padres da Companhia de Jesus (PORTEL, 2020) – ao que tudo indica, eles permaneceram ali até a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, motivada pelas reformas pombalinas. De acordo com Abreu (2014, p. 47), a fundação do município ainda é incerta,

Devido à situação precária dos arquivos brasileiros e à falta de um verdadeiro investimento em prol da memória dos municípios, faz com que a história da sua fundação ainda seja uma incógnita para muitos portelenses.

Em 1758, Arucará foi elevada à categoria de vila e recebeu o nome de Portel² (ABREU, 2014; PORTEL, 2020). Porém, no ano de 1833, a então vila foi extinta e o seu território foi anexado ao município de Melgaço; o que vigorou até meados de 1843, quando Portel voltou à condição de vila. O município passou ainda por vários processos de inserção distrital a outros municípios próximos até chegar à sua formação atual, composta pelos distritos de Portel, Acangatá, Boa Vista, Cocal, Cipoal, Jutaituba, Pracajurá, Santo Amaro e Monte Muriá (PORTEL, 2012). (INSTITUTO, 2020)

2 Do latim *portellus*, “porto pequeno”. Provavelmente o nome tenha inspiração no concelho de Portel, localizado no distrito de Évora, região do Alentejo, em Portugal.

Portel (Figura 2) pertence à mesorregião do Marajó e tem uma extensão territorial de 25.384.960 km², com uma população estimada de 62.043 habitantes (IBGE, 2020), sendo considerado um dos municípios mais populosos do Marajó.

Figura 2: Localização do Portel



Fonte: Oliveira (2019)

As inúmeras belezas naturais de Portel ainda não contam com uma demanda de visitantes que possa desenvolver o turismo local, resultado da ausência de um produto consolidado para a oferta turística. Seus atrativos potenciais já contam com problemas ambientais pela falta de sensibilidade dos próprios gestores e moradores, a exemplo da Praia da Maloca, uma das mais visitadas, inclusive pelos moradores do município.

A Praia da Maloca (Figura 3) está localizada na margem da Baía de Portel, na zona rural, em uma comunidade chamada Vila da Prainha. Abriga cerca de vinte famílias, que vivem da agricultura familiar e da pesca. Durante as férias, fins de semana e feriados, fazem renda extra comercializando bebidas, churrasco e salgados para os turistas.

Durante o trajeto de acesso à praia, é possível admirar as diversidades naturais marajoaras. A praia é a mais próxima da cidade de Portel, cerca de 20 min. da sede do município, tendo como característica a enseada da Prainha, com vários balneários à disposição tanto da comunidade como dos turistas.

Figura 3: Praia da Maloca, na cidade de Portel



Fonte: Palheta (2018).

Os estudos sobre a Praia da Maloca são escassos ou inexistentes: não existem dados que mostrem localização geográfica, dimensões, vegetação, solo, clima, etc.; acrescenta-se ainda a falta de informações ambientais e turísticas locais, bem como dados estatísticos de visitação.

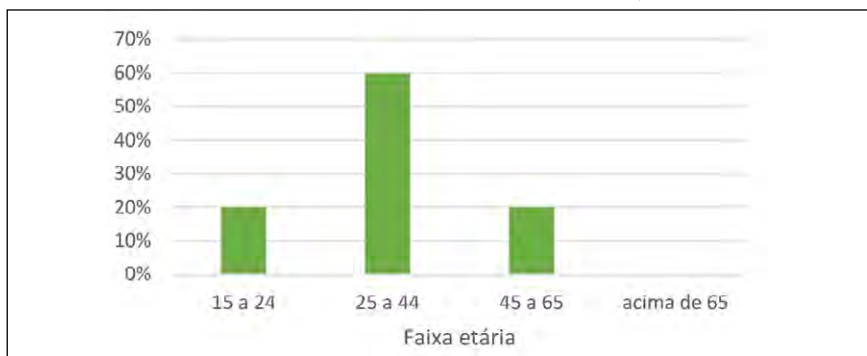
Apesar dessas limitações, a Praia da Maloca foi observada como um atrativo turístico natural, a partir de um enfoque quali-quantitativo, por meio de pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo. A observação *in loco* possibilita o contato e a vivência direta entre o pesquisador e o universo estudado, o que permitiu compreender e vivenciar a dinâmica da praia, assim como realizar registros fotográficos do local.

Um questionário com perguntas abertas e fechadas foi elaborado para ser aplicado aos visitantes da Praia da Maloca, cujo objetivo principal era conhecer a perspectiva deles sobre o que viram e vivenciaram ali. Ao todo, foram aplicados 30 questionários, a partir dos quais foi possível identificar o perfil dos visitantes e avaliar os pontos positivos e negativos da praia pela ótica dos turistas. Em seguida, foi efetuada a tabulação dos dados com o auxílio do editor de planilhas Microsoft Excel. Posteriormente, os dados absolutos foram transformados em dados relativos e, em seguida, elaborados os gráficos para melhor entendimento dos resultados.

5 RESULTADOS

Com base nos dados coletados, pôde-se traçar parcialmente o perfil dos visitantes da Praia da Maloca: 57% dos entrevistados eram do sexo masculino e 43%, do sexo feminino; em relação à faixa etária (Gráfico 1) predominou a de 25 a 44 anos (60%), seguida pela de 15 a 24 anos (20%) e de 45 a 65 anos (20%). Portanto, a maioria dos turistas é formada por homens (17 de 30), com idade entre 25 e 44 anos (18 de 30). Percebe-se que nenhum entrevistado possuía mais de 65 anos, provavelmente por conta das dificuldades de acesso à praia, que não possui equipamentos que facilitem a acessibilidade ao local.

Gráfico 1: Faixa etária dos visitantes da Praia da Maloca, Portel.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

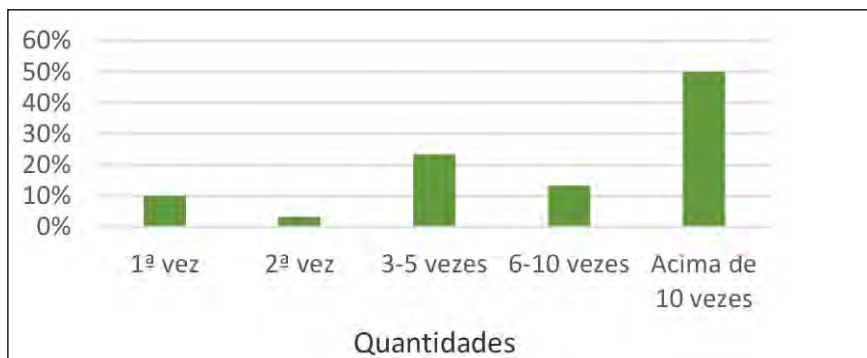
Quanto à escolaridade, 33% dos entrevistados informou possuir ensino superior, 30% o nível médio, 27% o ensino fundamental e 10% não informaram a escolaridade. As principais ocupações informadas foram: servidor público (34%), professor (30%), autônomo (13%), dona de casa (10%), estudante (7%), contador (3%) e mecânico (3%). Desse modo, a maioria dos visitantes está empregada e possui bom nível de escolaridade, ou seja, pessoas informadas e que deveriam estar mais sensibilizadas para os cuidados com o uso dos recursos naturais.

Em relação ao poder aquisitivo, 47% dos entrevistados relataram ter renda de até um salário mínimo, enquanto os demais afirmaram receber dois, 27%,

ou três salários mínimos, 26%. Quanto à naturalidade, a maioria era marajoara, sendo 80% oriundos de Portel e 3% de Breves; outros 3% eram provenientes de Benevides (PA), e os 14% restantes não quiseram informar sua origem. Logo, a demanda da praia se constitui de visitantes internos, o que evidencia uma baixa frequência de turistas de fora do estado, ou mesmo de fora da ilha.

Ao serem questionados quantas vezes já estiveram na Praia da Maloca, 50% dos visitantes afirmaram já tê-la visitado mais de 10 vezes; 23% estiveram na praia entre três e cinco vezes; 13%, entre seis e dez vezes; 10% esteve lá uma única vez; e apenas 2% informaram ter ido duas vezes (Gráfico 2). Com relação à assiduidade de visitas ao local, 40% dos visitantes informaram ir à Praia da Maloca uma vez por mês; 37%, todo final de semana; 20%, apenas nos feriados; e 3% frequentaram a praia uma única vez ao ano (Gráfico 3). Então, nota-se que os visitantes são pessoas geralmente assíduas à Praia da Maloca, que a visitam mensalmente.

Gráfico 2: Frequência de visitas à Praia da Maloca



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Gráfico 3: Frequência relativa de visitas à Praia da Maloca



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

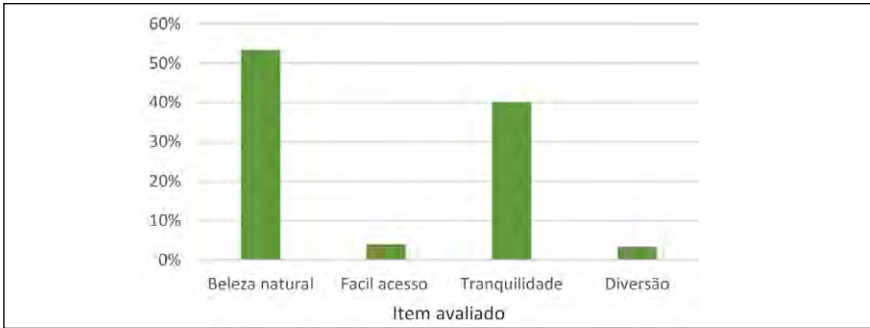
Os dados apontam que a frequência à praia é motivada pela sua proximidade à sede do município e pelo baixo custo do deslocamento. Outra perspectiva é a insuficiência de opções de lazer para a população local, que é obrigada a utilizar unicamente os recursos naturais disponíveis. Portanto, qualquer ação de sensibilização ambiental se tornaria mais eficiente se despertasse o interesse dos frequentadores em conservar o ambiente natural que usufruem para entretenimento, por meio do uso sustentável, que garantiria seu uso a longo prazo.

94

... Ao serem questionados sobre o que os atraía à Praia da Maloca (Gráfico 4), os visitantes afirmaram ser a beleza natural (53%), a tranquilidade do local (40%), o acesso (4%), a diversão (3%). Isso comprova que mesmo com o perfil jovem, os frequentadores da praia estão em busca de contemplação e descanso.

Também foi perguntado aos visitantes com que companhia costumam ir à Praia da Maloca: as respostas se dividiram entre ir com familiares (57%) e na companhia de amigos (43%). Sobre o meio pelo qual ficaram sabendo dos atrativos da praia (Gráfico 5), os visitantes atestaram terem sido informados, em sua maioria, por amigos (70%); outros, em menor quantidade, tomaram conhecimento da praia pelo rádio ou TV (13,3%), por parentes (10%) ou pelas redes sociais (6,7%). Desse modo, conclui-se que a Praia da Maloca pode ser considerada um ambiente familiar ou de lazer com amigos, conhecida por meio de informações repassadas de forma informal, sem que haja uma campanha de *marketing* para divulgá-la.

Gráfico 4: Frequência relativa quanto ao motivo de atração da Praia da Maloca



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Gráfico 5: Frequência relativa dos meios de divulgação da Praia da Maloca



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Com relação ao meio de transporte utilizado para se chegar à praia, 96,7% dos entrevistados responderam que utilizam motocicleta, e para apenas 3,3% o acesso é realizado por automóvel. Não bastasse a ausência de transporte regular para a Praia da Maloca, as condições de acesso não são favoráveis, o que justifica o uso pelos visitantes da motocicleta, que, além de ser mais rápida, pode desviar dos obstáculos da estrada.

No que diz respeito à qualidade ambiental (Gráfico 6), 40% dos visitantes apontaram a beleza natural como principal atrativo da Praia da Maloca. Outros atrativos, porém com menor frequência, também foram lembrados: tranquilidade (20%), conservação (20%) e limpeza (10%) e o clima (10%). Entretanto, mesmo a beleza natural, principal qualidade da praia para os visitantes, poderá ser perdida caso não haja ações para a manutenção e sustentabilidade desse atrativo natural.

Gráfico 6: Frequência relativa dos principais atrativos da Praia da Maloca



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Os pontos negativos que a Praia da Maloca apresenta também foram tema do questionário (Gráfico 7). Para os turistas, o principal defeito da praia é a falta de infraestrutura para receber visitantes (50%), somada à falta de segurança na estrada (20%), à falta de apoio do poder público (10%), à ausência de controle de acesso (10%), e à falta de divulgação do local (10%). De fato, o investimento na infraestrutura local, como a reforma (dos poucos existentes) e construção (de novos e mais equipados) de bares e restaurantes – a Figura 4 demonstra a estrutura de um dos bares instalados na praia –, daria melhores condições aos visitantes para uma permanência mais prolongada na praia.

Gráfico 7: Frequência relativa referente aos pontos negativos da Praia da Maloca



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Figura 4: Estrutura de um dos bares da Praia da Maloca



Fonte: Palheta, 2018.

Os resultados revelados pela pesquisa mostram que a Praia da Maloca ainda é um local cuja beleza natural é o principal atrativo, mas que necessita de melhor acesso às suas areias e carece de infraestrutura adequada para receber turistas, um problema que não se limita à praia, mas se estende ao município de Portel. A solução desses fatores provavelmente atrairia mais visitantes e lhes daria melhores condições de permanência no local, o que depende do poder público e também da comunidade local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementar e promover o turismo em um determinado local ou região não é uma tarefa simples; pelo contrário, é uma dinâmica abrangente, que precisa dos diversos elementos envolvidos (hospedagem, transporte, alimentação, agenciamento turístico, atividades de lazer etc.) para a sua efetivação racional. O turismo não acontece por si só, vários setores – econômico, ambiental, cultural, social – precisam estar envolvidos para que ele aconteça e se desenvolva. A partir dessa interdependência entre esses setores é que se tem a consolidação do turismo.

Pesquisar Portel, mais especificamente a Praia da Maloca, possibilitou confrontar a teoria com a realidade, fazendo uma análise a partir dos objetivos que se pretendia chegar, com um olhar crítico e reflexivo, sob a percepção ambiental e turística da praia, acerca do que é necessário para que um recurso seja considerado natural e, uma vez assim considerado, seja transformado em um atrativo turístico de uma região. De acordo com Margarita Barretto (2003), só o recurso natural não faz o produto turístico, se nele não houver toda a infraestrutura básica e turística que contemplem todo o conjunto. Por meio dos anseios e percepções dos frequentadores, pôde-se constatar do que a Praia da Maloca dispõe, como recurso natural, e o que lhe falta, para ser produto turístico. No entanto, para se saber o que se precisa, antes precisa-se saber o que se tem. Foi a partir dessa linha de pensamento que o objetivo principal do trabalho se fundamentou: identificar a percepção ambiental e turística, sobre a Praia da Maloca, dos frequentadores e proprietários locais.

98

Os objetivos específicos do trabalho foram todos alcançados, quais sejam: traçar o perfil dos visitantes da Praia da Maloca; saber quais os pontos positivos e negativos da praia na opinião deles; identificar o estado de conservação ambiental (se havia deterioração ou poluição na praia; a existência ou não de saneamento). Os resultados obtidos revelaram uma percepção ambiental bastante positiva, uma vez que, exceto pelos empreendimentos simples ali construídos, a praia ainda é um lugar quase de natureza intocável, onde o solo, o ar, a água são livres de qualquer poluição mais severa, como é caso da Praia do Aurucará, localizada na orla de Portel, aonde o esgoto de casas e bares é despejado, o que danifica a saúde da praia.

Por outro lado, constatou-se também que somente a beleza da praia não é suficiente para atrair muitos visitantes, visto que o problema maior encontrado pelos poucos frequentadores foi a falta de infraestrutura. A Praia da Maloca não possui restaurantes, lanchonetes, quiosques nem bares mais diversificados; também não possui outros anseios mencionados pelos turistas, como redários, chalezinhos, mesas e redes dentro da água, equipamentos perfeitamente compatíveis com a realidade local.

Os proprietários de estabelecimentos, por sua vez, relataram as dificuldades que enfrentam. Por estar dentro de uma comunidade, a praia deveria, de alguma forma, trazer algum tipo de renda alternativa; entretanto, segundo eles, a maioria das pessoas leva suas bebidas, entra e não consome quase nada do que é vendido pela comunidade. Esse prejuízo é potencializado pela falta de educação dos visitantes: muitos não respeitam o local, andam de moto pela areia, deixam lixo para trás e fazem arruaça. Para piorar, também relataram não receber qualquer tipo de apoio por parte do Governo, das secretarias de meio ambiente ou de turismo.

Na Praia da Maloca deveria haver DS, assim ela poderia ser uma referência do ecoturismo ou turismo ecológico em Portel, dados a preservação de suas características ambientais e os diversos elementos apreciáveis em seu entorno, que poderiam juntar-se à busca por desbravar a natureza regional, com diversidade de espécies tanto da flora quanto da fauna, além da imensa baía na frente da praia – ainda há uma trilha que não foi revitalizada. A praia fica em uma comunidade rural, que faz parte da agricultura familiar, onde mora uma pessoa bastante significativa para a região: a proprietária da “maloca”, que foi titulada em Brasília embaixadora da agricultura familiar no Marajó, organizada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU/FAO) e pela Reunião Especializada em Agricultura Familiar no Mercosul (REAF) (AGÊNCIA PARÁ, 2020), Dona Julia Serrim, uma agricultora bastante preocupada com o meio ambiente e com o DS.

A Praia da Maloca é um lugar com muitas possibilidades, mas que ainda está, de certa forma, isolada, sem dispor dos elementos necessários para ser um atrativo turístico. Com a ausência tanto do poder público quanto do setor privado, não se percebe planejamento tampouco gestão, de preferência participativa, com o intuito de desenvolver aquele local. Faltam infraestrutura, investimento, acesso, sinalização, divulgação e promoção da praia; faltam comunicação entre os proprietários e atenção por parte da administração pública.

De uma forma geral, a Praia da Maloca seria um lugar perfeito para se transformar em um atrativo turístico, por conter particularidades que aguçariam a curiosidade dos visitantes em busca de natureza e de aventura. Talvez este texto seja um bom início para se começar a estruturar a praia, levá-la ao conhecimento de pessoas de fora de Portel, do Pará e do Brasil. Com o envolvimento dos setores certos e com o objetivo de promovê-la, quem sabe futuramente a Praia da Maloca se torne um produto turístico.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. M. **Uma península no Marajó** – Portel. Edição do autor, 2014.

ANDRADE, J. V. de. **Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ACÊNCIA PARÁ. 2020. **Agricultores atendidos pela EMATER fornecem 1,5 tonelada de alimentos sem agrotóxicos**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/19125/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPELAGO DO MARAJÓ (AMAM). **Municípios**. 2020. Disponível em: <http://www.amam-marajo.org>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPELAGO DO MARAJÓ (AMAM). **Prefeitura conclui levantamentos sobre pontos críticos da estrada vicinal do Acutipereira**. Portel, 2015. Disponível em: http://www.amamarajo.org/municipios/portel/noticia_detalhes.asp?codigo=1592. Acesso em: 25 set. 2017.

BARRETTO, M. N. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BRAGA, G. H. A beleza das praias de água doce pelo Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5815-a-beleza-das-praias-de-água-doce-pelo-brasil.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do Turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo. Florianópolis: FAPEU/ UFSC, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Atrativos naturais e ecoturismo atraem cada vez mais estrangeiros ao Brasil**. Brasília/DF, 2016. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/ultimas_noticias/6511-atrativos-naturais-ecoturismo-atraem-cada-vez-mais-estrangeiro-ao-brasil.html. Acesso em: 20 set. 2019.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, n. 16, 2007, volume 1, p. 48-59.

CARVALHO, J. P. L.; SILVA, L. M. S. Lógicas agroextrativistas em contexto de mudanças socioeconômicas no Arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 1, nov. 2015. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15760>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CORIOLANO, L. N. M. T.; LEITÃO, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M., ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 29-49.

CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M., ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.

FENZL, N.; MACHADO, J. A. C. **A sustentabilidade de sistemas complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável: aspectos teóricos e práticos**. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

GONÇALVES A. C. O. *et al.* Marajó. In: ALVES, F. (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 107-198. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6619?mode=full>. Acesso em: 06 jun. 2020.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estado** – Portel. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/portel.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e o meio ambiente**. Belém: Cejup; NAEA/UFPA, 1997. p. 53-77.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C. L.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA, I. Polícia Civil deflagra operação para desmontar organização criminosa em Portel. In: **AGÊNCIAPARÁ**, 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/16852/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Oportunidade de investimento turístico**. 2017. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/oportunidade-de-investimento-turistico>. Acesso em: 28 set. 2018.

PEREIRA, A. S. **Relação entre ciclo de vida do produto e estratégias de cooperação na faixa litorânea urbana do município de Natal**. 2009. 184f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12127>. Acesso em: 03 jun. 2020.

POHLMANN, M. *et al.* **Iconografia marajoara**: referencial para padronagem aplicada à joalheria por corte e gravação a laser em materiais naturais. VI Congresso Internacional de Pesquisa e Design (CIPEDE), 2011, Lisboa. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mariana_Pohlmann/publication/319551906_ICONOGRAFIA_MARAJOARA_Referencial_para_padronagem_aplicada_a_joalheria_por_corte_e_gravacao_a_laser_em_materiais_naturais/links/59b32eb8of7e9b37434eb16d/ICONOGRAFIA-MARAJOARA-Referencial-para-padronagem-aplicada-a-joalheria-por-corte-e-gravacao-a-laser-em-materiais-naturais.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.

PORTEL. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Diretoria de Turismo. **Levantamento da oferta turística do município de Portel – Pará**. Portel: s. e., 2012. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventarioportel.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

PORTEL. **História**. Disponível em: <https://portel.pa.gov.br/portal/historia/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

QUARESMA, H. D. A. B. Turismo em comunidades pesqueiras como alternativa para a gestão dos recursos hídricos. **Revista Conexões**, Belém, v. 3, n. 1, jan. dez., 2010, p. 99-141.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo**: Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 42-54.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SEIXAS, S. R. C. *et al.* Conservação de recursos naturais e práticas turísticas em Vargem (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2010, p. 191-214. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5875>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Caderno de atrativos turísticos**. 1. Entendendo o atrativo turístico. São Paulo: SEBRAE-SP, S.d. p. 1-28. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f9265cb312addf856c540d7fe73edf8e/\\$File/SP_caderno-deatrivosturisticos1_16.pdf.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f9265cb312addf856c540d7fe73edf8e/$File/SP_caderno-deatrivosturisticos1_16.pdf.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

SILVA, M. C. **Gestão pública**: educação, sociedade, meio ambiente e o planejamento e desenvolvimento da educação ambiental como política pública permanente do município de Portel-Pará. 2016. 115f. Dissertação (Escola de Ciências Económicas e das Organizações). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/7342/1/Marlieth%20Silva%20-%20tese.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020

TOMASI, L. R. **Estudo de impacto ambiental**. São Paulo: Cetesb, 1993.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. Campinas: Papirus, 1993.

TRIGO, L. G. G. **Turismo Básico**. São Paulo: SENAC, 1995. Série Apontamentos.

A EDUCAÇÃO TURÍSTICA COMO ESTRATÉGIA DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ALDO REZENDE; EDNA CASTRO DE OLIVEIRA; MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA

1 INTRODUÇÃO

No campo das intervenções políticas e econômicas, inúmeras são as iniciativas que buscam potencializar e promover o desenvolvimento turístico de cidades. Em projetos e planos diversos, temos, na maioria das vezes, assistido um desfile deformado de intervenções que não se sustentam, incapazes, portanto, de promover o desenvolvimento em sua totalidade social, na perspectiva dos efetivos interesses socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais da comunidade local. Muitas destas iniciativas têm seus objetivos e metas focados, principalmente, nos interesses econômicos de setores que, no plano das relações verticalizadas, controlam de forma hegemônica a cadeia produtiva do turismo nas mais diferentes escalas, do local ao global.

Neste sentido, sob o controle proeminente de grupos de interesses hegemônicos, tais iniciativas camuflam o verdadeiro sentido do termo “desenvolvimento”, pensando e fazendo o turismo acontecer no plano da verticalidade, intervenções, assim, descomprometidas com a totalidade social em suas contradições históricas, políticas, sociais e culturais. A título de exemplo, cita-se os mirabolantes planos de marketing turístico, em muitos casos, descomprometidos com a promoção efetiva do desenvolvimento social, econômico, político e cultural no viés da promoção e emancipação dos lugares turísticos. Não raros, são os casos em que os planos contratados, oneram os cofres públicos e acabam nas gavetas de algum burocrata do serviço público.

Nesse entendimento, compreender a complexidade da atividade turística é dar conta de que,

[...] Muito mais que uma indústria de serviços, o turismo é um fenômeno com base cultural, com herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório que esta dinâmica sociocultural gera parte de um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade, que vem a ser consumido por milhões de pessoas (MOESCH, 2000, p.20).

No contraponto à unilateral forma de compreensão do turismo no viés da visão economicista, em muitos casos, ancoradas em iniciativas de planejamento verticalizado, o turismo é um fenômeno espacial, portanto social, complexo que atravessa a pluralidade dos mais diversos campos de conhecimentos e saberes. Nesta perspectiva, em sua totalidade, promover o turismo de lugares é permitir a afirmação da identidade e do sentimento de pertencimento da população autóctone e desta forma, afirmar o capital social do lugar, desde que também assegurada a oportunidade de efetiva participação e protagonismo da população residente, em suas mais diversas formas de organização e de representação.

Conforme apontado por Milani (2005, p. 21), o “sentimento de pertencer ao grupo [...] é fundamental na definição do capital social”. Nesse sentido, criar condições e canais para a efetiva tomada de consciência pressupõem condições indispensáveis, capazes então, de fomentar o desenvolvimento turístico de forma ética e responsável. Ética no sentido dos princípios da hospitalidade pautados por relações de alteridade: respeito às diferenças, à diversidade e responsável no que diz respeito à promoção e emancipação do lugar no plano das relações socioeconômicas, política, culturais e socioambientais.

Com efeito, na perspectiva horizontal de iniciativas comprometidas com a afirmação da identidade e do sentimento de pertencimento dos residentes, o pensar e o fazer acontecer o turismo subvertem a lógica do mero consumo do lugar e, por consequência, reduz ou evita os impactos decorrentes

na medida que promove o reconhecimento e a valorização do potencial turístico da cidade.

Neste particular, a centenária cidade de Santa Leopoldina, localizada no Estado do Espírito Santo, em sua reconhecida potencialidade turística, pautada notadamente pelos atrativos históricos, culturais e naturais, apresenta-se enquanto objeto de referência do presente estudo, oportunidade em que, por meio de projeto de extensão, buscar-se-á promover a horizontalidade na discussão e definição de iniciativas voltadas para a promoção do turismo local. Sua localização estratégica, distante a aproximadamente 54 Km, da capital Vitória do Estado do Espírito Santo e com fácil acesso por meio de vias pavimentadas, descortina a pluralidade de atrativos que contemplam desde a importância do patrimônio histórico, às belezas naturais, dos rios, das montanhas, das trilhas, das cachoeiras, das corredeiras, assim como da diversidade da cultura material e imaterial que traz a influência dos índios, dos negros, dos austro-húngaros, italianos e alemães, povos que habitam a região desde os primórdios da sua colonização.

O trabalho em pauta, faz menção à iniciativa dos docentes do curso técnico integrado em guia de turismo do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *Campus* Vitória, lotados na Coordenadoria do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no atendimento às demandas apresentadas por segmentos turísticos da cidade de Santa Leopoldina, que por meio de projetos de extensão, visam promover ações comprometidas com o pensar e o fazer o turismo local, de forma participativa e colaborativa.

Cabe reafirmar a importância desse projeto de extensão acerca da educação turística para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos na defesa do preceito do direito à educação pública de qualidade reconhecida socialmente para os trabalhadores (BRASIL, 2007; CURY, 2007), frente ao cenário desolador do desmantelamento do Estado Democrático de Direito e do avanço do ideário neoliberal conservador; dos rumos que têm tomado as diretrizes políticas no âmbito da educação brasileira (LOMBARDI, 2017); das dificuldades

da gestão do Instituto Federal do Espírito Santo no cumprimento dos marcos legais que institui a oferta do Programa (IFES, 2018; BRASIL, 2007) e da queda substancial das matrículas (INEP, 2020).

Importa, ainda nesse texto, refletir acerca dos desafios que ainda persistem mesmo após 10 anos da sua implementação, subsidiada pelas investigações que se debruçaram sobre sua oferta na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (OLIVEIRA, SCOPEL; 2016; VITTORETTE, 2014; MACHADO, 2011). Os estudos apontam que em função da disputa entre projetos societários e da correlação de forças na sociedade brasileira, o Programa ainda não se materializou como política pública nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, *locus* privilegiado de sua implantação. Outrossim, alertam Oliveira e Cezarino (2017) acerca dos desafios epistemológico da integração curricular e ético-político de corresponder a demanda da formação integral de jovens e adultos trabalhadores.

108
... No Ifes *Campus* Vitória a inserção orgânica do Proeja é potencializada com as ofertas de cursos que integram o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, dispostos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral, organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Notório também destacar que mesmo diante dos embates e dos tensionamentos da oferta dos cursos técnicos para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, as diversas experiências pedagógicas em desenvolvimento nas turmas dos cursos técnicos do Proeja, visibilizam a insistência e a persistência dos gestores e dos educadores comprometidos com essa política de formação e de inclusão para as camadas populares (FERREIRA, 2017; OLIVEIRA; CEZARINO, 2017).

Inicialmente, a abordagem estará voltada para a apresentação da síntese do Termo de Cooperação Técnica, assinado pelos representantes da prefeitura de Santa Leopoldina e do Ifes, Proeja *Campus* Vitória. Na horizontalidade das relações estabelecidas entre os entes cooperados, a proposta

de educação turística nas escolas municipais, surgiu enquanto possibilidade para promover a afirmação da identidade e do sentido de pertencimento dos moradores locais.

Outrossim, na esfera da iniciativa relacionada à proposta de institucionalização do programa de educação turística na rede municipal de ensino de Santa Leopoldina, pensar a formação dos educadores passou a merecer a atenção dos educadores do Ifes *Campus* Vitória e dos dirigentes das Secretarias Municipais de Educação, Turismo e Cultura.

A partir dos esclarecimentos iniciais dessa proposta de trabalho, intenta-se como objetivo principal, apresentar as diretrizes do plano de cooperação, instrumento indutor da proposta de educação turística, pautada na horizontalidade do processo de construção e de implementação de metodologias participativas envolvendo educadores, educandos e comunidade, para assim, de forma ética e responsável, contribuir com o desenvolvimento turístico da cidade de Santa Leopoldina.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA: AS EXPERIÊNCIAS PRODUZIDAS

A pesquisa sustenta-se na abordagem qualitativa com as contribuições da pesquisa participante (BRANDÃO, 2006) e colaborativa (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA, 2008; 2016). Privilegiamos nesse artigo, os delineamentos teórico-metodológico da pesquisa documental (CELLARD, 2010; HELDER, 2006) em diálogo com as bases referenciais do planejamento participativo.

Assim, em busca da horizontalidade enquanto princípio democrático nos processos relacionados ao pensar e ao fazer, o ponto de partida diz respeito às diretrizes do Termo de Cooperação Técnica, assinado entre representantes do Ifes *Campus* Vitória e da prefeitura de Santa Leopoldina, com vistas ao atendimento das demandas de setores relacionados à promoção e desenvolvimento da atividade turística local. Tratou-se portanto, de uma iniciativa substanciada às estratégias do programa de extensão denominado “Coletivo Pela Base: Educação e mobilização para o exercício da cidadania”, por sua vez,

integrado ao curso técnico integrado em guia de turismo, ofertado pelo Ifes *Campus* Vitória na modalidade de educação de jovens e adultos.

O referido programa de extensão é o embrião de uma proposta que se pretende inovadora no campo da relação ensino, pesquisa e extensão no Ifes *Campus* Vitória. Os princípios e valores desta proposta de atuação e intervenção, por meio de metodologias participativas e colaborativas (FREIRE, 2011), estão alicerçados nos princípios teóricos e epistemológicos da interdisciplinaridade, interprofissionalidade, e da interculturalidade, como também no pluralismo e no exercício da cidadania. As iniciativas voltadas para o propósito da formação continuada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, estão alicerçadas em atividades diversas com base nos princípios da mobilização para a efetiva participação social em ações compartilhadas comprometidas com a transformação social.

110 ... A partir da produção e da realização de atividades socioeducativas, culturais, recreativas, de lazer e formação para a vida e o trabalho, buscar-se-á promover a integração e cooperação entre os mais diversos entes sociais. Dessa forma, a realização de cursos, minicursos, palestras, oficinas, visitas técnicas, eventos, estudos orientados em atividades científicas, atividades associativas, além da vinculação à outros projetos de extensão e de pesquisa, são algumas das ações voltadas para à promoção humana e para a emancipação cidadã no viés do protagonismo social, conforme preconiza Freire (2011), desenvolvidas pelos gestores e educadores dos cursos técnicos do Proeja que atendem os sujeitos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Ifes *Campus* Vitória.

Essa proposta de cooperação técnica mútua, sem repasse de recursos financeiros, se consubstancia por meio de projetos comprometidos com ações voltadas para o desenvolvimento da atividade turística no município de Santa Leopoldina. Concomitante, intenta-se, não obstante, promover o protagonismo social dos estudantes do curso técnico integrado em guia de turismo do Ifes *Campus* Vitória, buscando reafirmar os princípios éticos e políticos de processos educativo, social, cultural, científico e tecnológico, para a formação socioeducativa, cultural e profissional desses discentes.

Na sequência do ato institucional da assinatura do referido termo de Cooperação Técnica, diversas visitas técnicas e reuniões entre representantes do Ifes *Campus* Vitória e a prefeitura de Santa Leopoldina foram empreendidas para melhor compreensão da realidade local e definição de diretrizes e estratégias de atuação no âmbito de ações voltadas para a atualização do inventário turístico, a institucionalização da proposta de educação turística nas escolas municipais, dentre outras ações.

Outrossim, cabe destacar a iniciativa de realização do workshop “Santa Leopoldina: um destino turístico em discussão”, cujo principal objetivo foi dar visibilidade às propostas de intervenções a serem implementadas, a partir da parceria estabelecida, com foco na promoção do turismo receptivo de Santa Leopoldina, de forma planejada, ética, responsável e colaborativa.

O evento em pauta alcançou o objetivo esperado, qual seja, informar a comunidade sobre a parceria estabelecida entre o Ifes *Campus* Vitória e a Prefeitura de Santa Leopoldina com o apoio da Associação dos Empreendedores Turísticos locais; assim como, divulgar as ações em andamento e outras ainda a serem implementadas com os entes parceiros. Na oportunidade, houve a cerimônia de abertura com os depoimentos das autoridades municipais e dos representantes do Ifes *Campus* Vitória ratificando a importância da parceria proposta, na sequência, diversas apresentações típicas das manifestações da cultura local, finalizando com a apresentação e a assinatura da proposta de intervenção com vistas ao fortalecimento das atividades turísticas no município de Santa Leopoldina.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS EXPERIÊNCIAS PRODUZIDAS

Como apontado por Cruz (2006, p.05), planejar é “sempre, projetar o futuro que se deseja. Mas para projetar o futuro é preciso olhar para o passado e identificar os erros que não se deseja voltar a cometer”.

Nestes termos, após a realização de diversas visitas técnicas, entrevistas e estudos, envolvendo a observação participante, assim como a realização

de vários encontros e reuniões, constatou-se que, uma das questões centrais e indispensáveis para repensar a atividade turística local, diz respeito ao necessário movimento de fortalecer a identidade e o sentido de pertencimento dos munícipes por meio do reconhecimento e valorização do potencial turístico do lugar.

Neste sentido, necessário se fez considerar a importância de ações voltadas para promover o desenvolvimento de estudos, diagnósticos, levantamentos e pesquisas relacionadas à identificação, reconhecimento e caracterização das potencialidades turísticas do município de Santa Leopoldina. Importa ressaltar que esta parceria traduz uma oportunidade ímpar para os estudantes do Ifes, em especial, do curso técnico integrado em guia de turismo do *Campus Vitória*, mediante a possibilidade efetiva de novas vivências e experiências no campo das atividades de ensino-aprendizagem e de estágio orientado, assim como de publicações científicas, além de sinalizar para a possibilidade do desenvolvimento profissional futuro.

112

Ao município de Santa Leopoldina, na atuação conjunta e compartilhada dos servidores e estudantes do curso técnico integrado em guia de turismo do Ifes *Campus Vitória*, estão previstas atividades comprometidas com o desenvolvimento do turismo e fortalecimento da economia local.

A partir da atualização do inventário turístico, a elaboração de manuais, rotas, circuitos e roteiros turísticos, as publicações em geral e a realização de eventos relacionados à promoção do turismo local, são algumas das iniciativas possíveis de serem concretizados com base nos pressupostos do plano de trabalho, objeto do Termo de Cooperação assinado entre a Prefeitura de Santa Leopoldina e o Ifes *Campus Vitória*.

Portanto, no conjunto dos encaminhamentos democraticamente deliberados, além da atualização do inventário turístico por meio de metodologias participativas, envolvendo estudantes do curso técnico integrado em guia de turismo do Ifes *campus Vitória* e a comunidade local, concomitante, optou-se pela instituição de um programa municipal de educação turística, a ser implementado junto às escolas e comunidades.

Com a participação dos educadores do Ifes, de representantes da prefeitura e da comunidade local, foi elaborado a minuta do projeto de lei municipal, em seguida, encaminhado para a devida discussão e aprovação pelo Poder Público local, com o objetivo de instituir o Programa Municipal de Educação Turística a ser implementado nas escolas da rede municipal de ensino.

O processo de discussão e de elaboração da minuta do projeto de lei permitiu sedimentar o movimento horizontal das relações estabelecidas no âmbito da interlocução e compromissos compartilhados entre os representantes da prefeitura e do Instituto Federal.

A proposta de inserção da educação turística como tema transversal no ensino fundamental fez prevalecer a compreensão sobre o turismo na perspectiva do efetivo desenvolvimento social emancipatório, pautado pelos princípios da ética e da responsabilidade cidadã. Ético, mediante a possibilidade de reduzir ou mesmo, pôr fim aos impactos ambientais e socioculturais até então verificados. Emancipatório, no sentido de assegurar o protagonismo da comunidade local, com destaque para a formação dos estudantes da rede municipal com a participação da comunidade, em atividades orientadas para o reconhecimento e valorização das potencialidades turísticas e, por conseguinte, a tomada de consciência para a efetiva participação na definição dos planos e projetos no âmbito do repensar a atividade turística local.

Mediante, então, a proposta de institucionalização da educação turística, uma outra demanda precisou ser respondida por meio de um projeto específico voltado para a formação dos trabalhadores(as), em especial, professores(as) e especialistas da rede municipal de ensino no âmbito da proposta de implementação da educação turística junto aos estudantes do ensino fundamental.

Assim, na metodologia proposta para as oficinas temáticas de formação dos educadores da rede municipal, os profissionais envolvidos, após participação, terão como atribuições para a finalização do curso de formação, a elaboração e a desenvolvimento de seus próprios projetos de educação turística, junto aos estudantes e a comunidade escolar envolvida.

A iniciativa, portanto, de promover a formação inicial dos educadores, partiu-se da compreensão sobre o turismo na condição de fenômeno sociocultural, considerado em sua complexidade de relações no campo da totalidade do pensar a sociedade, a cultura, a ética, a estética e a política. Assim, buscou-se por meio da proposta de educação turística, levar os envolvidos a reconhecer e valorizar o potencial turístico da cidade, e de,

[...] não só pensarem a respeito do turismo no município, mas sentirem-se tanto agentes como sujeitos do seu desenvolvimento turístico e mais, de agirem com a maior eficiência possível em função da complexidade de seus pensamentos (conhecimentos) e de quanto internalizaram a questão da educação turística, rumo à caracterização de novos valores ou mudança de vida (REBELO, 1998, p.9).

114
... Dessa forma, por meio da educação turística ou educação para o turismo, objetivou-se reconhecer o turismo na condição de fenômeno sociocultural, em sua ampla capacidade de diálogo e interpelação entre as mais diversas áreas do conhecimento científico. Tratou-se portanto, de fazer compreender o turismo enquanto fenômeno complexo para, a partir de sua complexidade apreendida, permitir aos sujeitos envolvidos, alcançar o sentido da proposta de educação turística em sua totalidade de significados para a formação integral pretendida.

Conforme apontado por Ansarah (2002, p.23), é importante sempre considerar e entender que “a educação em turismo deve estar direcionada para uma reflexão multidisciplinar e para o trabalho em equipe, contemplando contextos multiculturais em que a criatividade combine o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia”.

Tal assertiva permitiu reconhecer que para trabalhar o tema “educação turística” no ensino fundamental, necessário se fez romper com a visão míope do turismo na reducionista relação de mercado: oferta-demanda e mais-valia, para desta forma, afirmar outra possibilidade de compreensão e de apreensão de conhecimentos inter e multidisciplinar do fenômeno turístico, em sua complexidade.

Na condição de tema transversal, a proposta de educação turística intentou-se a integração dos mais diversos campos do conhecimento por meio dos mais variados componentes curriculares do ensino fundamental, sem no entanto, perder de vista a importância dos princípios filosóficos da pretendida formação ética, estética e política de educandos e educadores: expressão do sentido da *práxis*, para além da relação mecânica e linear: teoria e prática.

Outrossim, no escopo do projeto para atender a formação inicial de educadores da rede municipal em educação turística, buscou-se contemplar os seguintes aspectos: metodologia de desenvolvimento do curso, carga horária, processo de inscrição, participação, avaliação e certificação. Nesta lógica, foi possível atender às demandas apontadas pelos representantes do poder público municipal, em especial, a equipe pedagógica da Secretaria de Educação.

As ações do projeto de educação turística nas escolas de Santa Leopoldina está vinculado ao programa de extensão do Proeja do Ifes *Campus* Vitória, denominado: Coletivo Pela Base: educação e mobilização para o exercício da cidadania, já explicitado. A proposta de realização do curso de extensão de formação inicial contempla a demanda apresentada por representantes da Associação dos Empreendedores Turísticos e da Prefeitura de Santa Leopoldina.

O curso de extensão de formação inicial em educação turística: território, identidade e pertencimento, está estruturado em módulos correspondentes a cinco eixos temáticos específicos, com uso de metodologias participativas, orientadas por professores especialistas do Instituto Federal do Espírito Santo, lotados na coordenação do Proeja *Campus* Vitória. A proposta do curso consta carga horária prevista de aproximadamente 247 horas, distribuídas em atividades presenciais e complementares de pesquisa e ensino e apresentam o seguintes os eixos temáticos: Fundamentos do sistema do turismo na perspectiva multidisciplinar; Fundamentos da proposta de formação omnilateral: uma estratégia para a reafirmação da identidade e sentimento de pertencimento na perspectiva da educação para o turismo de base local; Ética e turismo: alte-

ridade, diversidade e cidadania; História, memória e identidade na expressão do potencial turístico do lugar; Geografia do turismo: o espaço de relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais estabelecidas.

Como parte das atividades realizadas em encontros presenciais, os professores cursistas, uma vez devidamente orientados, deverão elaborar projetos relacionados à temática em estudo, para em seguida implementá-los nas escolas onde atuam junto aos estudantes e /ou a comunidade. Todas as etapas de desenvolvimento dos projetos deverão ser registradas para posterior apresentação no módulo seguinte, fomentando assim, discussões e debates acerca do resultado das atividades desenvolvidas por orientação dos respectivos projetos.

A atividade correspondente ao quinto eixo temático será apresentada em encontro final, oportunidade em que será realizado a avaliação geral do curso de extensão de formação inicial. Por meio do uso de metodologias colaborativas, buscar-se-á estimular os participantes para as discussões propostas, assim como para o despertar da criatividade e comprometimento com a elaboração e desenvolvimento dos projetos com demandas específicas, conforme os eixos temáticos correspondentes aos módulos de estudo.

Como resultado final, espera-se assegurar a formação de todos os participantes, em especial, dos educadores(as) e especialistas para que os mesmos deem concretude a projetos e práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral do educando por meio da educação turística, capaz, portanto, de promover o reconhecimento do potencial turístico da cidade, reafirmando a identidade e o sentimento de pertencimento. Como produto final, será organizado uma publicação com o resultado dos projetos desenvolvidos pelos professores junto a estudantes e comunidade local, de acordo com os eixos temáticos orientados. Cabe ressaltar que o alcance da presente proposta abarca, para além da extensão, o campo do ensino e da pesquisa aplicada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, faz-se importante ressaltar sobre a oportuna experiência em dar concretude a função social, política e cultural da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em específico, o Ifes *Campus* Vitória. O Termo de Cooperação abriu a possibilidade de efetiva articulação entre escola e comunidade externa.

Não obstante, no conjunto das relações estabelecidas entre os parceiros, a horizontalidade dos processos de discussão e definição das propostas de trabalho, seguida da formulação, discussão e aprovação de projetos a serem executados, confirmam os compromissos assumidos de forma compartilhada em busca da promoção do turismo local.

Dessa forma, na esfera dos compromissos firmado no Termo de Cooperação, concretizados por meio do programa de extensão e seus respectivos projetos vinculados, torna-se importante destacar a iniciativa de institucionalizar o ensino de educação turística e de promover a formação dos educadores da rede municipal de ensino. Neste ínterim, a atuação dos educadores do Ifes do Proeja *Campus* Vitória, remete ao reconhecimento do compromisso ético e político do processo de construção e socialização de conhecimentos e saberes de forma compartilhada, democrática e comprometida com a transformação social.

Com notoriedade, o Ifes, em especial por meio do Proeja, inaugura um novo modelo de interlocução e apoio amplo e irrestrito à rede municipal de ensino de Santa Leopoldina, Iniciativa que prenuncia um novo e possível formato de articulação entre os sistemas de ensino, federal e municipal, com o objetivo exclusivo de busca pela qualidade do ensino, ampliação dos horizontes de pesquisa e fortalecimento de atividades de extensão.

A proposta de discussão e implementação do programa de educação turística, enquanto política municipal consubstanciada ao projeto de curso de extensão de formação inicial dos educadores da rede municipal, abre a possibilidade de emancipação dos educadores, educandos e comunidade envolvi-

dos, promovendo a atividade turística a partir do reconhecimento e da valorização do patrimônio natural, histórico e cultural local.

No âmbito do curso de formação inicial dos educadores, as abordagens nos mais diversos campos do conhecimento fundamentam-se no conhecimento filosófico para a efetiva compreensão e apreensão dos conhecimentos, no alcance do sentido exato da *práxis* enquanto mecanismo possível de reflexão crítica para a transformação da realidade.

Neste sentido, por meio do projeto de extensão voltado inicialmente para o curso de formação inicial dos educadores da rede municipal, outras possibilidades de intervenção abrem novas frentes de articulação e atuação de forma compartilhada, horizontal e comprometida com aos princípios da ética, do respeito e da responsabilidade na promoção e emancipação cidadã dos sujeitos envolvidos.

Ratificamos que esse projeto de extensão em pauta, articulando ações de ensino, de pesquisa e de extensão tem sustentado a manutenção da oferta do Programa por meio da capilaridade que provocam e tem contribuído para a reafirmação da inserção orgânica da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no âmbito dessa Instituição de ensino, a despeito da não assunção dessa política pública para trabalhadores pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, num cenário conjuntural de desmantelamento da nossa incipiente democracia, de ataques aos direitos básicos constitucionais e de desqualificação de escola pública brasileira.

118

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M.G.R. **Formação e Capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo).

BRANDÃO, C. R. Org. **Pesquisa Participante**. SP: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. **Documento Base**, 2007. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/doc_base_250107.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2010.

CRUZ, R. C. A. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**, San Pablo. Diciembre 2006.

CURY, C. R. J. A educação como desafio da ordem jurídica. In: LOPES, ET., FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.567-584.

DESGAGNÉ, S. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 29, n. 15 pp. 7-35, maio-agosto. 2007.

FERREIRA, M. J. de R. Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT. 2017. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) PPGED/UFES. Vitória, UFES, 2017.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

IBIAPINA, I. M. L. M. Reflexões sobre a produção do campo teórico metodológico das pesquisas colaborativas: gênese e expansão. In: IBIAPINA, I. M. L. de M; BANDEIRA, H. M. M.; ARAÚJO, F. A. M. (Orgs.) **Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**, 1. ed. Teresina: EDUFPI, v. 5000. 2016, p.33-62.

HELDER, F. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. **PDI. 2014-2019**. Vitória: Ifes, 2018. Disponível em: www.ifes.edu.br. Acesso em agosto de 2019

INEP. **Sinopses estatísticas da educação básica**, 2020. Disponível em https://portal.inep.gov.br/básica.censo_escolar.sinopse >. Acesso em agosto de 2020.

LOMBARDI, J. C. Crise do capitalismo e educação. Algumas anotações. In: LOMBARDI, J. C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2017.

MACHADO, M. M. Avaliação da produção das pesquisas sobre o Proeja: impactos da implementação do programa. Trabalho encomendado 34ª Reunião Anual da ANPED. **Anais...** 2011.(mimeo).

MILANI, C. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Relatório do Projeto de Pesquisa**, financiado pela Fapesb. UFBA: 2002 – 2005. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsozial/>Acesso em 01/09/2018.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, E. C.; SCOPEL, E. G. **Uma década do Proeja**: sua gênese, balanço e perspectivas. HOLOS, v. 6, p. 120-144, out. 2016.

OLIVEIRA, E. C.; CEZARINO, K. R. de A. Percursos e práticas de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: desafios dessa oferta na perspectiva dos sujeitos. In: OLIVEIRA, I. M. de; RODRIGUES, D., JESUS, D. M. (Org). **Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar: perspectivas luso-brasileiras**. Vitória: EDUFES, 2017. p.349-373.

REBELO, S. M. **Plano Municipal de Educação Turística – P.M.E.T**. Um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico. Universidad Pontificia de Salamanca. Extracto de la Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias de la Educación. Salamanca, 1998.

VITORETTE, J. M. B. **A não consolidação do Proeja como política pública de Estado**. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Goiânia: UFG, 2014.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE BREJÃO DOS NEGROS - SE

ALINE ANDRADE SANTOS; JOSÉ AUGUSTO ANDRADE FILHO;
JULIANA FERREIRA DOS SANTOS

1 INTRODUÇÃO

Desde suas primeiras expressões, a viagem enquanto uma experiência cultural coletiva esteve compelida a determinados atributos culturais, sociais e identitários. Foi durante o Império Romano que começaram a aparecer as viagens como forma de escapismo da vida cotidiana, embora sob limitações sociais: somente pessoas livres e da elite dispunham de tempo e posses que lhes possibilitavam a prática da viagem enquanto lazer (HOLDEN, 2005).

Romano (2013) traz outro importante exemplo de contextualização histórica, pois, segundo ele, as pessoas sempre viajaram, como consta em textos, como a Odisseia, de Homero. Entretanto, ao contrário das viagens realizadas hoje, esses deslocamentos ocorridos no passado eram motivados principalmente por fins práticos, tais como razões de Estado, religião, dentre outros. Conforme o autor, o auge do capitalismo mercantil trouxe crescimento científico e tecnológico, especialmente a partir do século XVI.

A história social feminina mostra um cenário onde a maioria das mulheres foi ensinada a se comportar conforme as concepções masculinas arraigadas na cultura que, sob uma perspectiva de gênero, durante muito tempo incidiram sobre as mulheres e suas liberdades de deslocamento, além de fatores relacionados a condições e gostos de classe, constrangimentos intrinsecamente atrelados ao fato de “serem mulheres”. Contudo, ainda hoje, a autonomia conquistada

pela mulher gera reações negativas na sociedade, como vários tipos de violência contra elas cometidas, pois “desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isso mesmo, capaz de ser transformada por eles (FREIRE, 1992, p. 66-67).”

O termo “turismo” tem se tornado praticamente onipresente no vernáculo global e se manifestado na crescente participação e desejo das pessoas em visitar lugares diferentes ou receber e oferecer serviços remunerados a esta demanda. No entanto, são abundantes e complexos os paradoxos que cercam este tema, antes considerado como frívolo à atividade acadêmica (HOLDEN, 2005).

Embora já fora definido como um “elemento crucial na vida moderna” (Urry, 1996) sob a ótica de uma fuga do habitual, da busca por novas sensações (MacCannel, 1976) e das dinâmicas de poder que constroem ou reafirmam o par identidades/diferenças na busca por autenticidade (Chambers, 2000), uma vez que a temática do turismo ganha notoriedade conforme tornam-se mais complexas as dinâmicas e intensidade com as quais as pessoas, as coisas e as culturas se deslocam e estes fluxos transladam as representações de lugar.

Nesse contexto, as práticas de viagem e turismo revelam-se potencialmente capazes de reiterar ou modificar essas diferenças e desigualdades através de seus contatos transculturais.

Dessa forma, o turismo comunitário, enquanto agente de desenvolvimento social e econômico em comunidades locais, quando corretamente planejado, pode ser compreendido como um importante promotor de crescimento evidenciando o protagonismo dos envolvidos. Pode-se assegurar que o processo de planejamento participativo do turismo contribui com a identificação do potencial de uma localidade, bem como com a elaboração de estratégias para utilizar tais aptidões em favor da atividade, potencializando seus inúmeros benefícios.

Por meio de sua organização, em caráter associativo, comunidades tradicionais são beneficiadas a partir da criação de postos de trabalho e, por consequência, aumento da renda dos autóctones, através do aquecimento, de formas direta e indireta, de diversos setores da economia. No entanto, é

importante ressaltar que aqueles que desejam ter retornos positivos, provenientes da atividade turística, devem traçar metas a serem alcançadas, utilizando-se do planejamento turístico como ferramenta para gerir a atividade, minimizando os impactos advindos da sua implementação.

Por tratar-se de um setor que utiliza os ambientes natural, cultural e social como importantes fontes de atratividade, requer um planejamento participativo que deve ser realizado com a cooperação do maior número de moradores, porque ninguém compreende melhor as dinâmicas e contextos locais que os que habitam as comunidades. Portanto, torna-se essencial que estes estejam envolvidos no processo de planejamento e execução da atividade, visando o desenvolvimento sustentável do destino enquanto espaço turístico.

No que diz respeito às premissas, como elementos essenciais para o turismo, este trabalho traz a referida área de estudo como componente central e tem como objetivo principal analisar os reflexos do planejamento participativo do turismo desenvolvido na referida localidade.

Buscou-se, especificamente: realizar uma reflexão acerca dos conceitos supracitados, abrangência de planejamento e sua relação com o turismo; caracterizar os elementos do turismo ali presentes; analisar a oferta turística disponível na localidade; elencar prováveis entraves que impedem o crescimento do destino; estabelecer relação entre desenvolvimento e manutenção da identidade de lugar dos autóctones.

A pesquisa seguiu, como caminho metodológico, a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica sobre os temas propostos, que contribuiu para uma maior compreensão sobre o campo de pesquisa escolhido. Sendo assim, para sua composição, foram utilizados livros, periódicos e matérias relativos ao assunto, publicadas em sites, assim como conhecimento empírico dos pesquisadores. Este tipo de pesquisa tem como objetivo facilitar o entendimento do tema proposto, através da consulta a vários autores.

O conteúdo deste trabalho baseia-se em autores que discutem os conceitos abordados sob a ótica do turismo, do planejamento, do território, a exemplo de Chiavenato (2004), Oliveira (2014), Ostrom (2011), Santos (2006), Boul-

lón (2004), dentre outros. Os autores supramencionados utilizam conceitos que contribuem para facilitar a compreensão do tema em questão.

2 A TEORIA ALIADA À PRÁTICA: O DISCURSO TRANSFORMA-SE EM AÇÃO

Em vários momentos da história recente da sociedade, houve inúmeras tentativas para quebrar os padrões opressores em relação às mulheres. O primeiro movimento feminista refere-se ao período histórico que vai do século XIX até o XX. Neste período as mulheres lutavam por direitos iguais, também conhecidas como direito ao sufrágio. O segundo movimento procurou transformações sociais através da crítica ao patriarcado, nos anos de 1960 e 1970, no século XX.

O movimento estava centrado em reivindicar as desigualdades de gênero e direitos políticos. E o terceiro movimento ficou caracterizado por questões sexuais, de raça e da violência contra a mulher. Esses movimentos foram importantes para compreender a mulher atual. As lutas feministas transformaram a sociedade e, com isso, as mudanças sociais e os papéis da mulher foram se moldando. A mulher do século XXI passou a ter maior liberdade e decisão de escolha. O direito de fazer escolhas por si só interferiu em assuntos que incluem trabalho, prazer e viagens. Viagens sozinhas ou com amigas têm se tornado cada vez mais recorrentes, desprendendo-se de tudo e todos que antes a restringiam.

Atualmente, a cultura apropriou-se de novos contextos levando a ter seus conceitos intercambiáveis, já que ela pode ser observada frente a nossa compreensão de sociedade atual, estando interligada a três princípios básicos de definição. Primeiro, pode ser definido como espaço geográfico, em que região, raça e a predominância de várias culturas são conceitos fundamentais. Segundo, pode ser definido a partir da perspectiva de que países industrializados desfrutaram de condições que diferem tanto de países em transição quanto os em desenvolvimento. Em terceiro, estão os 16 aspectos psicológicos que podem ser definidos como cultura a partir do ponto de vista dos habitantes locais e suas atitudes (PERRY, 2000).

As preocupações com o entendimento de cultura nas sociedades modernas e antigas fizeram com que surgissem inúmeras definições e, entre muitos outros conceitos, expressa os diferentes modos de organização das sociedades, pois ela é a crença, o comportamento, as práticas sociais, ideias que passam por gerações formando identidades e características de uma região. Os valores percebidos são identificados em diferentes períodos históricos, a cultura se adapta às mudanças sociais, incorporando ideias antigas e novas a fim de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. A cultura é o modo de vida que as pessoas levam e é nela que se compreende a conduta de cada um dentro de uma sociedade (SANTOS, 1994).

Na Europa, no século XVIII, surgiu o movimento do romantismo que estava ligado diretamente à política e também à cultura. Essa cultura era direcionada para homens com um bom poder aquisitivo, pois era confundida com uma educação que só poderia ser adquirida através da leitura. Para conseguir entender e saber o significado de cultura era preciso comprar jornais, revistas e livros, pois só assim conseguiriam adquirir uma educação intelectual. Já no século XIX, a cultura foi se expandindo e levando conhecimento para diferentes áreas, passando a ser considerada de senso comum (MARTIN-BARBERO, 1997).

A classe trabalhadora passou a ter maior acesso à educação intelectual, que tanto era necessária para construir o entendimento de cultura e, [...] uma das formas de compreender as mudanças subsequentes é entender que, na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao gênero masculino (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 456). A mulher desempenhava o papel de dona de casa, sendo limitada e exclusiva para o agrado do patriarcal. Esse sistema social, denominado patriarcalismo tem como característica o poder do homem sobre a mulher no ambiente familiar, que também ganhou força no ambiente externo, tornando-se perceptível o valor feminino nas organizações políticas e sociais.

Atualmente, pode-se constatar que a mulher vem transpondo obstáculos e tem alcançado seu espaço e igualdade em vários âmbitos, apesar das disparidades sociais ainda existentes. O turismo é uma área onde a presença feminina é constante, enquanto oferta e também demanda. Vê-se um número cada vez maior de empreendedoras prosperando, sobretudo na prestação de serviços de acolhimento (hospedagem e alimentos e bebidas), assim como na oferta de roteiros, atuando no planejamento, implementação da ideia e comercialização do produto.

São muitas as denominações dadas ao turismo, o que faz com que a discussão sobre sua conceituação seja vasta. O conceito mais considerável e válido para o seu estudo, sem dúvida é o da Organização Mundial do Turismo – OMT:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas a lugares diferentes a seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

126

Para De La Torre (1992):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p. 19).

Um fenômeno que se configura nas viagens invocadas pela necessidade do homem de viver condições diferentes do habitual, fora dos seus locais de trabalho e moradia, para consumirem bens e serviços, estabelecendo uma ruptura desse cotidiano em busca do prazer contido em novas experiências e olhares sobre cenários diferentes do que lhe é comum. O turismo permite que os sentidos humanos se abram para um conjunto de estímulos que contrastem com a sua realidade (URRY, 2001).

Essa busca por situações diferentes transforma-se num motivo impulsor do turismo, definindo o destino a ser visitado. Com isso, a indústria do turismo vem modificando o contexto de muitas cidades e lugares em favor do desenvolvimento da atividade e com isso, aposta no (re)aproveitamento dos espaços para o desenvolvimento do turismo, além de promover fortalecimento da economia e identidade local. Assim, pode contribuir com benefícios, sob várias formas, enquanto atividade econômica, e sua associação à cultura preserva o elo de pertencimento do povo com seu lugar.

No tocante ao planejamento, Chiavenato (2004), o define como uma função administrativa que determina os objetivos a serem atingidos e meios para se alcançar. Além disso, pode ser visto como um modelo teórico, o qual se inicia com a proposição desses objetivos, a fim de detalhar os planos necessários para atingí-los. Já Oliveira (2014), conceitua planejamento como um processo desenvolvido para o alcance de um objetivo, utilizando de forma eficiente, eficaz e efetiva, os recursos e esforços disponíveis. Quando se considera os níveis hierárquicos, o planejamento pode ser dividido em três tipos: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional (OLIVEIRA, 2014). Esses tipos de planejamento podem ser correlacionados aos níveis de decisão em uma pirâmide organizacional.

Ao tratar do planejamento participativo, Molina (2001) apresenta algumas características centrais desta tipologia de planificação turística, sendo estas que: (a) deverá apresentar objetivos e metas que contemplem os anseios de todos os envolvidos; (b) o plano, programas e projetos são frutos de ações da sociedade; (c) deverá contribuir de forma direta para contornar possíveis conflitos; e (d) deve ter como norte a valorização do meio onde se der suas ações. Já Ostrom (2011), ao tratar sobre os processos de organização participativa em comunidades, deixa claro que o sucesso das atividades envolvendo a ação coletiva está diretamente relacionado à existência de uma instituição forte, que possibilite a aglutinação de empreendimentos e o desenvolvimento de ações que viabilizem a confiança e a cooperação no tocante à utilização de recursos de forma comum. Ou seja, ainda que com apreciações distintas, ambos

os autores exaltam o respeito aos processos e à coletividade a que esta está submetida durante o estabelecimento de objetivos e ações relativas ao planejamento participativo, visto que a ideia é justamente a de promover melhoria nas condições de vida dos atores sociais envolvidos.

Vignati (2008) afirma que, devido ao seu papel essencial na atividade turística, a comunidade deve ser considerada, já que os frutos do crescimento, assim como os possíveis problemas que podem advir com o turismo recairão sobre esta. Sendo assim, quanto maior for o envolvimento da comunidade na dinâmica de desenvolvimento do turismo local, maiores serão os benefícios para tal localidade, já que sua oferta turística poderá ser melhor estruturada, apresentando qualidade dos produtos e serviços disponibilizados aos turistas.

Para mensurar as transformações advindas do turismo, é necessário integrar gestores, empreendedores e sociedade civil no processo de planejamento. Deste modo, a busca pelo desenvolvimento turístico local pode contar com vários entes interessados na elaboração de um planejamento que atenda às necessidades da localidade de maneira adequada e plena. Contudo, a ideia de planejamento participativo é um desafio que deve ser apropriado por aqueles que buscam obter resultados positivos a partir da atividade turística, por entender que a participação coletiva é o grande segredo para as conquistas em dada localidade.

Dessa forma, o planejamento das atividades a serem ofertadas é tão importante quanto a sua realização propriamente dita. Boullón (2004) ratifica que a organização da oferta, nos quesitos instalações e facilidades, difere o usuário protagonista do espectador, assim como determina se as atividades serão realizadas de forma individual ou em grupos, com base nas atividades disponibilizadas, no perfil e atitude dos utentes em potencial.

No tocante à organização dessa oferta, uma das possibilidades de classificação das atividades recreativas ali desenvolvidas é proposta por Dumazedier (1976), que estabelece uma lista com cinco divisões, baseando-se em uma categorização por interesses. São elas: 1) Interesses físicos – Incluem as práticas esportivas nas atividades físicas e busca, com isso, o bem-estar (caminhada, trilha,

pesca, ginástica, musculação, entre outras); 2) Interesses artísticos –Abrangem todas as manifestações artísticas, não só contemplativas, mas produtivas também (sessões de cinema, visitas a museus, oficinas de arte, além de formas de divulgação da cultura popular, como escolas de samba, festas populares); 3) Interesses intelectuais – Referem-se às atividades que buscam o prazer por meio da atividade do raciocínio (leitura de livros, participação em jogos como xadrez, dama e trilha); 4) Interesses manuais – Buscam o prazer através da manipulação de objetos e produtos (jardinagem, costura, carpintaria, marcenaria, bricolagem, artesanato); 5) Interesses sociais – Presentes na maioria das propostas de lazer, alia o interesse de congregar pessoas e estabelecer relações sociais entre os indivíduos (passeios, piqueniques, bailes, jantares).

Camargo (2003) amplia essa classificação com a inserção do Interesse Turístico, que traz como principal motivação a busca de novas paisagens, ritmos e costumes como elementos destoantes do cotidiano, capaz de proporcionar momentos de fuga de sua vida rotineira.

O espaço é um elemento de suma importância para a democratização e desenvolvimento do turismo, por isso deve ser pensado e planejado de forma a atender às necessidades de todos os grupos participantes da sociedade onde a atividade é implementada. Os objetos, as atividades e as relações sociais tendem a modificar o espaço, fazendo com que ele perca, muitas vezes, a sua forma original. É importante salientar também que apesar do espaço estar associado ao território, existe uma diferença entre ambos. Santos (2006) diz que,

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima (SANTOS, 2006, p. 38).

Assim, um território é um espaço físico delimitado, que surge a partir do espaço em si e das relações de poder ali existentes, todas criadas pelos homens e que modificaram e modificam o espaço. Para Balastreri (2006),

Um espaço apropriado torna-se um território, expressão de poder, poder não somente do ponto de vista político, no sentido mais concreto de fundo dominial, mas expressando também poder no sentido mais simbólico, de apropriação por meio das representações sociais (BALASTRERI, 2006, p. 305).

Neste sentido, entende-se que o território abrange uma área que possui características físicas e criações feitas pelos homens. É a transformação provocada nos cenários naturais, capaz de produzir modos de viver, de interagir, que estão relacionados também com a construção dos valores sociais, políticos, econômicos e culturais de um determinado local (LIMA; YASUI, 2014).

3 METODOLOGIA

130 Prodanov e Freitas (2013) definem pesquisa científica como a busca por conhecimento com base em procedimentos capazes de gerar resultados confiáveis. Assim, nas pesquisas na área de Ciências Sociais, o foco é estudar a existência do homem e as características de suas relações. Nesse sentido, Villas Boas (2007) argumenta que a pesquisa busca conhecer as condições sociais, econômicas, históricas e políticas da sociedade em questão. A metodologia adotada para um trabalho de pesquisa permite ao pesquisador ter clareza do processo de criação e das etapas de desenvolvimento necessárias ao seu projeto. É uma parte fundamental do trabalho, pois atua como ferramenta norteadora que auxilia na sua concretização. Deve ser explicativa e conter as classificações de pesquisa na qual o mesmo se fundamentará (SANTOS; FONTES, 2018).

Processo que pode ser utilizado através de múltiplos instrumentos, competências e materiais, tangíveis e intangíveis, buscando coletar dados para enriquecimento de uma pesquisa, a partir da “escolha do procedimento para obtenção de dados, perpassando pela identificação de método(s), técnica(s), materiais, instrumentos de pesquisa e definição de amostra/universo, à categorização e análise dos dados coletados” (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

Nessa perspectiva, a metodologia pode ser vista como “o conhecimento geral e a habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados” (THIOLLENT, 1992, p. 25).

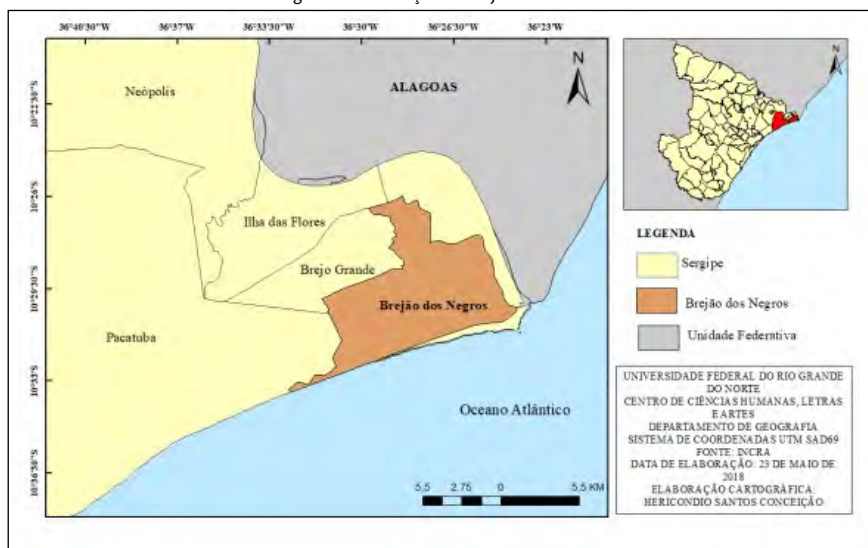
Com base no que citam os autores, esta esquisa possui caráter bibliográfico, realizada através de revisão de livros, artigos, periódicos, entre outras fontes que versam sobre o tema, assim como utilizou-se de conhecimento empírico, que contribuíram para uma maior compreensão sobre o campo de pesquisa escolhido, conforme elucida Severino (2007, p. 122), “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” e fornece base teórica para fundamentar o trabalho.. Sposito (2004, p. 62) explica que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Para formatar as questões de investigação e/ou levantamento de hipóteses desta pesquisa, o primeiro procedimento foi conhecer, a partir das técnicas de observações in loco, a área de estudo.

De acordo com a sua natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se define pelo levantamento de dados sobre o objeto ao qual se pesquisa, a fim de entender as motivações dos indivíduos para utilizá-lo. Segundo Dencker (1998, p. 106) “nos projetos de pesquisa qualitativa deverão constar todas as informações que puderem ser antecipadas”. Dessa forma, permite-se aprofundar todo o conhecimento sobre o objeto a ser pesquisado no intuito de um melhor aproveitamento do mesmo. Em relação às características desta pesquisa, a autora destaca a objetivação dos fenômenos e o respeito ao caráter interativo entre os objetivos almejados; orientações teóricas adotadas e seus dados empíricos; busca criteriosa de resultados, tendo em vista que sejam os mais fidedignos possíveis.

4 RESULTADOS

Objeto e campo deste estudo, a comunidade de remanescentes quilombolas Brejão dos Negros localiza-se no povoado Santa Cruz, situa-se a leste da sede do município de Brejo Grande e possui população de cerca de 486 famílias e é cercado por afluentes que desaguam na Foz do São Francisco. Por sua vez, Brejo Grande é um município do litoral norte de Sergipe, limita-se ao norte com o estado de Alagoas, a noroeste Ilha das Flores, a leste com o rio São Francisco, a oeste e sudoeste com Pacatuba, ao sul com o oceano Atlântico (ALVES, 2010) (Figura 1).

Figura 1: localização do objeto de estudo



Fonte: RTID da comunidade Brejão dos Negros.

Traz em suas memórias, elementos representativos do quilombo, que ali existiu, e toda bagagem herdada de seus ancestrais. O termo “quilombo”, segundo Leite (2008, p. 965), (em sua etimologia: bantu) significa acampamento guerreiro na floresta; sendo difundida no Brasil pela administração colonial, em suas legislações, relatórios, atos e decretos, referenciavam as

unidades de apoio instituídas pelos resistentes ao sistema escravocrata e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País. Integrando indígenas e brancos desertores, o quilombo – como definido por Moura (1972), foi a expressão mais radical de ruptura com o sistema brasileiro latifundiário e escravista.

É uma palavra de grande significação para os libertos, em sua trajetória, conquista e libertação, alcança, portanto, muitas dimensões e conteúdos. Tem-se como fato mais emblemático, o Quilombo dos Palmares, movimento rebelde que se opôs à administração colonial por quase dois séculos. (LEITE, 2008, p. 965).

Nesse sentido, houve uma união de forças entre as mulheres, dessa localidade, buscando empreender e gerar renda utilizando-se dos saberes e fazeres que detém, aliados aos arativos naturais presentes no espaço, foi criado um roteiro turístico intitulado “A Rota das Dandaras” que faz referência à emblemática companheira de ideais de Zumbi dos Palmares, que prioriza a vivência dos modos de vida locais e atividades como banhos de rio, trilhas na mata, culinária regional. A comunidade, através da associação de mulheres é responsável por coordenar as atividades, preparar as refeições e hospedar os visitantes, sendo remuneradas por todos os serviços e com geração de grande impacto socioeconômico.

O Quilombo Santa Cruz possui uma mata de grande valor para os residentes e está situado bem próximo à Foz do Rio São Francisco, o que faz com que o modo de vida local seja fortemente marcado pela relação com a natureza e as espécies vegetais utilizadas na alimentação, nas bebidas, nos doces e nos remédios, com as roças, com o rio e os recursos naturais relacionados. O viajante tem a opção de fazer trilha, visitar locais de produção agroecológica, assistir apresentação de Maracatu e de capoeira, visitar fábrica de óleo de coco, tomar banho no rio São Francisco, participar de rodas de conversa com contação de histórias pelos habitantes mais velhos, saborear ingredientes da gastronomia local e vai conhecer a forma de organização comunitária dessas mulheres que, com certeza, é um ponto forte e encantador desse roteiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se obrigatório, em uma atividade dinâmica e em inovação permanente no mundo, como o turismo, saber o que ofertar, para quem e como. A promoção turística otimiza o processo de atração de fluxo e precisa ser desenvolvida de forma estratégica, utilizando-se de procedimentos e atitudes planejados e realizados no presente, mas que terão influência na tomada de decisões futuras, a fim de que estas sejam mais eficientes e eficazes.

Este trabalho se propôs a tratar da importância do planejamento participativo na implementação e desenvolvimento da atividade turística numa localidade, principalmente quando esta é uma comunidade tradicional, porque apesar das memórias e identidade configurarem-se como fortes elementos de atratividade de um destino, quando mal planejado, o turismo pode contribuir fortemente para o apagamento de uma cultura através da suplantação de seus elementos, sobretudo imateriais, em detrimento do ganho pecuniário advindo dessa prática. Faz um recorte teórico sobre os seus conceitos, assim como aborda a sua necessidade da participação destas pessoas, o que permite uma visão ampla acerca da realidade local, bem como dos desejos e anseios da totalidade em relação ao turismo, buscando estreitar a distância entre a teoria e a prática.

Entende-se que, para a promoção e o desenvolvimento de uma dada região, no âmbito do turismo, faz-se necessária a adoção de uma série de medidas de (re)estruturação desse destino, buscando organizar as infraestruturas básica e específica, para que o morador seja um participante ativo desse processo, ajudando a compor a oferta turística ali existente, transformando os elementos naturais e culturais em atrativos turísticos, enaltecendo seus serviços e produtos, demonstrando que o envolvimento da comunidade local na atividade é imprescindível, em todos os níveis de decisões e ações.

Logo, é possível perceber que o engajamento daqueles que veem no turismo uma oportunidade para o desenvolvimento, contribui para que tais conquistas sejam alcançadas, com resultados para a coletividade. Reforça-se, portanto, o ideal de planejamento participativo do turismo, entendendo que

com ele é possível mudar positivamente o cenário dos que desejam prosperar, minimizando os impactos negativos da atividade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N.M.S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe**. Diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. Tese (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- BALASTRERI, A. R. **Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. In: Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mônica Arroyo, Maria Laura Silveira. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.
- BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. D. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7. Setembro, 2007.
- BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Tradução Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção.-- Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CÉSAR, P. A. B. & STIGLIANO, B.V. (2010) **Planificación turística en áreas urbanas: la implementación del turismo cultural en el centro de São Paulo, Brasil**. Estudios y Perspectivas en turismo, 19(5), 722-739.
- CHAMBERS, E. **Native tours: the anthropology of travel and tourism**. Illinois: Waveland Press, 2000.
- DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DENCKER, A. F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HOLDEN, A. (2005). **Environment and tourism**. London: Routledge.
- LEITE, I. B. **O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. UFSC. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

LIMA, Elizabeth. M. F. A; YASUI, Silvio. **Territórios e sentidos**: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. In: Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, jul- set 2014.

MACCANNEL, D. **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class**. London: Macmillan Press, 1989.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às medições**. Comunicação, cultura e hegemonia. UFRJ, 1997.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Conquista, 1972.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

Ostrom, E. (2011). El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de la acción colectiva. México: FCE, UNAM, IIS.

PERRY, S. Empowering women in business and the professions: A question of skills. In: KEARNEY, M.-L. **Women, power and the academy**: From rhetoric to reality. 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Universidade Feevale, 2ª Edição, 2013.

ROMANO, L. A. C. Viagens e viajantes: Uma literatura de viagens contemporânea. **Estação Literária**, v. 10B, p. 33-48, 2013.

SANTOS, A. A.; FONTES, H. A. L. **Rua de lazer para Aracaju-SE**: uma proposta de resignificação do espaço público para comunidade e visitantes. Aracaju, 2018. (Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Tecnólogo em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe).

SANTOS, J. L. D. **O que é cultura**. 14. ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEVERINO, A. J., 1941- **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

VIGNATI, F. (2008) **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para os pólos, cidades e países. Rio de Janeiro: Senac Rio.

VILLAS BÔAS, C. **A vocação das ciências sociais no Brasil:** um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945- 1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

DEMANDA TURÍSTICA REAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE: A 4ª CIDADE MAIS ANTIGA DO BRASIL

MÔNICA MARIA LIBERATO; LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA;
ALESSANDRA CONCEIÇÃO MONTEIRO ALVES

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais o turismo é tratado como uma das principais alternativas seja no âmbito social ou econômico com o intuito de movimentar a cadeia produtiva impactando no mercado e na experiência do viajante.

Contudo, pode-se considerar que, ao mesmo tempo em que o turismo pode ser considerado um importante instrumento de promoção social, deve-se pensar sempre no planejamento e na estrutura a ser ofertada, levando em consideração o impacto. Integrado ao Turismo Sustentável que deve abordar os três pilares essenciais: o pilar ambiental: que deve tratar da conservação da natureza onde estiver alojado; o pilar econômico: o apoio aos negócios locais e o pilar social: valorização dos projetos culturais locais.

Nesse sentido enfatiza-se que o pilar ambiental é o mais difundido. O interesse por lugares pouco conhecidos e grande preservação ambiental tem atraído muitos visitantes. Mas os locais já conhecidos e explorados não ficam de fora nesta questão da preocupação ambiental. Muitas cidades ou regiões de países cosmopolitas estão se adequando a esta preocupação ambiental e divulgando as ações que estão tomando para preservar a natureza, tais como iniciativas de proibição ao uso de plástico.

Portanto a o turismo compõe juntamente com o lazer, a cultura, as atividades artísticas, a melhoria da qualidade de vida e o hedonismo, um “novo estilo de vida” caracterizado por elementos que visam cada vez mais a supremacia do indivíduo (RODRIGUES,1997).

Neste cenário, o diagnóstico é a base para os projetos sugeridos no planejamento turístico, uma vez que ele deve analisar e avaliar a situação atual do destino turístico que vai ser planejado (MOLINA, 2005). O mesmo pode ser feito de diversas maneiras, seja através de inventários dos atrativos turísticos, através de indicadores retirados dos dados secundários, estudo de demanda turística real ou potencial, estudo com a comunidade, ou ainda através de ferramentas utilizadas na gestão empresarial como a análise de SWOT.

Assim, conhecer o perfil do turista é de fundamental importância para o diagnóstico do planejamento e desenvolvimento do destino turístico. Sem conhecer seu público-alvo a gestão pública não terá como criar estratégias dentro do plano direcionado às necessidades desse público, sendo menores os riscos de desperdício de tempo e recursos.

Este trabalho tem como objeto apresentar os resultados do processo de caracterização da demanda turística real de São Cristóvão, a primeira capital do Estado de Sergipe e a quarta cidade mais antiga do Brasil. Justifica-se pela relevância econômica e social que o turismo tem para a cidade, e ainda, pelo título de Patrimônio da Humanidade, recebido da Unesco em 2010, além dos catorze patrimônios tombados, que revelam história e riqueza cultural do município.

Ressalta-se que São Cristóvão tem um grande potencial turístico, reforçando a necessidade de elaborar um planejamento para o desenvolvimento de uma política de turismo mais participativa e sustentável, com programas e ações direcionadas para as necessidades do município e da comunidade que depende dessa atividade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SÃO CRISTÓVÃO/SERGIPE

São Cristóvão conta com 24 povoados, além sede do município e o núcleo urbano Rosa Elza com uma população total de 89.232 pessoas e uma área to-

tal de 443,53 km², o município faz divisa com Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga e Aracaju (LIBERATO, VIEIRA, 2019).

O município está inserido no Pólo Turístico Costa dos Coqueirais composto por treze municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Itaporanga, Indiaroba, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão (BRASIL, 2013).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), o Polo Costa dos Coqueirais está segmentado em turismo de sol e praia, turismo cultural e turismo de negócio (BRASIL, 2013), sendo que os dois primeiros juntos chegam a 79% fortalecendo a identidade turística do polo, com os segmentos de sol e praia e turismo cultural .

Quadro 1: Segmentos turísticos dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais

Segmento Turístico	Município
Sol e praia	Aracaju, Brejo Grande, Indiaroba, Estância e Santa Luzia do Itanhy
Cultural	Aracaju, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Pacatuba, São Cristóvão, Laranjeiras e Santa Luzia do Itanhy
Negócios e Eventos	Aracaju e Barra dos Coqueiros

Fonte: Brasil, (2013).

São Cristóvão é banhado pelos rios Paramopama, Vaza Barris e Poxim potencializando o ecoturismo, além de potenciais atrativos naturais como os balneários de Rita Cacete e Bica dos Pintos, e as Ilha Grande e a Croa do Goré . Também é o município com maior quantidade de patrimônios tombados do Estado de Sergipe conta com 29 patrimônios tombados nacionais, desses 13 estão localizados em São Cristóvão, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O município também é o único que recebeu em Sergipe o título da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO) de Patrimônio da Humanidade. Além do tombamento nacional, ainda possui mais 4 tombamentos estaduais e 1 municipal, tornando um acervo cultural de grande importância para o País (LIBERATO, VIEIRA, 2019).

Durante o ano, são muitas manifestações culturais e religiosas em São Cristóvão. Alguns dos eventos, segundo o Corpo de Bombeiros, chegam a reunir cerca de 40 mil pessoas. As manifestações mais representativas do município são: Festa de Nosso Senhor dos Passos (2º domingo da Quaresma), Os Tapetes Coloridos de São Cristóvão - Semana Santa (Feriado de Corpus Christi), Procição do Fogaréu (Quinta-feira da Semana Santa) e Festival de Artes de São Cristóvão - FASC (Novembro).

São Cristóvão é marcado por sua história e cultura, e ainda, pelo modo de viver da comunidade e pelas atividades turísticas. Este contexto foi fruto de grandes transformações no cenário econômico e político nacional, refletindo de forma direta e indireta nos cenários culturais e sociais do município.

2.2 PLANEJAMENTO E DEMANDA TURÍSTICA DO DESTINO

142 O planejamento, segundo os autores Tiffany e Peterson (1999) é uma ferramenta que pode contribuir com a organização em relação ao futuro, analisando a situação atual e criando estratégias para atingir os objetivos organizacionais de médio e longo prazo. É um processo sistêmico, dinâmico e flexível, que deve ser avaliado e, sempre que necessário reiniciado (REZENDE, 2011).

Para Vignati (2008) o planejamento estimula o desenvolvimento do turismo, tendo como objetivo transformar recursos em produtos turísticos e produtos em ofertas competitivas, para o autor, existe inúmeras vantagens para a gestão pública que faz o planejamento para o desenvolvimento do turismo, são elas:

- É o principal instrumento da política do turismo;
- Orienta e define políticas de crédito e incentivo;
- Dá segurança a investidores, empresários e população, revelando um verdadeiro interesse do município pelo turismo;
- Direciona o destino pelos caminhos da sustentabilidade e da competitividade turística;
- Melhora a eficácia comercial do destino turístico

Essas vantagens do planejamento turístico citadas por Vignati (2008) contribuem na redução dos impactos negativos que o turismo provoca, maximizando os positivos seja nas dimensões econômicas, ambientais e sociais. E ainda, segundo Chiavenato e Sapiro (2009), as organizações que trabalham de forma planejada conseguem se destacar das demais.

As organizações bem sucedidas buscam uma adequação apropriada entre as condições do ambiente externo e suas estratégias. Por sua vez, a estratégia define a estrutura organizacional e os processos internos no sentido de alcançar efeitos altamente positivos sobre o desempenho organizacional (CHIAVENATO, SAPIRO, 2009, p.30).

Dentro do contexto do planejamento turístico está a demanda turística. Esta, por sua vez, está alicerçada nos turistas que viajam ou desejam viajar para um determinado destino, motivado a consumir as ofertas turísticas desse destino (BRASIL, 2010, DIAS, 2005). Entende-se que esta demanda pode ser dividida em dois tipos: demanda real e demanda potencial, sendo que a demanda real são os turistas presentes no destino e a demanda potencial são os turistas que possuem as mesmas características, mas que ainda não conhecem o destino (BRASIL, 2010).

Segundo González e Molina (2007), são duas as estratégias de segmentação da demanda turística: na estratégia *a priori* os critérios de seleção do perfil do público-alvo são definidos antes mesmo da coleta de dados, e na estratégia *a posteriori* são selecionadas e usadas variáveis para identificar o perfil do público-alvo de acordo com a homogeneidade em relação às referidas variáveis. Portanto, pode-se entender que na primeira estratégia de segmentação da demanda turística, o perfil dos turistas deve ter sido previsto no projeto; na segunda estratégia, o perfil será identificado a partir dos dados coletados na pesquisa, com base na semelhança entre os turistas de acordo com os dados analisados.

Chias (2007) considera que a heterogeneidade dos turistas é importante porque aquece e movimenta o mercado de turismo, criando assim oportunidades de negócios.

Isso ocorre, pois cada pessoa têm demandas próprias, e muitas vezes, diferentes das demandas de seus amigos, parentes ou grupos de convívio. E estas demandas estão sempre se atualizando e sendo modificadas, em função da diversidade de ofertas de produtos turísticos e de novas experiências que são vivenciadas pelos visitantes (CHIAS, 2007, p.116).

Assim, ao identificar as características do público-alvo e seu comportamento de consumo, a gestão poderá prever no planejamento as ações necessárias para adequar suas ofertas de produtos e serviços turísticos para atender melhor essa demanda.

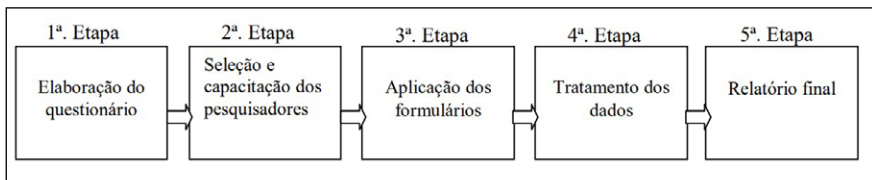
Segundo Beni (2006), a prática turística deve ser bem planejada, é necessário o envolvimento da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento da atividade. Neste sentido, entende-se que se faz necessário cooperação e intensa atuação na gestão pública quanto a elaboração de ações integradas e de manutenção, na qual comunidade participem do processo de planejamento e de tomada de decisões no que confere às ações relativas à infraestrutura, programas de formação profissional e políticas de incentivo e promoção, oportunizando assim progresso econômico, político e social das comunidades envolvidas nas atividade turísticas, a fim de fortalecer a promoção da cultura local.

3 METODOLOGIA

A pesquisa da demanda turística real de São Cristóvão foi realizada em dezembro de 2017 com 233 turistas durante o período do Festival de Artes de São Cristóvão (FASC) e do fluxo de visitantes do Museu da Polícia Militar (MPMSE) de São Cristóvão. Para o fluxo do MPMSE, foram utilizados os registros de presença nos livros de assinaturas no período de 2016 e 2017, onde todos os dados contidos foram digitados e tabulados em planilha Excel, cruzando as variáveis (nome, gênero, dia da semana e mês) e transformadas em dados estatísticos para analisar o perfil desse visitante e cruzar com o dados obtidos na pesquisa de demanda turística real.

Para a pesquisa da demanda turística real do município, considerou-se para a coleta de dados o método survey (aplicação direta de questionários) com perguntas fechadas e abertas, aplicado por 10 alunos do curso de turismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS), que foram distribuídos nos espaços turísticos de SC. O método de amostragem utilizado foi não 83 probabilístico, por conveniência, com 233 turistas visitantes, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2017. Os dados foram tabulados através do Excel e tratados de forma estatística, posteriormente transformados em gráficos. A Figura 1 apresenta as etapas realizadas para a pesquisa da demanda.

Figura 1: Desenho da elaboração da pesquisa da demanda turística de SC



Fonte: Criado pelos autores, 2019.

Para o fluxo do Museu da Polícia Militar de Sergipe, foram utilizados os registros de presenças nos livros de assinaturas de 2016 e 2017, onde todos os dados contidos no foram digitadas e tabulados em planilhas excel, cruzando variáveis (nome, gênero, dia da semana e mês) e transformados em gráficos estatísticos para analisar o perfil desse visitante e cruzar com a pesquisa de demanda turística.

4 RESULTADOS

Com o levantamento realizado em 2016 e 2017 dos livros do MPMSE, localizado em São Cristóvão, que em 2016/2017 teve 12.502 visitantes, desses 99% de brasileiros, e em relação ao Estado, 64% são de Sergipe (LIBERATO; VIEIRA, 2018). Com a coleta e análise dos dados sobre a demanda turística com 233 turistas visitantes de São Cristóvão foi possível identificar que 99% desses visitantes são brasileiros. O ranking dos Estados de origem dos visitantes

foi 1º lugar Sergipe com 76%, 2º lugar Bahia com 13,4%, 3º lugar Alagoas com 4% e 4º lugar São Paulo com 3%. Esses resultados corroboram com o perfil do turista visitante do Museu da Polícia Militar de SE. Esses resultados, tanto da demanda turística, como do perfil do visitante do MPMSE, confirmam que no município não existe turismo internacional, e que os esforços de marketing devem ser direcionados para fortalecer o turismo nacional, principalmente o regional.

A pesquisa de demanda turística de Sergipe, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2018) apresenta um perfil socioeconômico do turismo do Estado muito semelhante à pesquisa de demanda realizada em São Cristóvão, diferenciando apenas a ordem em relação ao índice: Bahia (26,2%), Sergipe (25,5%), São Paulo (13%), Rio de Janeiro (7,8%) e Alagoas (6,9%). Em relação ao gênero dos visitantes, 56% são do gênero feminino e 41% masculino, 3% dos entrevistados não quiseram informar. Esse resultado mostra que o maior público de visitantes em SC são mulheres, um indicador importante para as futuras ações. Já em relação à faixa-etária desses visitantes, é possível observar na Tabela 3, que 32% têm entre 20 e 30 anos e 20% entre 31 e 40 anos.

O estado civil do turista visitante é de 31% de pessoas casadas, 28% solteiras, 11% de divorciado e 2% de viúvo, porém 28% dos entrevistados preferiram não informarem seu estado civil. Com relação ao grau de instrução dos visitantes, segundo a Tabela 1, 64% possuem nível superior, desses, 24% com pós-graduação. Dados corroborados mais uma vez com os dados da pesquisa da FGV realizada em 2018.

Tabela 1: Dados do perfil da amostra

Características sociodemográficas	Frequência	%
País de origem		
Brasil	230	99%
Outro	3	1%

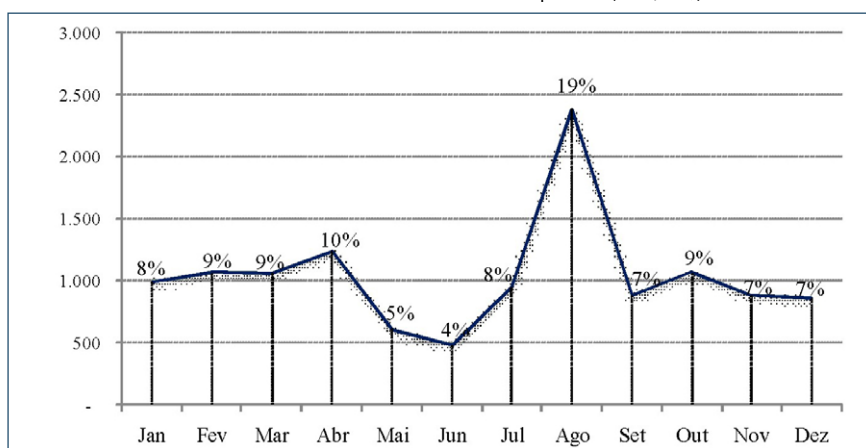
DEMANDA TURÍSTICA REAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Características sociodemográficas	Frequência	%
Estado brasileiro de origem		
Sergipe	176	76%
Bahia	31	13%
Alagoas	10	4%
São Paulo	6	3%
Rio de Janeiro	3	1%
Ceará	1	0,4%
Pernambuco	1	0,4%
Rio Grande do Sul	1	0,4%
Rio Grande do Norte	1	0,4%
Sta. Catarina	1	0,4%
N.I	2	1%
Gênero		
Masculino	95	41%
Feminino	131	56%
N.I	7	3%
Estado civil		
Solteiro	65	28%
Casado	72	31%
Divorciado	25	11%
Viúvo	5	2%
N.I	65	28%
Idade		
Até 19 anos (menor idade)	28	12%
20 a 30 anos	77	33%
31 a 40 anos	48	21%
41 a 50 anos	41	18%
51 a 60 ano.	13	6%
Acima de 60 anos (maior idade)	20	9%
N.I	6	3%
Escolaridade		
Ensino Fundamental	17	7%
Ensino Médio	60	26%
Curso Técnico	7	3%
Ensino Superior	93	40%
Pós-Graduação	56	24%

Nota: n=233; N.I= Não informado Fonte: Dados da pesquisa de demanda, elaborado Liberato e Vieira (2018).

Ao analisar o fluxo de turistas visitantes do MPMSE (Gráfico 1), identificou que agosto nos dois últimos anos foi o mês com o maior índice (19%), depois vem abril (10%). Já em relação ao dia da semana com maior fluxo de turistas visitantes no município, o fim de semana (sexta e sábado) chega a 57%, seguidos da terça-feira (14%) e quinta-feira (13%). Esse resultado fortalece a importância de criar atratividades culturais, fomentar o empreendedorismo para estabelecimentos de alimentação e entretenimento nos fins de semana para aumentar a permanência e o fluxo dos turistas.

Gráfico 1: Índice de fluxo de turista visitante por mês (2016/2017)



Fonte: Dados da pesquisa de visitantes MPMSE, elaborado por Liberato e Vieira (2018).

Ao analisar a renda dos visitantes entrevistados, percebe-se que 50% apresenta até três salários mínimos (R\$ 2.811,00 em 08/2018); 27% de 3 a 6 salários mínimos (até R\$ 5.622,00), 3% de 6 a 9 salários mínimos (até R\$ 8.433,00) e 4% de 9 a 12 salários mínimos. Ao somar todas as despesas realizadas em São Cristóvão citadas nos questionários foi possível identificar que o gasto médio diário por pessoa durante a visita à cidade com alimentação, museus, compras e outros foi de R\$ 70,00, um valor ainda baixo. A falta de infraestrutura em alguns atrativos e ofertas de roteiros são fatores que contribuem com esses resultados insuficientes.

No que diz respeito à característica do grupo (Tabela 2), 47% dos visitantes foram com os amigos, 15% sozinhos, 15% com a família, 13% com o companheiro (a) e 5% com companheiro (a) e filho (a). O resultado demonstra que o maior percentual dos entrevistados visita São Cristóvão com os amigos, mas que o índice do turista que visita a cidade sozinho também é grande e merece uma atenção especial nas ações de recepção desse público. Ao ser perguntado sobre o meio de transporte utilizado para a viagem, 57% dos entrevistados responderam que foram em veículo próprio, 22% com transporte de excursão e 17% de transporte público.

Um percentual muito pequeno (2%) teve a viagem organizada por agências de turismo. Isso faz pensar que as agências de receptivo de Sergipe não incluem em seus pacotes de roteiros turísticos a Cidade Histórica de São Cristóvão, o que demanda um trabalho da gestão pública a ser feito com relação às agências de turismo, fomentando a importância de ofertas de roteiros turísticos para a quarta cidade mais antiga Brasil.

Tabela 2: Característica da viagem do grupo pesquisado

Característica do grupo	Frequência	%
Formação do grupo		
Amigos	109	47%
Sozinho	35	15%
Grupo familiar	35	15%
Casal s/ filho	30	13%
Casal c/ filho	11	5%
Outros	13	6%
Meio de transporte		
Carro próprio	133	57%
Ônibus/Van/Excursão turística	52	22%
Transporte público	40	17%
Outro	8	3%
Viagem organizada por uma agência de turismo		
Sim	5	2%
Não	189	81%
N.I	39	17%

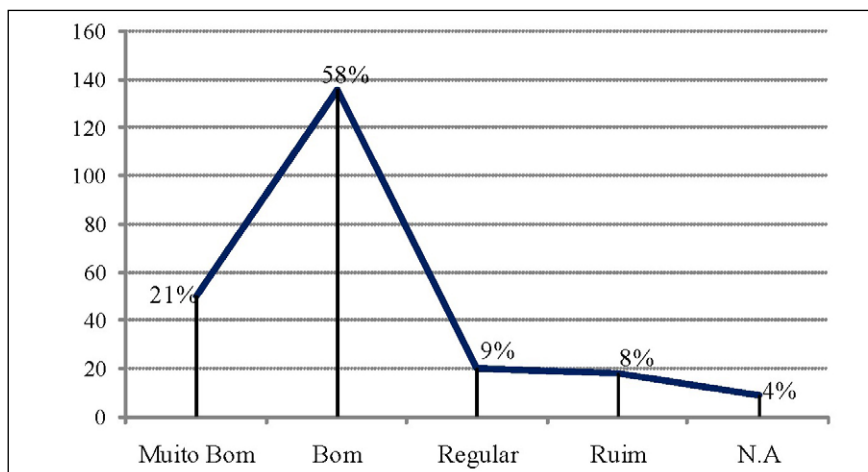
Nota: n=233; N.I= Não informado

Fonte: Dados da Pesquisa de Demanda, elaborado por Liberato e Vieira (2018).

Em relação à principal fonte de informação para a visita à cidade, 44% afirmaram que já conheciam São Cristóvão, 29% se informaram com amigos e ou parentes, apenas 16% buscaram informações sobre São Cristóvão na internet, 2% ficaram conhecendo sobre a cidade pela TV, e apenas 1% em guias turísticos impressos. Esse resultado mostra que a gestão necessita de um plano de comunicação mais ativo, com uma presença maior nas redes sociais e investir em guias turísticos impressos, com os patrimônios e serviços turísticos ofertados.

São Cristóvão é conhecido pelo turismo cultural e religioso, sendo estes os motivos de lazer que levam os turistas a visitá-la. Então a pergunta em relação à percepção dos atrativos turísticos não podia ficar de fora da pesquisa, e, segundo os entrevistados, (Gráfico 2), 21% concordam que os atrativos são muito bons, 58% bons, 9% regulares, 8% ruins e para 4% a pergunta não se aplica.

Gráfico 2: Percepção dos atrativos turísticos do município



n = 233; N.A = Não se Aplica

Fonte: Dados da Pesquisa de Demanda, elaborado por Liberato e Vieira (2018).

Em relação às expectativas esperadas para a viagem, 59% dos turistas responderam que foram atendidas, 29% atendidas parcialmente e 10% atendidas plenamente, apenas 1% ficou insatisfeito. Quando perguntados se pretendem voltar a visitar São Cristóvão, 94% afirmaram que sim, apenas 3% que

não e 3% não informaram. Quanto a indicar a visita à cidade à outra pessoa, 95% disseram que indicaram sim a ida a São Cristóvão a outras pessoas.

Além do perfil do turista visitante de São Cristóvão, foi possível conhecer por meio da pesquisa a percepção dos visitantes em relação à cidade. Das palavras citadas pelos visitantes quando perguntados o que lhes vem à mente quando pensam em São Cristóvão, 21% responderam Cultura; 15%, História; e 4%, Religião, apenas três palavras foram negativas – Abandono, Assalto e Atrassada. Esses resultados mostram a importância de citar Cultura e História no material de comunicação. Na Tabela 3 é possível conhecer as palavras mais citadas.

Tabela 3: Primeira palavra que vem à mente quando pensa em São Cristóvão (10+)

Palavra	%
Cultura	32%
História	20%
Religião	6%
Acolhimento	6%
Turismo	6%
Ancestralidade	1%
Igreja	1%
Felicidade	1%
Amor	1%
Diversão	1%

n = 233/ Fonte: Dados da Pesquisa de Demanda, elaborado por Liberato e Vieira (2018).

Em síntese, os dados obtidos na pesquisa de demanda real demonstram o perfil dos turistas visitantes de São Cristóvão: são brasileiros, de ambos os gêneros, provenientes principalmente de Sergipe, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, com faixa-etária entre 20 e 40 anos, nível superior, com renda até 6 salários mínimos, acompanhados de amigos ou familiares e motivados pelo lazer através do turismo cultural e religioso.

CONCLUSÃO

A importância da pesquisa de demanda turística de um destino parte das escassez de dados para o diagnóstico e planejamento do turismo. Esta pesquisa foi aplicado em um destino turístico que oferece enorme potencial de atrativos do turismo cultural e turismo religioso, além do apelo de ser patrimônio da humanidade.

As evidências obtidas no estudo permitiram conhecer, antes de tudo, o perfil dos turistas e as características das viagens, bem como a estrutura de gastos turísticos. Além disso, identificou a predominância do turismo doméstico, provenientes principalmente nos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas, de ambos os gêneros, entre 20 e 40 anos.

Diante das discussões abordadas, entende-se que para a Demanda Turística do visitante de São Cristóvão/ SE, devem ser direcionados esforços para fortalecer o turismo nacional, principalmente o regional, estimulando a troca de experiências e o agradável relacionamento de hospitalidade entre os turistas e os habitantes locais, ao mesmo tempo, possibilitando a apropriação dos benefícios gerados pelas atividades locais, fomentando a importância de ofertas de roteiros turísticos para a quarta cidade mais antiga Brasil, onde a comunidade passa de espectador à protagonista de seu próprio desenvolvimento, uma vez que os recursos devem ser aplicados para a melhoria da qualidade de vida local como um todo, caracterizando assim a essência do Turismo Comunitário, ou seja, uma soma de equilíbrio entre a indústria turística e as comunidades locais em que a participação no turismo vai além de simplesmente envolver a população.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo 2013**. Ministério do Turismo, 2013b. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/programa_de_regionalizacao_do_turismo_-_diretrizes.pdf>. Acesso em 28 jun 2019.
- BRASIL. **Inventário da Oferta Turística**. Ana Clévia Guerreiro Lima (Coordenador) – Brasília: Ministério do Turismo, 2011.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009
- FVG. **Caracterização da demanda turística de Sergipe 2018** [recurso eletrônico] / Fundação Getulio Vargas. Coordenador Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- IPHAN **Monumentos**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional .Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>>. Acesso em. 28/02/2019.
- IBGE. **Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>. Acesso em: 12/11/2019.
- LIBERATO, M. M.; VIEIRA, L. V. L. Turismo Cultural: Perfil do Visitante do Museu da Polícia Militar de Sergipe (MPMSE). **XLIII Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras**. Laranjeiras, 2018.
- MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Editora da Universidade do Sagrado Coração. 2005.
- REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. São Paulo: Atlas, 2011.
- RODRIGUES, A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 159 p.
- TIFFANY, P., PETERSON, S. D. **Planejamento Estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.
- VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.
- WIND, Y. Issues and advances in segmentation research. **Journal of Marketing Research**, Vol. 15, No. 3.1978.

NORMATIZAÇÕES DA GESTÃO AMBIENTAL DE HOTELARIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CÁSSIA REGINA D'ANTONIO ROCHA DA SILVA; ANA KARLA DE SOUZA ABUD

1 INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade ganhou visibilidade pela mídia em virtude da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, reunião que também ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou cúpula da Terra. Na época, foram feitas alertas sobre o esgotamento de diversos recursos naturais, sendo abertos questionamentos a respeito do modelo de desenvolvimento produtivista e economicista vigente. As apropriações do termo desenvolvimento sustentável acabaram sendo consideradas por diversos grupos, cada qual ponderando apenas a dimensão mais conveniente para si (MONTIBELLER-FILHO, 2001; CANDIOTO, 2009).

Devido às preocupações com a sustentabilidade do planeta, é possível reconhecer um avanço, senão prático ao menos discursivo, em relação às abordagens econômicas mais restritas ao fenômeno turístico. O enfoque mais conservador chegou a restringir a abordagem da sustentabilidade em uma visão econômica. Entretanto, mais adiante, preocupou-se com a sustentabilidade ambiental, centrada nos recursos naturais e, só recentemente, as práticas da sustentabilidade foram incorporadas aos atributos de cidadania, democracia, participação, descentralização, equidade, autonomia e pertencimento em relação à esfera local para a sua realização (LUCHIARI, 2002).

Tem se constituído como um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento o que se refere à adaptação da teórica para a prática dos princí-

pios que norteiam a sustentabilidade e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, visto que, seria necessário apontar que tais iniciativas e ações sejam capazes de gerar de modo simultâneo, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior eficiência econômica (BUARQUE, 2004; IRVING *et al.*, 2005; HANAI, 2012).

No setor do turismo mundial há de se buscar um conceito de desenvolvimento sustentável capaz de atender à realidade emergencial do desgaste das reservas ambientais e ao desequilíbrio das condições sociais vigentes nos centros urbanos interessados em utilizar o turismo como vetor econômico (HANAI, 2012).

O presente estudo procurou explorar a relação das atividades do turismo com o meio ambiente a partir da tomada de consciência a respeito da crise ambiental que trouxe, como um dos seus resultados, a necessidade de criar Normatizações e diretrizes para orientar as rotinas de um ambiente de hospedagem. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003), a partir da compilação bibliográfica de diversos autores que convergem para o tema deste trabalho. Na sequência, os textos foram selecionados a partir de dois critérios: (1) o rigor científico de suas teorias; e (2) a expressividade do autor junto a seus pares. Por se tratar, também, de um estudo exploratório, não foram estabelecidas hipóteses, sendo apenas definidas metas que orientaram a pesquisa, que procurou correlacionar os fenômenos sem sua manipulação (CERVO; BERVIAN, 2007).

A pesquisa bibliográfica concentrou-se nos aspectos relacionados aos conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade do turismo, ressaltando suas características para abordar as questões referentes à gestão de hotelarias. Buscou-se contextualizar e abordar, sucintamente, o referencial teórico de desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da crise ambiental e, na sequência, foram apresentadas as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 15401:2006 e ISO 21401:2018, que contêm indicadores de sustentabilidade voltados para o setor hoteleiro. Por último, através da síntese dos fundamentos teóricos e empíricos da gestão ambiental,

apresentou-se a aplicabilidade das Normatizações como ferramenta de avaliação do desenvolvimento sustentável para os meios de hospedagem.

2 O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quase que exclusivamente, durante algum tempo, o turismo era visto por seus aspectos econômicos, a partir do seu desempenho no Produto Interno Bruto (PIB), o que o tornava sustentável economicamente para o país. Hoje, observa-se, um outro tipo de visão para o setor e, o turismo aparece fortemente ligado a fatores ambientais e sociais, com os destinos turísticos mais procurados em todo o mundo fortemente empenhados em alcançar aquilo que se denominou “turismo sustentável”.

Em documento oficial, denominado Nosso Futuro Comum/Relatório *Brun- dtland*, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD, 1988) institucionalizou o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), tais necessidades incluíam a consideração das dimensões ambiental (redução da degradação ambiental, através de um uso mais eficiente dos recursos naturais) e social (redução da pobreza e das desigualdades sociais atreladas ao processo de desenvolvimento econômico) (PNUMA, 1988, p. 09).

Butler (1998) afirma que, até a década 70, os responsáveis pelo desenvolvimento do turismo visavam apenas a obtenção de lucros por parte de seus investidores, não se importando com questões socioambientais ligadas às consequências sobre os grupos sociais e ao espaço geográfico do turismo. O autor aponta a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1990, como o marco oficial do discurso sobre desenvolvimento sustentável neste setor.

Durante a CNUMAD/Brasil ou Rio 92, temas como problemas sociais e ambientais, críticas ao turismo economicista, intercâmbio entre sociedades e na-

ções, aprimoramento da consciência ambiental, respeito ao ambiente natural, respeito às singularidades culturais e relação entre os homens e a qualidade de vida obtiveram relevância. Na ocasião, 179 países participantes acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa que visa promover, em escala mundial, um novo padrão de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 1992)

De acordo com a Eco-Brasil (2010), a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

O Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1996) destaca que o turismo sustentável salvaguarda o ambiente e os seus recursos naturais, sendo capaz de garantir o crescimento econômico da atividade e satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras. Desta forma, o desenvolvimento turístico deve ter como pautas: (1) a economia dos recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, vindo a evitar, na medida do possível, a produção de desejos; (2) privilegiar e encorajar as autoridades públicas nacionais, regionais e locais; e (3) o planejamento do turismo deve ter como meta a criação de benefícios socioeconômicos para a sociedade mas, ao mesmo tempo, necessita manter a sustentabilidade do setor turístico através da conservação do meio ambiente e da cultura local.

[...] o turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para:

- Melhorar a qualidade de vida da comunidade visada;
- Oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências;
- Manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã quanto o visitante dependem (OMT, 1996, p.12).

As principais críticas em relação aos conceitos apresentados acima advêm da falta de precisão sobre quem deve ser beneficiado com o turismo. A conservação do meio ambiente e da cultura local, por exemplo, são vistas como necessidades para a manutenção econômica do turismo pelo fato das respectivas instituições

não questionarem o modelo de desenvolvimento voltado à produção e à lógica de crescimento econômico ilimitado, que é predominante no sistema capitalista. Para os teóricos críticos, a estrutura e a dinâmica do sistema capitalista se constituem na principal causa da degradação ambiental e das desigualdades sociais (MONTIBELLER-FILHO, 2001; LEFF, 2001; CANDIOTO, 2009).

Acrescenta-se ao fato a impossibilidade em se assegurar que o turismo é sustentável em uma localidade, pois seus reflexos se estendem para além do local. Além disto, o rótulo ‘turismo sustentável’ é, muitas vezes, usado para alterar a percepção dos turistas e vender uma ideia de preocupação ambiental inexistente. A literatura aponta que o *trade* turístico acaba por firmar no lugar um ciclo vicioso de dependência das destinações, o que leva a um desenvolvimento insustentável. Outro aspectos destacados do turismo sustentável surge a partir da necessidade de mudanças no comportamento por parte dos turistas, situação pouco abordada pelos autores dedicados ao turismo, o que dificulta medir a efetiva transferência da teoria para a prática (CANDIOTO, 2009).

Apesar do efeito mobilizador existente no discurso do desenvolvimento sustentável, as ações que vêm sendo empreendidas em seu nome têm se mostrado, até o momento, ambíguas, fragmentadas e pouco eficazes diante da complexidade dos desafios da prática do turismo associados às questões ambientais, tendo como exemplo a redução das desigualdades, o controle e o planejamento do crescimento econômico, a redução do nível de degradação e aumento do nível de conservação ambiental, usos e manejos adequados dos recursos, participação efetiva da sociedade na tomada de decisões e, relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza e justiça social (LEFF, 2001; HANAI, 2012).

Hanai (2012) aponta que, para a sustentabilidade turística ser traduzida em aplicações práticas e geradoras de benefícios sociais, econômicos e ambientais, são necessários mecanismos de planejamento que permitam às comunidades escolher e regular o uso dos seus territórios, controlando a capacidade de carga ambiental, social e cultural, assim como o monitoramento e a avaliação as atividades desenvolvidas.

Desta forma, a sustentabilidade do turismo se daria, principalmente, por meio de políticas, gestão e planejamento turístico. Silveira (2001) e Candiotto (2009) enfatizam que o desenvolvimento sustentável do turismo precisa formular e executar uma política territorial e uma estratégia de desenvolvimento local baseada no planejamento integrado da atividade turística. Indicam, também, que o principal responsável para o desenvolvimento do turismo sustentável seria o Estado, por meio de políticas públicas com ênfase no desenvolvimento local. Isto permitiria estabelecer uma forma equilibrada de desenvolvimento que permitisse conservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, explorar o turismo, assegurando o crescimento econômico (HALL, 2001; CANDIOTO, 2009).

No Brasil, o Ministério do Turismo lançou, em 2004, programas para valorizar e inserir a sustentabilidade no setor. Entre as ações já realizadas estão os programas Talentos do Brasil Rural, o Viaje Legal, a produção associada ao turismo (artesanato e turismo de base comunitária, entre outros) e o Turismo Acessível. Paralelamente, instaurou o Programa Turismo Sustentável e Infância, com foco no enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes no turismo brasileiro. O Brasil também é parceiro no Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, que tem por objetivos:

- (1) estimular a cadeia do turismo a agir de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável;
- (2) incentivar o *trade* a oferecer produtos e serviços sustentáveis e possibilitar que as boas iniciativas sejam multiplicadas;
- (3) fomentar a cultura empresarial de gestão da sustentabilidade no setor do turismo;
- (4) reconhecer as melhores práticas e dar visibilidade às empresas e suas ações sustentáveis; e
- (5) contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável do destino Brasil (BRASIL, 2015).

A ONU, em setembro de 2015, reuniu em Nova York cerca de 150 líderes mundiais, entre eles o Brasil, e reconheceu o turismo como uma das atividades essenciais para o desenvolvimento sustentável no mundo. Os líderes participantes se comprometeram com 17 Objetivos do Desenvolvimento susten-

tável (ODS) e 169 metas para serem cumpridos até 2030. O setor de turismo foi considerado essencial, tanto pela capacidade de gerar empregos quanto por promover a cultura local, além de estratégico para monitorar os impactos e gerir os recursos naturais (BRASIL, 2015).

As abordagens que resultam do interesse da preocupação em conceber o turismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômico e ambientais, sob a investigação da sustentabilidade, vêm proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito do mérito, como também aos rumos dessa atividade (PIRES, 1998; *apud* HANAI, 2012).

O desenvolvimento sustentável do turismo é, para a OMT, um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, tornando imperativo medidas preventivas ou de correção para minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais. Para isto, o processo requer a participação e o comprometimento de todos os atores envolvidos, principalmente o poder público, incentivando e apoiando o processo (BRASIL, 2015).

Diante disto, o produto turístico necessita de um diferencial que o transforme em uma ferramenta de conservação ambiental e de desenvolvimento para a localidade. Para ser sustentável, o desenvolvimento do turismo deve, entre outras coisas ir ao encontro das necessidades da população local em termos de melhoria dos padrões de vida a curto e longo prazos; satisfazer a demanda atual e, havendo incremento do número de turistas, manter o nível de atratividade do lugar; salvaguardar o meio ambiente para que ele continue servindo de base para o cumprimento dos itens anteriores (SILVEIRA, 2001; CANDIOTO, 2009).

2.1 A COMPLEXIDADE DO SISTEMA TURÍSTICO

O turismo é considerado um sistema aberto, com alto grau de entropia, já que possui interação com o meio externo e mantém relações dinâmicas com

o meio ambiente e com os seus subsistemas, além de permanente interação entre os seus componentes (BENI, 1998). Com isto, deve-se levar em conta que a hotelaria é muito afetada por influências externas, tais como o desempenho do sistema socioeconômico em que está inserida, a exemplo de mudanças na tecnologia, regulamentações governamentais, alterações nos preços dos insumos, qualidade nos serviços públicos da região, disponibilidade de pessoal especializado, preservação do meio ambiente e falta de uma cultura associativa no setor (PETROCCHI, 2007).

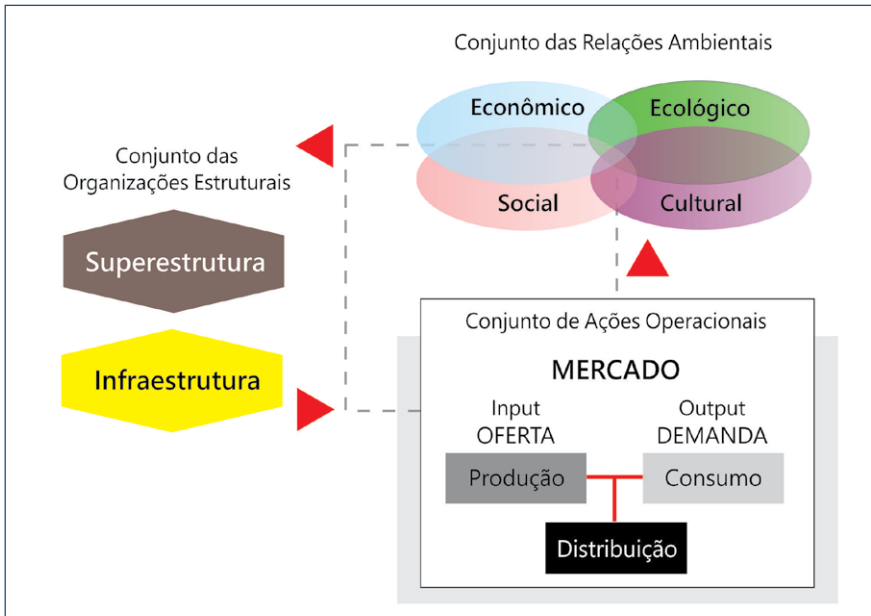
Beni (1998) criou um modelo de sistema de turismo, denominado Sistur, baseado na teoria geral dos sistemas do biólogo Ludwin von Bertalanffy. Nesta teoria do pensamento sistêmico, nenhum problema ou situação é inteiramente simples e linear, sendo o objeto de estudo reconhecido na sua complexidade devido às inúmeras causas que produzem inúmeros efeitos.

O Sistur é composto por três conjuntos. O Conjunto das Relações Ambientais (CRA) mostra a relação entre o turismo e o meio ambiente ao qual está inserido, ou seja, demonstra a importância que o ambiente econômico, social, ecológico e cultural tem sobre o turismo e a execução de suas atividades, bem como a influência que o turismo tem sobre esses ambientes. O Conjunto da Organização Estrutural (COE) reúne a superestrutura, que inclui as políticas e diretrizes que propõem regular o desenvolvimento da atividade turística, assim como a infraestrutura (ver Figura 1) necessária para o bem estar dos residentes e dos turistas nos destinos onde o turismo está sendo implementado. O Conjunto das Ações Operacionais (CAO), por sua vez, é o conjunto que expressa os aspectos mercadológicos do turismo, ou seja, mostra a relação de oferta/produção dos bens e serviços e, a demanda/consumo (pessoas que possivelmente venham a consumir os bens e serviços ofertados) em um mercado onde ocorre a interação dessa oferta e dessa demanda, bem como distribui os bens e serviços para aqueles que desejem adquiri-los/consumi-los, com cada um desses possuindo seus subsistemas (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

A atuação do setor do turismo tem se efetivado a partir da elaboração de planos, programas e projetos de incremento e incentivo, nos quais o próprio

governo define as diretrizes e metas que vão servir de orientação para o seu desenvolvimento, assim como as formas e o grau de intervenção no processo de planejamento e de desenvolvimento do setor (BENI, 2001).

Figura 1 – Sistema de modelo SISTUR – modelo referencial



Fonte: Adaptado de Beni (1998)

Neste contexto, as discussões sobre o planejamento turístico ressaltam, cada vez mais, a necessidade do planejamento sustentável. O mesmo reúne os fatores econômicos e de crescimento, as questões ecológicas e socioculturais para atingir o desenvolvimento da localidade, reconhecendo que, se não planejado, pode causar efeitos negativos ao destino turístico. Verifica-se, com isto, que planejamento não pode ser uma atividade pontual e racional, pois é altamente política (RUSCHMANN, 2008; KAUPILLA *et al.*, 2009).

3. OS MEIOS DE HOSPEDAGEM E AS NORMAS DA ABNT NBR 15401:2006 E ISO 21401:2018

Como dito anteriormente, o sistema do turismo é composto por um conjunto de organizações de vários segmentos, tanto da esfera pública como da esfera privada, cujos processos, atividades, produtos e serviços são articulados entre si, como elos de uma mesma corrente, formando todo o ciclo produtivo, desde o fornecimento de insumos básicos até a chegada do produto ou serviço ao consumidor, cliente ou usuário final (BENI, 1998, 2001).

O planejamento e a gestão do turismo são atividades de grande complexidade pois, em virtude da sua interdisciplinaridade, que interage com todos os setores da economia, lida essencialmente com pessoas, o que ressalta o envolvimento que a administração do turismo tem com o comportamento das pessoas, os valores culturais e sociais, o desenvolvimento sustentável, além de lidar com um sistema que está em constante processo de mudanças (PETROCCHI, 2007).

164

O setor hoteleiro tem suas características próprias de organização e a sua principal finalidade é disponibilizar hospedagem, alimentação (opcional), segurança e vários outros serviços relacionados à atividade de “bem receber” (MARTINS; BAHIA, 2011)

Para atender à diversidade do mercado turístico, existem vários meios de hospedagem, de uma área para camping a albergues, flats, pousadas, eco hotéis até luxuosos *resorts*. Consequentemente, cada um tem uma gestão específica, conforme a quantidade de unidades, os serviços oferecidos, entre outras condições proporcionadas pelo estabelecimento (BRASIL, 2010).

Em função da heterogeneidade dos componentes, intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e precibilidade, ainda que o enfoque esteja na demanda e no consumo, tem-se alguns obstáculos na construção de um modelo sustentável. Essas características aparentemente têm pouca operacionalidade de ações sustentáveis. Frente a isto, em 2005 foi criada a Comissão de Estudos da ABNT para Sustentabilidade de Meios de Hospedagem, a qual produziu, com base na Norma internacional NIH 54, desenvolvida pela Funda-

ção Instituto de Hospitalidade e dentro do Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS), a Norma brasileira NBR 15401, publicada pela ABNT em 2006. A ABNT NBR 15401 foi desenvolvida no âmbito do Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-054) e foi publicada no final de outubro de 2006 pela ABNT (ABNT; SEBRAE, 2016).

Entre os anos de 2007 e 2009 foi estabelecido o Programa de Certificação de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem, dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, e a certificação dos meios de hospedagem passou a ter o reconhecimento do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Em 2014, já com a nova versão da Norma NBR 15401, o Brasil iniciou o processo de certificação, participando ativamente no Comitê de turismo da *International Organization for Standardization* (ISO) e, em 2016, foi criado o grupo de trabalho WG 13 – *Sustainable Tourism* com este objetivo. Após 5 reuniões, com a participação de 60 especialistas de 26 diferentes países, o trabalho foi concluído, com a produção da Norma ISO 21401:2018 (GARRIDO, 2018).

Outras Normas que serviram de base e prescindiram a Norma ISO 21401:2018 foram: (1) ABNT NBR ISO 9000:2005, relativa aos sistemas de gestão da qualidade; (2) ABNT NBR ISO 14001:2004, referente aos sistemas de gestão ambiental; (3) OHSAS 18001, que trata dos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional; e (4) ABNT NBR 15401:2006, relativa aos meios de hospedagem e seu sistema de gestão da sustentabilidade (ABNT; SEBRAE, 2016).

Organizações no setor do turismo demonstram estar cada vez mais preocupadas em atingir e apresentar um melhor desempenho em relação à sustentabilidade, gerindo o impacto de suas atividades, produtos ou serviços, levando em consideração sua política e seus objetivos de sustentabilidade. Esse contexto sinaliza para a elaboração de uma legislação focada no desenvolvimento de políticas econômicas e, de medidas que visam estimular a proteção ao meio ambiente, às questões sociais e ao patrimônio cultural considerando também, uma maior preocupação pelas partes envolvidas, em particular os turistas/clientes, em relação à qualidade, às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável (ROSA; SILVA, 2017).

Desde o início da década de 80 as grandes redes de hotelaria norte-americanas e europeias vêm adotando práticas de valorização dos recursos ambientais, demonstrando que o conceito de consumo responsável já havia chegado ao turismo. Na época, Alemanha, Japão e Estados Unidos eram os países que concentravam o maior número de turistas (SALVATI, 2001; LOGATO *et al.*, 2019).

Os principais motivos pelos quais o segmento hoteleiro vem se preocupando com os impactos do setor no meio ambiente estão relacionados à redução de custos e à qualidade ambiental do destino turístico como pré-requisito para turistas. Com tudo a adoção de práticas ambientais pelo setor da hotelaria está de certa forma vinculada à melhoria de sua imagem perante o entorno turístico e seus potenciais e aos atuais clientes (BURGOSJIMÉNEZ, CANO-GUILLÉN & CÉSPEDES-LORENTE, 2002; LOGATO *et al.*, 2019).

3.1 APLICAÇÃO DAS NORMAS ISO 21401:2018 E ABNT NBR 15401:2006

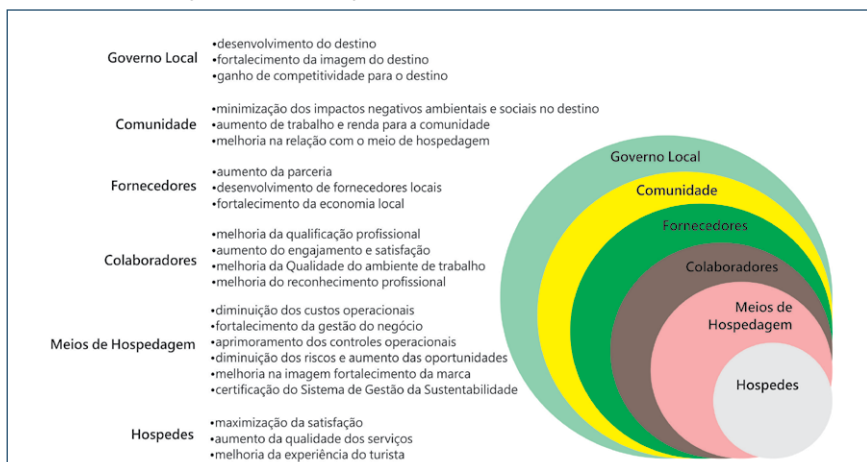
166

A ISO 21401:2018 tem como objetivo promover a agenda de sustentabilidade. Seu conteúdo aborda questões como direitos humanos, saúde, segurança, proteção ambiental e desenvolvimento da economia local, descrevendo os elementos de um sistema de gestão da sustentabilidade e incluindo os principais aspectos que devem ser gerenciados por um hotel. Para isto, aborda três dimensões: (1) a dimensão ambiental, que trata do consumo de água, energia, geração de resíduos e proteção da fauna e da flora; (2) a dimensão social, que envolve a geração de trabalho e renda, a valorização da cultura e o desenvolvimento da comunidade local; e (3) a dimensão econômica, tratando da prevenção de acidentes com clientes e colaboradores, da satisfação dos clientes e da viabilidade econômica do empreendimento. (ABNT, 2018)

A adoção da ISO 21401:2018 fornece parâmetros para as decisões de gestão tomadas pelos estabelecimentos de hospedagem, além de contribuir com os cumprimentos dos objetivos do negócio através da redução dos custos, aprimorando o relacionamento com os fornecedores e comunidade, maximizan-

do a experiência e a satisfação dos hóspedes e melhoria da imagem e reputação do negócio. Sua implementação permite que a administração tome suas decisões gerenciais e estratégicas com base em informações e dados relacionados aos impactos positivos e negativos das dimensões ambiental, sociocultural e econômica, trazendo benefícios para todas as partes interessadas (GARRIDO, 2018).

Figura 2 – Sistema de gestão da sustentabilidade – ISO 21401:2018



Fonte: Adaptado de Garrido (2018)

A experiência do turista é construída por uma série de eventos, sendo a seleção do hotel uma das primeiras providências. Pode-se construir a experiência do turista a partir do momento que ele acessa a recepção (*check in*) para dar entrada a sua estadia no hotel na sequência usufrui da infraestrutura e dos serviços oferecidos pelo estabelecimento, até o processo de encerramento (*check out*), chegando até às atividades pós venda. Nos serviços constam a hospedagem, a alimentação e o lazer. Na parte administrativa, outros processos são essenciais para o funcionamento de um meio de hospedagem. A saber: o departamento comercial, a governança, a manutenção, as reservas e o departamento de compras (Alimentação e Bebidas). Todo este conjunto de serviços deve ser gerenciado com foco nos objetivos do negócio e alinhado à estratégia, em cumprimento às políticas de gestão ambiental (GARRIDO, 2018).

A ISO 21401:2018 descreve os elementos de um sistema de gestão com foco em transformar o meio de hospedagem em um negócio verdadeiramente sustentável e, para sua aplicação, as recomendações são dispostas na Tabela 1.

Tabela 1: Recomendações e ações ISO 21401:2018 para gestão da sustentabilidade no setor hoteleiro

Recomendação	Ação aplicada aos meios de hospedagem
1. Conheça o seu Hotel sob o ponto de vista da sustentabilidade	Faça um diagnóstico das práticas de sustentabilidade adotadas do modelo atual de gestão do negócio e de como a sustentabilidade é aplicada. A partir disto realize mapeamento das principais atividades desenvolvidas no empreendimento, relacionando os aspectos e impactos ligados a sustentabilidade envolvidos com estas atividades, pensando sempre nas três dimensões envolvidas ambiental, social e econômica.
2. Implemente indicadores de sustentabilidade	Você deve quantificar o desempenho das práticas atuais de gestão sustentável. Para isto escolha e implemente um conjunto de indicadores de sustentabilidade relacionados aos aspectos para avaliar-se as práticas estão de fato reduzindo os impactos negativos. Isto aumentará a qualidade das decisões geranciais a serem tomadas.
3. Defina objetivos de sustentabilidade	Depois de identificar os impactos relacionados com a operação do Hotel e de se medir por meio de indicadores os resultados é hora de definir objetivos de sustentabilidade. Como por exemplo reduzir o consumo de água em 10% ou aumentar a satisfação do hospede para 0%
4. Implemente o Sistema de Gestão da Sustentabilidade	Implemente os requisitos do Sistema de gestão (ISO 21401) para conectar a estratégia do negócio com os aspectos e impactos, os objetivos, indicadores e as práticas de sustentabilidade identificadas.
5. Melhore o desempenho do Hotel	Agora, com base nos resultados obtidos e conhecendo todos os aspectos e impactos da sustentabilidade relacionados ao negócio, planeje e implemente novas práticas sustentáveis e produza as melhorias na gestão do seu Hotel.

Fonte: Adaptado de Garrido (2018)

O setor de hotelaria gera conflitos ambientais por conta dos seus resíduos, gastos com energia e água. Visto que, a maior parte da água consumida dentro do estabelecimento é liberada para o esgoto e, em sua maioria sem tratamento adequado. Estes fatos indicam uma necessidade do uso de práticas e produtos mais condizentes com a preservação ambiental no setor da hoteleira, um setor que, por muitos anos, negligenciou uma série de aspectos da compatibilidade ambiental nos seus projetos, bem como uma gestão responsável dos recursos e das práticas comerciais (BOHDANOWICZ, 2007 *apud* LOGATO *et al.*, 2019).

De acordo com a ABNT e o SEBRAE (2016), para o atendimento dos princípios do turismo sustentável orienta-se:

1. Respeitar a legislação vigente: deve ocorrer em todos os níveis no país e nas convenções internacionais das quais o país é signatário.
2. Garantir os direitos das populações locais: buscando e promovendo mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.
3. Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade: em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.
4. Considerar o patrimônio cultural e valores locais: o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico e cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia com as tradições e valores culturais, colaborando para o seu desenvolvimento.
5. Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos: contribuindo para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.
6. Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes: avaliando a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos
7. Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis: com procedimentos éticos de negócios, visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, planos e processos de gestão.

O **Sistema de gestão da sustentabilidade** precisa estabelecer uma política de sustentabilidade para o empreendimento, responsabilidades para a direção, planejamento das atividades, fluxo de implementação e operação, além de verificação, monitoramento e ações corretivas.

Os **Requisitos ambientais para o turismo sustentável** envolvem a preparação e o atendimento a emergências ambientais, a conservação das áreas naturais, flora e fauna, uma arquitetura integrada à paisagem e impactos da construção no local, o planejamento do paisagismo, a definição de critérios para emissões, efluentes e resíduos sólidos, além de eficiência energética, conservação e gestão do uso de água e seleção de uso de insumos.

Os **Requisitos socioculturais para o turismo sustentável** contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais, com trabalho e renda locais, boas condições de trabalho, manutenção dos aspectos culturais, saúde e educação, bem como respeito aos hábitos, direitos e tradições das populações tradicionais.

Os **Requisitos econômicos para o turismo sustentável** tratam da viabilidade econômica do empreendimento, da qualidade e satisfação dos clientes e da saúde e segurança dos clientes e no trabalho.

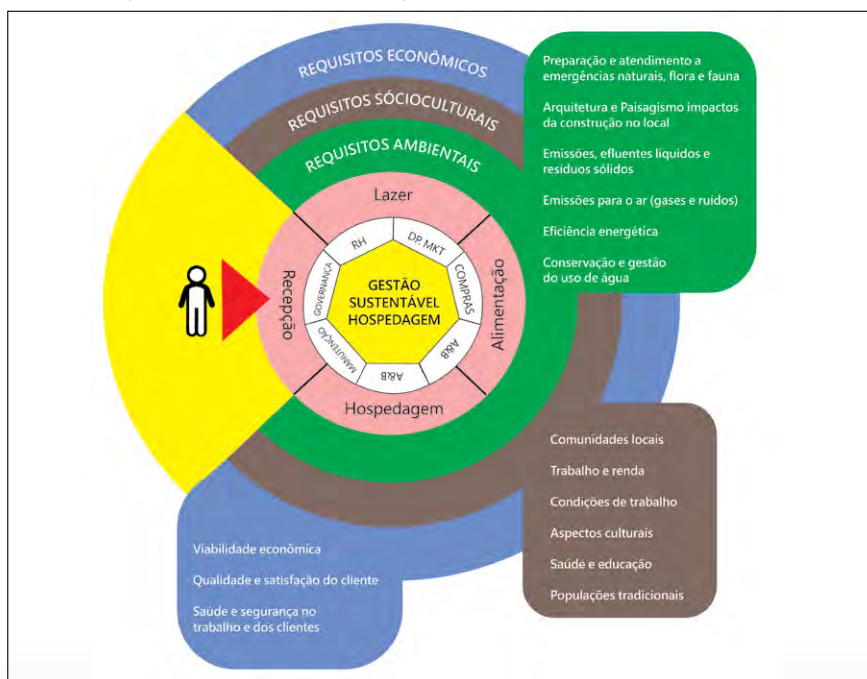
Para promover a gestão ambiental em um hotel, a sugere-se a aplicação do ciclo PDCA (**Plan** – **Do** – **Check** – **Act**). No planejamento, deve-se estabelecer os objetivos e processos necessários para fornecer os resultados de acordo com a política do empreendimento o que significa uma política de sustentabilidade. Na execução, deve-se implementar os processos. A terceira etapa, relacionada à verificação, deve-se monitorar e medir o resultado dos processos em relação à política, objetivos e metas e reportar os resultados. Por fim, as tomadas ações buscam melhorar continuamente a performance do sistema de gestão. (ABNT NBR 15401, 2016)

Esta ferramenta trata, portanto, de apresentar os aspectos do sistema de gestão do empreendimento que constituem fatores-chave da sustentabilidade, controlando não apenas os impactos ambientais no meio natural, mas também buscando os resultados que irão propiciar ao empreendimento: a) contribuir ativamente para a conservação, a revitalização e a recuperação dos

recursos naturais; b) buscar resultados econômicos com ética, contribuindo para a justiça social e a valorização das culturas locais; c) buscar a legitimidade política em termos de participação e transparência nos processos de decisão e representação comunitária; d) interagir com os integrantes da cadeia produtiva do turismo, de maneira a construir as condições operacionais para implementar sistemas de gestão da sustentabilidade do turismo com abrangências setorial e geográfica. (ABNT; SEBRAE, p. 7, 2016)

No Brasil, há uma Norma específica para o setor hoteleiro, a ABNT NBR 15401:2006 Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade, que serviu de base referencial para a ISO 21401:2018 e, aborda os requisitos para sustentabilidade no turismo, tais como o sistema de gestão, base para o alcance e a manutenção do desempenho sustentável dos meios de hospedagem. Os principais requisitos citados na Norma são ilustrados na Figura 3.

Figura 3 – Requisitos do sistema de gestão da sustentabilidade – NBR 15401:2006



Fonte: Adaptado da ABNT NBR 15401:2006

O guia de implementação da Norma ABNT NBR 15401:2006 também descreve etapas para organizar e refletir os termos de sustentabilidade do meio de hospedagem e as ações referentes para orientar e situar o gestor do estabelecimento: (1) Diagnóstico; (2) Mapeamento de atividades; (3) Identificação de aspectos e impactos; (4) Requisitos legais e outros requisitos; (5) Política de sustentabilidade; (6) Objetivos; (7) Responsabilidade e autoridades; (8) Programas de gestão da sustentabilidade; (9) Competência, conscientização e treinamento; (10) Controle operacional; (11) Monitoramento e medição; (12) Comunicação; (13) Registro do sistema de gestão e controle de documentos; (14) Auditoria; (15) Análise crítica e; (16) Não conformidade e ações corretiva e preventiva.

É recomendado que a implementação do sistema de gestão da sustentabilidade seja realizada, “com as orientações propostas, mas com as adaptações necessárias ao contexto de cada meio de hospedagem, de forma a garantir a contínua manutenção do atendimento aos requisitos da ABNT NBR 15401” (ABNT; SEBRAE, p. 12, 2016).

172

Garrido (2018) sugere uma análise crítica da situação e do contexto local onde se inserem os meios de hospedagem para a adequação do setor no desenvolvimento sustentável. A decisão sobre como minimizar o impacto negativo no meio ambiente pode levar a um aumento do impacto negativo do negócio, na dimensão econômica. Da mesma forma, ao se optar pela minimização do impacto negativo sociocultural pode-se, sem querer, elevar o impacto negativo ambiental. Para o autor, é necessário entender o conjunto de impactos negativos e positivos gerados com as atividades desenvolvidas para, só então, escolher que medidas e ações devem ser tomadas.

Nesse sentido, o primeiro passo para conhecer melhor as ferramentas de avaliação do desenvolvimento é determinar quais as ações mais importantes em termos de reconhecimento internacional e nacional. As Normas ISO 21401:2018 e NBR 15410:2006 são sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável, podendo constituir uma importante ferramenta de gestão ambiental, pública ou privada, à medida que promovem a orientação e mensuração da performance sócio, econômica e ambiental dos meios de hospedagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo vem sendo objeto de atenção em relação ao seu potencial de contribuição para o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, quanto aos impactos que pode provocar nos campos ambiental, sociocultural e econômico. Por conseguinte, a conscientização e a pressão social levaram os hotéis a começarem a gerenciar os impactos ambientais de suas atividades e a serem responsáveis perante a sociedade por essa gestão. Percebe-se isto como uma forma positiva de estimular o desenvolvimento da atividade turística em consonância com a sociedade local envolvida, buscando demonstrar a importância da compatibilização entre atender a uma demanda e, ao mesmo tempo, garantir a proteção ambiental da região.

Assim como no conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável se fundamenta na dimensão econômica, procurando incorporar as dimensões ambiental, social e cultural e as entendendo como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística. Também se evidenciou que a sustentabilidade pode ser influenciada pelo momento e contexto/lugar onde as atividades estão sendo realizadas, o tipo e a maneira como estas estão sendo realização, o tamanho do empreendimento hoteleiro em questão e, o tamanho do impacto gerado. Apesar disto, nem todas as práticas sustentáveis aplicadas em empresas de diferentes portes ou locais de instalação produzem o mesmo resultado.

A pesquisa mostrou que o turismo não destrói, necessariamente, o meio físico e o tecido social, mas pode, sim, alterar tanto o meio ambiente quanto a sociedade em benefício de interesses meramente empreendedores. Por isso, faz-se indispensável promover um turismo que objetive beneficiar as comunidades receptoras, pautando-se nas ideias do desenvolvimento sustentável atentando para as gerações atuais e futuras.

Por ser o turismo uma atividade sistêmica, é necessário entender o conjunto de impactos negativos e positivos gerados com as atividades desenvolvidas para, só então, escolher que medidas e ações devem ser tomar. O ideal

é implementar ações que contribuam, ao mesmo tempo, com a minimização de impactos negativos nas três dimensões da sustentabilidade. Isto pode ser feito a partir das Normas que procuram estabelecer uma forma mais equilibrada para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade dos meios de hospedagem, permitindo, de certa forma, conservar o ambiente natural e explorar o turismo, assegurando o crescimento econômico.

Apesar de existirem tais Normas, ainda restam muitas ações no nível instrucional para o setor hoteleiro para garantir a efetividade no reconhecimento do valor do produto/serviço que nele são produzidos. Todavia, somente as experiências advindas da utilização das Normas como indicadores de operacionalização do turismo sustentável trará novas respostas para estabelecer uma ligação entre teoria e prática, considerando, sistematicamente, o contexto e as dimensões ambiental, social e econômica da localidade.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade**. Associação Brasileira de Normas Técnicas; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. – Rio de Janeiro: ABNT; SEBRAE, 2016.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma ABNT NBR 15.401: **Meios de Hospedagem - Sistemas de gestão da Sustentabilidade - Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC/SP, 1998.

BENI, M. C. **Dimensão e dinâmica de clusters no desenvolvimento sustentável do turismo**. Revista Turismo: Dimensões e Perspectivas, v. 1, n. 1, 9-17, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Acesso em <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>> Disponível em 03/02/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 1992.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, Ago/2015. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/component/content/article?id=5365>>. Acesso em 10/01/2020.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n.16, p.48-59, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ECO-BRASIL. RIO-92. **Catálogo de Turismo Especializado**. Disponível em <<http://www.ecobrasil.eco.br/3-secao-geral/categoria-projetos/948-rio-92-catalogo-de-turismo-especializado-abav-embratur-expeditours>>. Acesso em 10/01/2020.

FREITAS, A. L. P.; ALMEIDA, G. M. M. Avaliação do nível de consciência ambiental em meios de hospedagem: uma abordagem exploratória. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 2, p. 405-417, 2010.

GARRIDO, A. **A Norma ISO 21401:2018 – Sistema de gestão da sustentabilidade para meios de hospedagem – requisitos: Uma visão moderna e atual para gestão dos meios de hospedagem**. 2018. Disponível em: <https://alexandregarrido.blog/2018/12/19/a-norma-iso-214012018-sistema-de-gestao-da-sustentabilidade-para-meios-de-hospedagem-requisitos-uma-visao-moderna-e-atual-para-gestao-dos-meios-de-hospedagem/>. Acesso em 15/01/2020.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e planejamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 198-231. 2012.

KAUPPILA, P.; SAARINEN J.; LEINONEN, R. Sustainable Tourism Planning and Regional Development in Peripheries: A Nordic View. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 9, n. 4, p. 424–435, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOHMANN, G., PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 1ª ed. Sério Turismo. São Paulo: Aleph, 2008.

LONGATO, D. F. F., DOS SANTOS, M. R., LONGATO, M. E. & SHIBAO, F. Y. Sistema de gestão ambiental em hotéis: estudo de caso. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 3, p. 544- 561, jul-set, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i3p508>.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Turismo e território: sustentabilidade para quem?** In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

MARTINS, Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves; BAHIA Lorena Regina Gondim. **Gestão hoteleira**. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas: Manus, 2011.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETO, A. M. **Modelo integrado de sustentabilidade e competências em meios de hospedagem** [MISCMH]. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, v. 6, n. 4, p. 546-563, 2014.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Bases de dados**. Disponível em: < <http://www.world-tourism.org/>>. Acesso em: 11 dez 2019.

PETROCCHI, M. **Hotelaria: planejamento e gestão**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PNUMA - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Quebec – Canadá: OMT; PNUMA, 2002.

REJOWSKI, M. **Pesquisa científica em turismo no Brasil (1990 a 2005)**. Comunicação, produtividade e posicionamento. Relatório de Pesquisa (PQ CNPq) – Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo: 2010

ROSA, F. S.; SILVA, L. C. Environmental sustainability in hotels, theoretical and methodological contribution. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 1, p. 39-60, 2017.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2008.

SILVEIRA, Marcos T. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no estado do Paraná no contexto regional.** Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo. 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, v. 1, 2000.

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE IRAQUARA – BA, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

ANDRÉ DE OLIVEIRA ALVES; JERISNALDO MATOS LOPES

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno da sociedade que contribui significativamente com a economia mundial pela sua atuação de forma independente e com outros setores econômicos. De acordo com Ruschmann (1997), embora algumas formas de turismo existam desde as mais antigas civilizações, somente a partir do século XX e, mais precisamente, na década de 50, o turismo apresentou evolução, projetando-se como um dos mais importantes setores econômicos do mundo.

Conforme apresentado na Organização Mundial do Turismo – OMT, Dias (2003, p.45) conceitua turismo como:

o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado. Importante assinalar que o turismo compreende todas as atividades dos visitantes, tanto de turistas como de excursionistas.

Vidigal (2004, p. 29), compreende que a atividade turística pode abranger diversos campo da sociedade, como observa-se a seguir:

o turismo pode contribuir positivamente para distintas finalidades: para o alcance de objetivos no campo econômico (desenvolvimento nacional e regional), para a geração de empregos e redistribuição de

renda, para o descanso e lazer dos assalariados (no campo social), para a ampliação do conhecimento da população sobre fatos históricos e culturais (no campo cultural), e para a integração nacional, na medida em que projeta a imagem do país no exterior (no campo político).

Freire-Medeiros (2010), acredita que o turismo é muitas vezes um tema polêmico, sendo acusado por aqueles mais críticos de gerar dependência econômica, interferência em práticas culturais ou degradação ambiental nas comunidades em que este tipo de atividade se dá. Porém, evidentemente, a atividade turística vem sendo responsável pelo desenvolvimento local pelo seu caráter de geração de emprego e renda.

No decorrer dos tempos, o turismo enquanto atividade econômica passa por mudanças, tanto pela influência do mercado quanto pelas demandas surgidas nele. Tendo em vista os impactos para os bens naturais provocados pelo desenvolvimento de atividades no setor em uma perspectiva unicamente econômica e os seus desdobramentos para a qualidade de vida das comunidades locais, aparecem novas linhas de atuação que visam a preservação ambiental. É nessa perspectiva que surge o ecoturismo e o turismo comunitário como alternativas ao turismo convencional, tendo em vista que estes são baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável local (BRAGA; SELVA, 2016).

O estudo do turismo em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade, vem proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito da temática (PIRES, 1998). Tendo em vista essa afirmação, este capítulo se dedica a analisar o turismo do município de Iraquara – Bahia enquanto crescimento econômico, social e ambiental. Para atender a esse objetivo, ocorreu o levantamento dos bens naturais, culturais e históricos do município, a identificação das ações governamentais, além da descrição das atividades que já vem sendo desenvolvidas localmente no setor. Para tanto, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de caráter descritiva e exploratória acerca do “patrimônio natural” e “desenvolvimento sustentável do turismo” que serviram de arcabouço no norteamto da pesquisa.

O estudo está estruturado em sete partes. Na seguinte, conceitua-se patrimônio natural e o desenvolvimento sustentável do turismo, na terceira parte tem-se a caracterização do município de Iraquara; o turismo no município de Iraquara; apresentação dos bens naturais, culturais e históricos; e em seguida a apresentação das atividades turísticas desenvolvidas localmente, encerrando-se o estudo com a conclusão.

2 PATRIMÔNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Patrimônio significa “herança paterna”, isto é, a riqueza comum que os grupos humanos herdaram como sujeitos sociais e que transmitem de geração para geração (GERHARDT; NODARI, 2016). Na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972, na cidade de Paris, foi documentado o conceito de patrimônio natural como os monumentos naturais ou áreas de habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas que sejam de excepcional valor universal no ponto de vista estético e científico (ICOMOS, 1972).

Dessa forma, os patrimônios ambientais, também chamados de patrimônios naturais são considerados áreas prioritárias para as gerações futuras pelos seus aspectos culturais, históricos, econômicos. No mundo contemporâneo, se tem um empenho em analisar os bens naturais, em uma perspectiva econômica em consonância com a preservação ambiental, e para o desenvolvimento do turismo, essencialmente existe o uso do patrimônio natural, porém se deve preservar os recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980, no Relatório Brundtland, também intitulado Nosso Futuro Comum ou *Our Common Future*. O documento traz pela primeira vez a definição de desenvolvimento sustentável, sugerindo como mudança de enfoque a conciliação entre conservação da natureza e crescimento econômico CMMAD (1991, *apud* CORREIA E DIAS, 2016).

Segundo o *World Wildlife Fund* “Fundo Mundial da Natureza” (WWF) – Brasil [s/d], o conceito é compreendido como “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

A respeito de sua caracterização Fiorillo (2011), entende que é o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais que exige um adequado planejamento territorial que tenha em conta os limites da sustentabilidade. O setor de turismo na perspectiva econômica contribui tanto em um cenário mundial, quanto na regional, e tem ganhado cada vez mais atenção dos gestores.

Para Fernandes e Coelho, o turismo está inserido no setor econômico que, ao longo das últimas décadas, vem aumentando consideravelmente sua participação percentual na composição do Produto Interno Bruto (PIB) das economias mais avançadas (FERNANDES; COELHO, 2002). No Brasil o (PIB) do setor, gerou em 2019, R\$ 270,8 bilhões, porém deve ter recessão de R\$ 165,5 bilhões em 2020, indicando redução de 38,9% no faturamento, isso é resultante das restrições de viagens devido a pandemia do novo coronavírus¹¹ (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

Salienta-se ainda que a atividade turística é responsável pelo equilíbrio na distribuição de renda, pois atua em escala com outros setores econômicos, pois enseja uma gama de aquisições de bens e serviços, sejam de produtos agrícolas, construção civil, mobiliários e outros. Em consonância a isso a atividade turística é promotora do desenvolvimento local. Cavaco (2001, p. 98), diz:

o desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair a população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as al-

11 É um vírus que tem causado doença respiratória pelo agente coronavírus, recentemente identificado na China. Os coronavírus são uma grande família viral, conhecidos desde meados de 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

deias, de assegurar melhores condições de vida (...) com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura – feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comer, sabores e cheiros...

Dessa maneira, observa-se que o setor de turismo exerce importância para além do cenário mundial, pois o segmento é responsável também pelo desenvolvimento local de territórios e municípios.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA/BA

O município de Iraquara – BA está situado no Território de Identidade da Chapada Diamantina, porção Centro-Norte do Estado da Bahia, a 470 Km da capital baiana, possui área territorial de 991,822 km² (PINTO, 2017). No último censo demográfico (2010) a sua população é de 22.601 habitantes (IBGE, 2019).

Conforme registros, “povos pré-históricos e nômades viveram há 12 mil anos na região de Iraquara, conforme mostram pinturas rupestres, fósseis e registros arqueológicos encontrados em grutas e abrigos originados pela formação calcária do subsolo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA, 2017). O município surge a partir do descobrimento de um poço com água abundante no leito do Riacho Água de Rega, pelo Sr. Manoel Félix, fez surgir o povoado Poço do Manoel Félix (PINTO, 2017 p. 39)

O atual território do município foi criado por Lei Estadual nº 1.697 em 05 de julho de 1962, sendo desmembrado do território de Seabra (SANTOS, 2008). O município foi criado com nome Iraquara, vocábulo tupi que significa o buraco das abelhas (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA, 2017), fazendo limite com os municípios de Seabra, Palmeiras, Lençóis, Souto Soares e Mulungu do Morro (PINTO, 2017 p. 39).

Em aspectos econômicos, as atividades desenvolvidas no município são: a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a indústria, a construção civil, serviços públicos, comércio, prestação de serviços e atividades relacionadas ao ecotu-

rismo, atualmente com destaque no setor de comércio e serviços. Segundo os indicadores esses setores injetaram cerca de R\$ 283,3 (R\$ milhões) no PIB, o que corresponde a 58,1% da composição econômica do município (IBGE 2018).

3.1 O TURISMO NO MUNICÍPIO DE IRAQUARA – BA

Iraquara está situada na Chapada Diamantina, lugar que por si só já indica condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo. Iraquara é considerado um município com grande potencial para o turismo/ecoturismo, tanto na exploração de cavernas, como de outros atrativos histórico-paisagísticos, como rios, cachoeiras, serras e vilas históricas, com uma arquitetura característica do período diamantífero da região (SANTOS, 2013). Porém, notadamente, essas condições naturais do município não são utilizadas de forma efetiva para o desenvolvimento das atividades turísticas, por faltar incentivo adequado do poder público e estratégias da comunidade local.

184

Em aspecto de infraestrutura, Santos (2013) afirma que o município de Iraquara conta com estradas mais conservadas do que muitos roteiros turísticos da Chapada Diamantina, porém, existe sérios problemas com a destinação final do lixo, com o combate aos focos de incêndio e com o engajamento da esfera pública e privada no setor turístico regional.

O meio ambiente por exercer influência na qualidade de vida dos municípios, no que tange a saúde e ao seu bem-estar social, além de oferecer os recursos naturais e culturais para o desenvolvimento das atividades turísticas, precisa ser preservado, frente a isso, cabe a comunidade local, juntamente aos órgãos competentes traçar estratégias visando a longevidade dos recursos naturais e sua permanência para as futuras gerações. Em aspectos de Políticas Públicas de turismo, o município de Iraquara situa-se em Área de Proteção Ambiental² (APA).

2 A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem com objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC – Lei 9.985/2000).

3.2 BENS NATURAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DE IRAQUARA

São diversos recursos naturais disponíveis por toda a extensão territorial do município de Iraquara, citam-se rios, grutas e os desenhos rupestres. As cavernas são conhecidas pela beleza de seus espeleotemas ou dimensões de seus portais e salões subterrâneos. Segundo Lobo e Boggiani, ainda conforme o caso, elas podem ser consideradas patrimônio cultural, histórico e arqueológico, dada a diversidade de características naturais, históricas e culturais que apresentam (LOBO, BOGGIANI, 2013).

O município se destaca como um dos maiores parques espeleológicos do Brasil, possuindo cerca de 200 cavernas catalogadas pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), constituindo, possivelmente, o local de maior densidade de galerias subterrâneas por unidade de áreas do país (SANTOS, 2008). Essa condição permite a localidade ser objeto de estudos sobre geologia e outras ciências afins, e ainda oferece condição para o desenvolvimento de atividades econômicas a partir do uso desses recursos naturais.

Dentre as cavernas abertas à visitação turística, estão, a Gruta Lapa Doce I; Pratinha; Gruta Azul; Gruta da Fumaça; Manoel Iôô e Gruta da Torrinha (figura 1), sendo que as duas primeiras possuem as maiores demandas turísticas da região (SANTOS, 2008). Importante destacar que a administração e manejo da maioria desses pontos turísticos acontece pela iniciativa privada, podendo ter incentivo ou não do poder público.

Figura 1 - Gruta da Torrinha



Fonte: UFS (2011)

Existem ainda sítios arqueológicos de desenhos rupestres que estão localizados nas entradas das cavernas e em abrigos e paredões rochosos. São constituídos por painéis compostos por figuras em conjunto ou isoladas pintados nas rochas calcárias, dentre eles citam-se os sítios Lapa do Sol, Lapa do Caboclo, Paredão do Tatu, Torrinha I, Torrinha II, Sítio Santa Marta, Paredão do Zequinha, Sítio Lagoa Grande, Sítio Toca do Índio e Lapa do Diva (SANTOS, 2016).

O planalto cárstico de Iraquara encontra-se circundado por serras com intervalos de altitudes entre 800 e 1.200m, cujas porções superiores ressaltam-se às feições morfológicas em arenito da Formação Tombador, Grupo Chapa da Diamantina (CRUZ JR.; LAUREANO, 1999).

As Dolinas³ (Figura 2) se caracterizam como as principais feições cársticas superficiais do relevo local, se destacando pelos seus diferentes tipos e formas encontradas (SANTOS, 2008 p. 17). Para Cruz Jr. (1998), o melhor exemplo disso é o alinhamento das dolinas de colapso sobre os sistemas Lapa Doce e Lapa da Torrinha, na confluência do vale do Riacho Água de Rega. O Parque da Dolina é um exemplo de feição cárstica, e por estar situado geograficamente dentro da cidade, é um local que recebe grande visitação de pessoas devido a sua característica única e peculiar de formato circular, além do ambiente agradável arborizado, quiosque de alimentação e bebidas, além de espaço adequado para lazer.

Figura 2 - Parque da Dolina



Fonte: IRAQUARA FM (2018)

3 Depressões em forma de funil, relacionadas aos processos de dissolução ou resultantes do desmoronamento parcial ou total do teto de uma cavidade natural (CASSET, s.d. apud LOBO, 2006, s.p.).

No que tange o referencial cultural no município se destaca a folia de Reis ou Ternos de Reis, como são conhecidos popularmente, são cortejos de caráter religioso popular, que se realiza em vários estados do Brasil (PORTO, 1982). Ainda estão outras manifestações tradicionais ligadas diretamente às festas religiosas, que manifestadamente trazem as crenças dos povos antigos que existiram na região, a exemplo dos garimpeiros e dos costumes dos escravos. Nas comunidades quilombolas algumas conservam as tradições dos rituais e sincretismos religiosos, já nos demais povoados a manifestação cultural é vista a partir das atividades da capoeira, folia de reis e festas em devoção aos santos católicos.

Na culinária local existe peculiaridade própria do município, cada comunidade possui o seu prato tradicional. Garcia (1999) aponta a ligação da gastronomia com a identidade regional, sendo a alimentação uma linguagem relacionada à cultura regional pelos costumes e comportamentos de um povo. Dentre os pratos tradicionais do município citam-se: palma (espécie de cacto) (*Opuntia ficus-indica*), galinha caipira, carne de sol, feijoada, mocotó, buchada, aipim (mandioca) (*Manihot esculenta*), pamonha, milho cozido e assado, miao de milho, entre outros.

Se tratando de arquitetura referencial, a vila de Iraporanga se destaca pelas festas tradicionais religiosas e profanas, que reúnem grandes multidões em períodos específicos anualmente, além da exuberância de seus casarões antigos bem preservados. Iraporanga é uma antiga vila surgida provavelmente em finais do século XVIII (IPAC, 2012). A vila apresenta em sua arquitetura casario colonial que remonta à época da extração e comércio de pedras preciosas. Segundo análise do IPAC, as características arquitetônicas vão desde o urbanismo pombalino, século XVIII até a arte Pilotis, década de 60, patrimônio artístico que deve ser preservado (DURAES, 2011).

Figura 3 - Casarões do vilarejo de Iraporanga.



Fonte: Sossego e Flora (2017)

Em 2012 o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia - IPAC realizou o processo de tombamento provisório da localidade, se dando devido ao seu importante acervo arquitetônico-urbanístico.

188 3.3 PRÁTICAS DO TURISMO EM UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE IRAQUARA

Segundo Cruz (2005), o turismo envolve na sua realização de sujeitos sociais (comunidade, turistas, poder público) com expectativas diferentes, não raras vezes divergentes. Tendo em vista a afirmação, o poder público essencialmente assume grande importância para a implementação de ações que visam o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município, zelando pelo seu patrimônio. Cabe aos gestores de turismo, assegurarem condições básicas para o desenvolvimento das atividades no setor, com o oferecimento de diretrizes e condições adequadas, mediante a implementação de políticas públicas, sem perder de vista a preocupação com a perpetuação das manifestações culturais e a preservação dos bens naturais.

Em aspectos de Políticas Públicas de turismo, o município de Iraquara situa-se em Área de Proteção Ambiental (APA), juntamente com os municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras, Seabra e Itaitê, fazendo parte do circuito do Circuito do Diamante (SANTOS, 2013).

Neste contexto, destaca-se a aprovação na resolução nº 1.440 de 20 de junho de 1997 pelo CEPRAM do Plano de Manejo⁴ enquanto um documento que contém o zoneamento ecológico-econômico, definindo os critérios e parâmetros de uso e ocupação (MATTEI, 1999) e o Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Marimbus-Iraquara⁵ (ICMBio, 1997), o que significa a gestão orientada e segura das atividades turísticas, com a devida implementação, incentivo, monitoramento e fiscalização das áreas protegidas.

A respeito da atuação da comunidade local, o chamado “turismo de base comunitária” assegura condições adequadas para o desenvolvimento de atividades turísticas mediante a preservação ambiental. O Ministério do Turismo define o turismo comunitário como:

um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

No município de Iraquara algumas organizações já vêm desenvolvendo atividades turísticas com a participação comunitária, dentre elas, cita-se o projeto SOULNATIVO que atua no turismo de base comunitária por meio do uso de tecnologia, com a utilização de um aplicativo por nome (SOULNATIVO). As comunidades/pessoas participantes desse projeto, se dispõem a oferecer experiências de turismo a partir do olhar do nativo, buscando proporcionar aos visitantes sensações únicas através do contato direto com a natureza

4 Nessa perspectiva entende-se Plano de Manejo: um documento que contém o zoneamento ecológico-econômico das unidades criadas, definindo os critérios e parâmetros de uso e ocupação (MATTEI, 1999)

5 A APA Ambiental Marimbus/Iraquara constitui-se num importante instrumento de conservação dos diversos ecossistemas existentes dentro do seu limite, como o pantanal de Marimbus, gerado pela confluência dos rios Santo Antônio, Utinga e São José com uma fauna e flora de grande valor ambiental; formação geológica calcária, salitre, com inúmeras grutas e cursos d'água, além de formação montanhosa, a exemplo do Morro do Pai Inácio e Morro do Camelo. Associação de Proteção Ambiental. Decreto de criação: Decreto Estadual nº 2.216 de 14 de junho de 1993. Zoneamento: Resolução CEPRAM nº 1.440 de 20 de junho de 1997

(rios, grutas, lagos, floresta), culinária (pratos típicos e receitas tradicionais), artesanato (adereços, vestuário), manifestações culturais (feiras e mercados antigos, cultura popular, eventos tradicionais), patrimônio histórico (obras arquitetônicas, monumentos), onde recebem em contrapartida uma importância financeira. Em essência, ações dessa natureza buscam a valorização dos atrativos turísticos locais, o incentivo a distribuição de renda, além da manutenção da cultura e do espaço natural, conseqüentemente, promovendo o bem-estar social.

Iniciativas dessa natureza e similares possuem potencial de expansão não somente no município como também fora dele, seja pela interdependência estabelecida entre homem e ambiente natural, quanto para a garantir da perpetuação dos recursos naturais para as futuras gerações. Porém, é notada a falta de uma atuação incisiva por parte do poder público local, que ofereça ações e orientações com vistas ao incentivo e auxiliar no desenvolvimento das atividades turísticas de maneira sustentável.

190

Para que o turismo no município de Iraquara - BA seja efetivamente promotor do desenvolvimento local a participação da comunidade local é condição sumariamente necessária, além da participação do poder público com a ordenação de recursos e da oferta de diretrizes legais. Para que haja a participação da população nos espaços que discute e fomenta a prática do turismo, é necessário dotá-la de informações, esclarecimentos, e principalmente da condição de cidadãos, peça fundamental para um planejamento turístico que vise o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma região.

CONCLUSÃO

Este escrito consiste em uma abordagem panorâmica. O que se buscou foi mensurar a partir de estudo bibliográfico o turismo do município de Iraquara - BA enquanto crescimento econômico, social e ambiental, para isso usa-se o levantamento de seus atrativos (ambiental, cultural e histórico) e a verificação das atividades turísticas que são desenvolvidas localmente.

O desenvolvimento da presente pesquisa permite considerar que a atividade turística deve pautar a preocupação com a preservação das áreas naturais, por ter estes espaços como seu principal objeto de consumo. Mediante a isso é possível promover avanços econômicos, como o aumento da renda dos moradores envolvidos nestas atividades, aliado com a preservação ambiental.

Diante dos atrativos identificados no município, foi possível notar características que evidencia o potencial para a implementação das atividades turísticas. Foi notado que a sua cultura é diversa, manifesta através dos pratos tradicionais e nas manifestações artísticas populares, além dos casarões antigos com estilo arquitetônico e muito bem preservados que remete a história do município; na natureza estão disponíveis rios, grutas e com pinturas rupes- tres, além de dolinas que proporcionam um espetáculo à parte.

Portanto, o setor de turismo no município de Iraquara se planejado pode promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental local, cabendo unicamente a utilização dos recursos naturais, ambientais e culturais de forma sustentável, para garantir a longevidade das atividades turísticas. Frente a isso, o poder público assume papel importante no oferecimento de diretrizes para o manejo adequado das atividades turísticas, em consonância com alguns outros fatores devem ser promovidos, a exemplo do saneamento básico adequado, infraestrutura, dentre outras questões.

Essa análise descritiva oferece bases mais sólidas para um manejo equilibrado das atividades turísticas no município, que suscite na preservação dos bens naturais e no crescimento da consciência ambientalista da sua população. Objetivando-se ainda promover o arcabouço científico para futuros trabalhos com o acréscimo de outros fatores, a exemplo do estado de conservação dos atrativos naturais, saneamento básico local, infraestrutura, dentre outros aspectos fundamentais voltados para dimensionar a atividade turística no município de Iraquara enquanto crescimento local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. **Ministério da Saúde atualiza situação do novo coronavírus para os estados**. 2020 Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46230-ministerio-da-saude-atualiza-situacao-para-os-estados>> Acesso em 18 de jun de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Edital MTur n.º 001/2008. **Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Relatório de Atividades 2012/1º Semestre – IPAC**. 50 p. Salvador, 2012.

BAHIA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Resolução Nº 1.440 De 20 De Junho De 1997**.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. **O Turismo de Base Comunitária pode ser um Caminho para o Desenvolvimento Local?** Fortaleza. 2016.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais (org)**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

Centro de Recursos Ambientais (CRA). 1996. **Termos de Referência para zoneamento ambiental: relatório nº ERCDO 14/96 – APA Marimbus-Iraquara**. Seabra - BA.

CORREIA, M. L. A.; DIAS, E. R. **Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016.

CRUZ JR, F. W. da. **Aspectos geomorfológicos e geoespeleologia do carste da região de Iraquara, centro norte da Chapada Diamantina, Estado da Bahia**. São Paulo: Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 1998, 108p. (Dissertação de Mestrado).

CRUZ, JR. F. W. da.; LAUREANO, F.V. **Grutas de Iraquara (Iraquara, Seabra e Palmeiras, Ba)**. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T. WINGE, M.; BERBERT-BORN, M (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, 1999.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, 20 (40), 27-43. 2005.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DURAES, S. **Histórico de Iraporanga**. Blog de Leitura e Arte. 2011. Disponível em: <http://projotodeleituraearte.blogspot.com/2011/09/historico-de-iraporanga.html>> Acesso em 04 de maio de 2020.

FERNANDES, I. P.; COELHO, M. F. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores**. Revista Sociedade e Estado, v. 25, n. 1, jan./abr., 2010.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto Econômico do Covid-19 propostas para o Turismo Brasileiro**. Projeto EBAPE. Abril 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf> Acesso em 17 de jun de 2020.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. 2011.

GARCIA, R. W. D. **A Comida, a Dieta o Gosto. Mudanças na Cultura Alimentar Urbana**. 1999. 305 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1999.

GERHARDT, M; NODARI, E. S. **Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade**. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. v.5, n.3, jul.-dez. p. 54-71, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Indicadores Municipais: Iraquara** 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população**. Iraquara. 2019.

ICOMOS. **Recomendação de Paris - Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral da UNESCO. Paris: [s.n.]. 1972.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, (Coleção Turismo). 122p. 1991.

LOBO, H. A. S; BOGGIANI, P. C. **Cavernas como patrimônio geológico**. Boletim Paranaense de Geociências 70. volume 70. 190 – 199. 2013

MATTEDI, M. R. M. **Planejamento e Gestão do Turismo e do Meio Ambiente na Bahia**. 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca. 2010

PINTO, S.N. **Educação ambiental: práticas pedagógicas, atitudes e formação de valores nas escolas - Iraquara /Ba**. Salvador. 2017. (Dissertação de Mestrado).

PIRES, P.S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998

PORTO, G. **As Folias de Reis no sul de Minas**. Rio de Janeiro: MEC – FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA. **Histórico Municipal**. Iraquara. 2017. Disponível em: <https://www.iraquara.ba.gov.br/pagina/historico-municipal>> Acesso em 17 de jun de 2020.

SANTOS, L. A. dos. **Cartografia social da paisagem cultural do município de Iraquara-BA: subsídios para o planejamento territorial participativo**. Relatório Técnico-Científico apresentado ao Programa de PósGraduação em Planejamento Territorial – PLANTERR/UEFS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial. Feira de Santana, BA. 2016.

SANTOS, M. B. **Estudo do desenvolvimento turístico na Chapada Diamantina e sua sustentabilidade**: um enfoque na cidade de Lençóis. Repositório UFBA. Salvador, p. 28, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)

SANTOS, R. A. **O sistema cárstico da caverna lapa doce**: caracterização física e da atividade turística no município de Iraquara – BA. Jacobina. p. 17-42, 2008.

VIDIGAL, F. **O Projeto Estrada Real e a Política de Desenvolvimento do Turismo no Município de Catas Altas-MG**: uma abordagem a partir da perspectiva das Políticas Públicas. Belo Horizonte, 2004. (Dissertação de Mestrado)

WWF. World Wildlife Fund. **O que é desenvolvimento sustentável?** [s/d]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/> Acesso em 18 de jun de 2020.

TURISMO RELIGIOSO ACESSÍVEL: UM ESTUDO NAS PRINCIPAIS IGREJAS CATÓLICAS DE BRASÍLIA

DONÁRIA COELHO DUARTE; LAÍS ANDRADE BATISTA CAVALCANTI;
ANNA BEATRIZ DE LIMA VIEIRA; TALITA DE JESUS LIMA

1 INTRODUÇÃO

Durán-Sánchez, Álvarez-García, Rio-Rama e Oliveira (2018) consideram que desde os tempos antigos, as viagens para fins de fervor e devoção religiosa estão presentes em humanidade. Desta forma, os autores consideram que o turismo religioso se inicia a partir do momento em que as pessoas começam uma jornada devido a uma questão de crença. Shyamchandra (2018) também considera que as pessoas são religiosas e espirituais desde tempos imemoriais. Para o autor, esse tipo de turista têm tolerância religiosa e o sincronismo religioso tem sido a característica especial de geração em geração.

Corroborando, Afferni e Ferrario (2016) acreditam que o turismo religioso está passando por um notável renascimento em todo o mundo nas últimas décadas. Para os autores, visitantes religiosos são motivados por curiosidade, para conhecer novas culturas ou participar de atividades específicas de rituais espirituais. Eles viajam para ver atrações religiosas, incluindo catedrais, estátuas e templos ou para participar de eventos religiosos.

É notável a importância do turismo religioso e entende-se que o mesmo deve atender aos seus diversos públicos, dentre esses as pessoas com deficiência. Defende-se que o turismo acessível é transversal e, portanto, deve estar inserido em todos os segmentos. O turismo religioso e, neste contexto, as igrejas, devem apresentar uma estrutura física acessível para as pessoas com deficiência. É sempre bom ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) já apontava em 2010 que 23,9% da população brasilei-

ra (45,6 milhões de pessoas) se considerava deficiente. Os tipos de deficiências com maiores percentuais correspondem a visual com 18,6%, seguida da motora com 7% e da auditiva com 5,1%.

Assim, o presente trabalho faz um diagnóstico sobre a acessibilidade física das cinco principais igrejas católicas de Brasília, tendo o enfoque as deficiências motora, visual e auditiva. As igrejas carregam uma bagagem cultural e arquitetônica significativa tendo destaque no turismo religioso e, portanto, merecem ser investigadas sob a perspectiva da acessibilidade.

2 TURISMO RELIGIOSO E TURISMO ACESSÍVEL

O turismo acessível preconiza a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto de todas as atividades ofertadas pelo setor. Dentre os diversos segmentos do turismo, está o turismo religioso. Varnaras, Rodosthenous e Vogazianos (2018) analisam que o aumento das viagens espiritualmente motivadas na era moderna coincidiu com o crescimento do turismo em todos os tempos, especialmente após o século 19, o desenvolvimento do turismo geralmente se baseava no tempo de lazer das pessoas e na sua movimentação para vários lugares dentro país ou para outros países. O turismo religioso apresenta peculiaridades, como apontam Rejman, Maziarz, Kwiatkowski e Haliniarz (2016, p. 563):

O turismo religioso é um dos tipos mais importantes do turismo, seu principal objetivo é participar de eventos religiosos que influenciam a diversidade de ofertas de turismo religioso. Para participar dos desses eventos, o produto do turismo religioso deve corresponder às necessidades espirituais e religiosas dos peregrinos. Este produto pode ser considerado de diferentes maneiras e um dos aspectos é a religião, portanto a peregrinação e as necessidades individuais dos peregrinos (turistas) estão associadas ao produto.

Kim e King (2019) consideram que as compreensões do turismo religioso evoluíram além da peregrinação e agora abrangem o significado de um destino, se estendendo a explorar as motivações dos visitantes para considerar

suas identidades e afiliações religiosas individuais. Para os autores, milhões de pessoas estão viajando para lugares sagrados com essas capacidades e aqueles que se identificam como turistas e peregrinos religiosos mostram lealdade a esses locais.

Para Chantziantoniou e Dionysopoulou (2017) o turismo religioso deve obter uma vantagem competitiva com respeito ao meio ambiente e costumes do local religioso, pois são expressões de herança religiosa e identidade cultural. O pré-requisito básico para o desenvolvimento sustentável do turismo religioso na região e em combinação com outras formas especiais é o realização de ações coordenadas de todos os atores e organizações do setor público e privado, a aceitação e participação da Igreja e da comunidade local em atividades, para se tornar de interesse turístico.

Constata-se que o turismo religioso apresenta não só um forte apelo a religiosidade, mas também um vínculo com a cultura. Para Bogan, Cercleux, e Constantin (2019), a religião é um elemento importante da cultura, por isso suas influências são sentidas nas atitudes sociais, motivações de viagem e comportamento das pessoas. Os autores consideram que os espaços religiosos se tornaram um dos destinos mais populares do mundo, não apenas para os religiosos, mas também para outros turistas. Para os religiosos, esses lugares podem evocar sentimentos fortes, enquanto para os turistas não religiosos podem satisfazer alguma curiosidade.

Rejman et al. (2016, p. 568) consideram que, como os peregrinos costumam ter motivos diferentes, eles podem ser divididos em peregrinos que buscam experiências puramente religiosas, cristãos tradicionais, cristãos liberais e testemunhas de sua fé; e os amantes da arte, cultura e etnologia. O último grupo é composto por “ideólogos leigos. É difícil diferenciá-los claramente, porque é difícil adivinhar os motivos de visitar os lugares sagrados pelos indivíduos”.

Já Afferni e Ferrario (2016) reconhecem três tipos de visitantes a locais sagrados. O primeiro tipo é o peregrino, para quem a jornada é estritamente para busca espiritual ou devoção religiosa. O segundo é o turista, onde o local sagrado é o destino principal, mas não apenas para fins religiosos ou spiritu-

ais, mas também para interesses culturais ou ambientais. O terceiro tipo de visitante é o viajante, cujo o destino não é um lugar sagrado, mas o visita em função de estar no caminho do seu destino ou quando o local é visitado por curiosidade e por razões culturais.

Independente do tipo de visitantes, entende-se que as igrejas e templos sagrados devem estar acessíveis para todos os seus públicos, até porque recebem pessoas não só deficientes mas com mobilidade reduzida, como os idosos. Assim, a falta de acessibilidade nesses locais pode inviabilizar a visita ou torná-la uma experiência frustrante não somente para este visitante para a família que o acompanha. O turismo acessível deve permear todos os tipos de turismo, inclusive o turismo religioso fazendo deste um pilar para o turismo inclusivo. Assim, torna-se imperativo discutir o que é acessibilidade.

Tanto a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT - NBR 9050:2015) como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, definem acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Entende-se que a acessibilidade se refere ao direito que o indivíduo com deficiência tem para se deslocar de um espaço a outro com segurança, autonomia e de forma cômoda. Assim, entende-se que o turismo deve fornecer equipamentos que possam dar aos turistas com deficiência totais condições para as realizações de atividades.

Duarte, Borda, Moura e Spezia (2015, p.539) consideram que:

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é fator fundamental no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser

garantidos, além dos direitos constitucionais de ir e vir o acesso à informação e à comunicação, níveis mais elevados de qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo, todos esses são elementos dos direitos humanos e da cidadania.

Mesquita e Duarte (2017, p. 366) consideram que o turismo acessível não deve ser estigmatizado:

deve haver o respeito às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com treinamento de recursos humanos, a necessidade que a comunidade seja informada sobre os seus direitos e deveres, a defesa dos interesses locais e a preocupação com as localidades do turismo. O turismo acessível visa, portanto, reconhecer que tudo que é desenvolvido deve ser usufruído igualmente por todos que desejam participar, sem distinções ou barreiras.

Quando se discute o turismo acessível, suas características e peculiaridades, é necessário abordar as barreiras que dificultam ou inviabilizam a atividade do turismo para as pessoas com deficiência. Eichhorn e Buhalis (2011) mencionam que existem os seguintes tipos de barreiras:

- acesso físico: transporte inacessível, atrações e acomodações inacessíveis, o que leva a opressão do ambiente construído;
- barreiras atitudinais: atitudes pessoais (crenças e opiniões que os indivíduos possuem em relação a certos objetos) e sociais (atitudes difundidas mantidas pela sociedade em geral);
- falta de informação: incapacidade de fornecer informações corretas e confiáveis às pessoas com deficiência.

Complementando sobre as barreiras que dificultam ou impedem a acessibilidade, Michopoulou, Darcy, Ambrose e Buhalis (2015, p. 183) mencionam que:

práticas passadas e atuais de design levam a muitas formas de discriminação às pessoas com deficiência. O design inadequado impe-

de o acesso a bens e serviços e a participação social, como viagens, trabalho e participação na vida civil, social e cultural da maioria das pessoas com deficiência. Isso reduz sua independência, dignidade, equidade e autodeterminação, dando origem a concepção errada de que as pessoas com deficiência não podem viajar sozinhas.

Tendo como base o referencial teórico realizado, a seguir será apresentada a metodologia que permeia o estudo em questão.

3 METODOLOGIA

Este trabalho faz um diagnóstico sobre a acessibilidade nas cinco principais igrejas católicas de Brasília. A questão do catolicismo não é objeto de estudo nesse trabalho e apenas utilizado como fator delimitador do objeto de estudo. A pesquisa se pauta em levantamento bibliográfico centrado-se nos temas turismo religioso e turismo acessível. O estudo também se caracteriza como documental, pois se baseia no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e Decreto no. 10.014 de 2019, além da norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050:2015 que aborda a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Este trabalho tem formato descritivo, pois o pesquisador foi em busca das informações *in loco* das cinco principais igrejas católicas de Brasília e descreveu a sua estrutura física em termos dos equipamentos de acessibilidade para as deficiências motora, visual e auditiva. O critério da escolha das igrejas investigadas se deu em função de serem as principais mencionadas em sites de busca e constarem no site Visite Brasília.

Para a realização da pesquisa de campo foi aplicado um roteiro de observação. Este roteiro seguiu os critérios extraídos do Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos (SPU, 2015), são eles: acesso às mediações do prédio, estacionamento, entrada principal do edifício, acesso às dependências internas, circulação interna, escadas (quando existentes) e sanitários. A coleta de dados foi realizada por meio de registros fotográficos e analisada tendo como

parâmetro a norma da ABNT 9050:2015. Os dados coletados foram analisados sob o prisma da pesquisa qualitativa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

CATEDRAL MILITAR RAINHA DA PAZ

Localizada no lado oeste, entre as vias N1 e S1 no Eixo Monumental, a Catedral Rainha da Paz, pertencente ao Ordinário Militar do Brasil, foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e possui o formato de uma barraca de campanha. Em 1991, durante visita ao Brasil, a catedral teve sua pedra fundamental abençoada pelo Papa João Paulo II, sendo a Catedral inaugurada em 12 de setembro de 1994 (COMUNIDADE RAINHA DA PAZ – DF, 2019).

Analisando a acessibilidade da referida Catedral, percebe-se que o acesso externo apresenta calçamento regular, sem desníveis, mas com algumas rachaduras e vãos que não se configuram como grandes obstáculos que impeçam o acesso por pessoas com alguma deficiência, entretanto não possui sinalização tátil (Figura 1 e 2).

201

...

Figura 1- Via de acesso - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 2- Calçamento - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

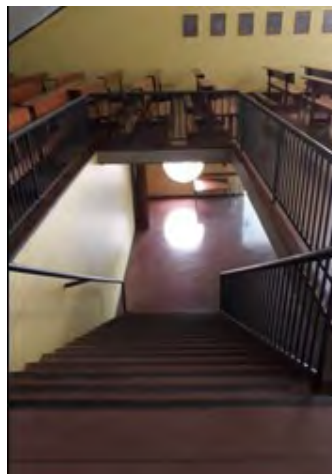
A entrada da igreja dispõe apenas de rampa, não havendo a existência de escadas e/ou elevadores (Figura 3). Na circulação interna da igreja há uma escada para se locomover entre os dois andares e não existem rampas como meio alternativo de acesso internamente. A escada possui corrimão, mas não em duas alturas conforme o exigido pela Norma ABNT 9050:2015 e os degraus possuem sinalização tátil (Figura 4).

Figura 3 - Rampa de acesso - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 4 - Interior - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

A locomoção no interior da igreja é livre, sem obstáculos, porém o altar não possui rampa de acesso (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Interior - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 6 - Altar - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Destaca-se que a igreja não dispõe de assentos ou lugares reservados para cadeirantes. A igreja também não possui sinalização tátil e/ou piso alerta, nem tradução simultânea em língua de sinais ou panfletos e informações em braile.

O estacionamento dispõe de duas vagas para pessoas com deficiência, com sinalização na horizontal e vertical com o símbolo internacional de acesso. Além disso, estão próximas ao acesso principal de circulação de pessoas (Figura 7).

Figura 7. Estacionamento - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Assim, encontram-se dentro do exigido pelas normas da ABNT 9050:2015, exceto pela ausência de faixa lateral, que permite maior espaço a pessoa com deficiência para entrar e sair do veículo.

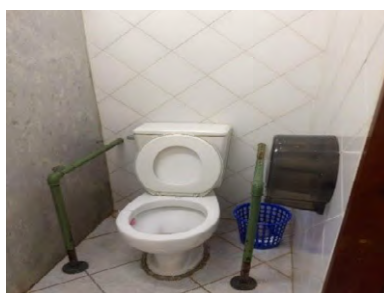
A igreja possui sanitários acessíveis, porém não garante um para cada sexo em cada pavimento onde há banheiros, conforme o exigido pela ABNT 9050:2015 (Figura 8). Tal sanitário não atende a Norma da ABNT 90:15, pois, além de não haver espaço para locomoção da pessoa com deficiência dentro do banheiro, as barras estão gastas e não estão em posição correta e não dispõe de barra de apoio na lateral acima da caixa do vaso sanitário, conforme preconiza a Norma (Figura 9). O sanitário não está próximo a circulação de pessoas.

Figura 8. Entrada sanitário acessível - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 9. Sanitário acessível - Catedral Rainha da Paz



Fonte: Dados primários (2019)

SANTUÁRIO DOM BOSCO

O Santuário Dom Bosco está localizado na 702 Sul, em Brasília – DF. Foi construído em homenagem ao padroeiro de Brasília, São João Belchior Bosco. Desenhado pelo arquiteto Carlos Alberto Naves, foi inaugurada em 1970 e eleito em 2008 uma das sete maravilhas de Brasília, sendo incluído pelo Governo do Distrito Federal na rota de turismo da Capital Federal (SANTUÁRIO DOM BOSCO, 2019).

O Santuário chama atenção pelas 80 colunas de 16 metros e pelos enormes vitrais em 12 tonalidades de azul. No centro há um lustre com 7.400 peças de vidro murano, simbolizando Jesus, a luz do mundo (SANTUÁRIO DOM BOSCO, 2019).

As vias de circulação que levam ao Edifício não apresentam desníveis, rachaduras e/ou buracos (Figura 10). Entretanto, a rampa de acesso a Igreja apresenta um desnível em relação ao nível do piso, causado pela existência de um ralo para escoamento da água da chuva, o que pode dificultar a locomoção principalmente para deficientes motores (Figura 11).

Figura 10- Calçada - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 11- Rampa de acesso - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

A entrada principal da Igreja não apresenta rampas de acesso e os degraus não possuem piso antiderrapante, se tornando escorregadio, principalmente em dias de chuva, como o ocorrido no dia da visita. A escada de acesso principal possui corrimão na lateral, porém não em duas alturas, de acordo com o que exige a norma da ABNT 9050:2015 (Figura 12).

Figura 12. Entrada principal - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 13- Ambiente Interno - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 14- Ambiente interno - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Internamente, o templo não apresenta elementos que possam dificultar a circulação de pessoas com deficiência, porém não apresenta piso tátil, nem sinalização ou informações em braile, não há também local reservado para alocar deficientes motores (Figuras 13 e 14).

206

Já o altar possui rampa de acesso, contudo com nível de inclinação inadequado no qual o deficiente motor precisará de auxílio para usá-la (Figura 15). Vale destacar que a norma ABNT 9050:2015 estabelece limites máximos de inclinação. Para tanto, a inclinação de rampas deve ser calculada de acordo com equação disponível na referida Norma. De qualquer forma, constata-se que a possibilidade de acesso ao altar permite o usufruto do espaço por todos, conforme enfatizam Mesquita e Duarte (2017).

Figura 15-Rampa de acesso ao altar - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

O Santuário dispõe de duas vagas reservadas para pessoas com deficiência no estacionamento. Essas vagas possuem sinalização na horizontal e vertical, porém somente a sinalização vertical está de acordo com o símbolo internacional de acesso. Tais vagas não estão próximas ao acesso principal de circulação de pessoas (Figuras 16 e 17). Como pode ser observado na Figura 16, essas vagas não apresentam o espaço lateral que facilita a locomoção no momento de sair e entrar no veículo, conforme preconiza a norma da ABNT 9050:2015.

Figura 16- Estacionamento - fundos do Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 17- Estacionamento lateral - Santuário Dom Bosco



Fonte: Dados primários (2019)

Durante a visita, não foram encontrados a presença de sanitários e muito menos acessíveis.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

A Igreja Nossa Senhora de Fátima também conhecida como “Igrejinha da 307/308 Sul” foi o primeiro templo religioso em alvenaria construído na capital federal, Brasília. Foi projetada por Oscar Niemayer, construída em 100 dias, com o intuito de pagar uma promessa da primeira-dama Sarah Kubitschek para a cura para sua filha, e inaugurada em 28 de junho de 1958 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 2019).

Em seu projeto de construção o arquiteto optou a uma arquitetura com referências à um chapéu de freiras. Em sua fachada externa e em seu interior encontram-se azulejos do artista Athos Bulcão. Todavia, os afrescos do artista de Alfredo Volpi se faziam presentes no monumento, mas foram cobertos em uma reforma nos anos 60 (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 2019).

O acesso as mediações do Edifício contêm pisos regulares, porém possui degraus de pequena altura na passagem principal, sem sinalizações, sem pisos táteis e corrimões, conforme pode ser detectado nas figuras 18 e 20. Já a Figura 19 aponta um piso regular de acesso ao templo. Desta forma, considera-se que o acesso não é inviável para um visitante com deficiência motora ou visual, porém ambos terão maiores dificuldades.

Figura 18- Entrada principal - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 19- Acesso de rampa - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 20- Mediações - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Destaca-se que durante o percurso percorrido até a igreja não foi detectado elementos, objetos e barreiras que impeçam a circulação do público deficiente, somente a escadaria e a falta de sinalização, já relatadas anteriormente.

Ao entrar no edifício da Igreja não encontramos degraus ou rampas, pois a mesma possui piso interno nivelado com o piso externo, além de uma única ampla e larga porta na sua entrada principal (Figura 21).

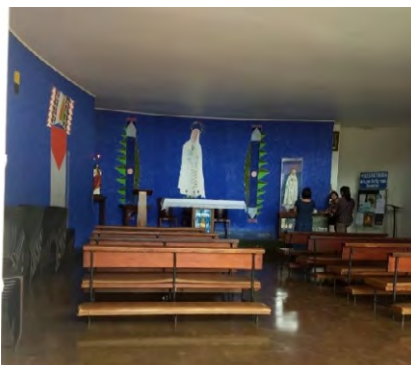
Figura 21. Entrada principal - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Internamente, devido ao fato da Igreja ser considerada pequena, a sua disposição acaba sendo estreita, resultando ao visitante com deficiência motora um trânsito no ambiente com maior limitação de espaço (Figuras 22 e 23). Internamente não há piso tátil, identificações e espaços destinados ao deficiente. Foram diagnosticados degraus no altar e móveis nas laterais, o que dificultam o trânsito de pessoas com limitações. Tais fatores podem se caracterizar como uma barreira para que a pessoa tenha acesso interno ao Templo, conforme abordam Eichhorn e Buhalis (2011).

Figura 22- Interior - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 23- Altar - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

210
... A Igreja dispõe de estacionamento próprio como pode ser visto nas Figuras 24 e 25. Todavia, este estacionamento possui piso de paralelepípedos o que o torna trepidante, além de não possuir vagas destinadas à deficientes e rampas de acesso as calçadas.

Figura 24. Acesso do estacionamento - Paróquia Nossa Senhora Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 25. Estacionamento - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Em visita ao local e suas mediações notou-se a proximidade da igreja com quadras residenciais e entre quadras comerciais da Asa Sul o que possibilita e atrai visitantes. Pensando desta forma, na avenida que passa em frente ao local foi encontrado uma faixa de pedestres sinalizadas com piso tátil e sinalizações refletivas, o que aumenta a segurança dos pedestres que estão nas mediações das quadras e pretendem acessar o edifício da Igreja Nossa Senhora de Fátima (Figura 26).

Figura 26-Faixa de pedestre - Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Dados primários (2019)

Não foram encontrados sanitários acessíveis disponíveis para o público no edifício durante a visita técnica do presente trabalho.

CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA APARECIDA

Localizada na Esplanada dos Ministérios, a Catedral foi o primeiro monumento a ser construído na Capital Federal. Idealizada por Oscar Niemeyer, teve sua estrutura pronta em 1960, sendo inaugurada em 31 de maio de 1970. A estrutura conta com 16 (dezesseis) colunas de concreto em formato hiper-

boloide e possui setenta metros de diâmetro (CATEDRAL METROPOLITANA, 2019).

Na praça que permite acesso a Catedral, é possível encontrar três esculturas de criação de Alfredo Ceschiatti com a colaboração de Dante Croce. As esculturas apresentam 3 (três) metros de altura cada uma e foram esculpidas em bronze, representando os evangelistas. No interior, é possível encontrar a escultura de três anjos suspensos por cabo de aço. Os anjos possuem 100 kg, 200 kg, e 300 kg (CATEDRAL METROPOLITANA, 2019).

O percurso exterior a Catedral não apresenta elementos ou objetos que interfiram na circulação de pessoas, também não apresenta grandes desníveis, degraus ou buracos, conforme pode ser observado na figura 27.

Figura 27. Mediações externas - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 28. Vista externa da entrada principal - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

Porém, destaca-se que as mediações próximas ao edifício não apresentam piso tátil (Figura 27). A entrada principal também não possui sinalização tátil, assim como na entrada secundária, como pode ser observado por meio das figuras 28 e 33. No caso de cadeirantes, estes podem adentrar na Catedral tanto pela entrada principal, como pela entrada secundária, sendo esta última mais adequada, visto que é próxima a vaga de estacionamento destinada para pessoas com deficiência, como será descrito posteriormente.

A entrada principal é a mais utilizada pelos visitantes e possui uma rampa de acesso (Figuras 29 e 30). Destaca-se que a inclinação da rampa dificulta o uso pelas pessoas com deficiência motora e a ausência de corrimões dificulta o uso por pessoas com outros tipos de necessidades específicas, como por exemplo, idosos e pessoas com deficiência visual.

Figura 29. Visão interna da entrada principal - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 30- Visão da entrada principal - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

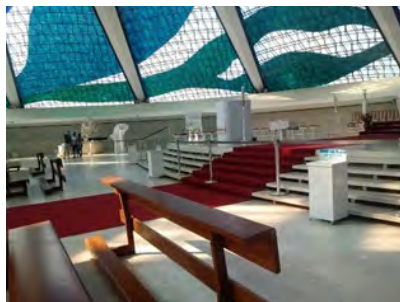
Na circulação interna não são observados objetos e elementos que impeçam ou dificultem a livre circulação de pessoas, conforme demonstra as figuras 31 e 32. Porém não foi identificado a presença de piso tátil e/ou sinalizações em braille. No acesso ao altar, não existem rampas e corrimões para auxiliar na locomoção (Figura 32).

Figura 31- Ambiente interno - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 32- Altar - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

Os corredores entre os bancos possuem largura acima de 1,55 m, o que é o exigido para que o deficiente motor possa se locomover sem dificuldades. Porém, a Catedral não dispõe de lugar exclusivo para pessoas com deficiência motora assistirem a missa. Quanto ao visitante que possui alguma deficiência motora e/ou visual, este recebe ajuda voluntária de pessoas presentes no local. Esse fato é importante pois resultará na diminuição de barreiras para acesso ao Templo, conforme abordado por Michopoulou et al. (2015). Entretanto, a Catedral não apresenta informações em braile, apenas em português e não possui mapa tátil da Catedral.

O Templo possui estacionamento próprio, porém oferece apenas uma vaga para pessoas com deficiência, esta sinalizada vertical e horizontalmente com o símbolo internacional de acesso e é localizada próxima a entrada lateral, assim como o exigido pela norma ABNT 9050:2015 (Figura 33).

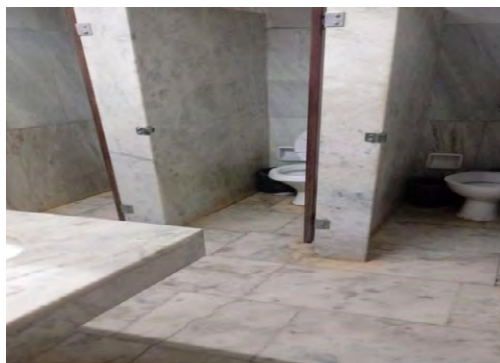
Figura 33. Estacionamento para deficiente - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

A Catedral dispõe de sanitários, porém não oferece sanitários acessíveis para pessoas com deficiência, logo não atende as exigências legais, uma vez que se deve garantir no mínimo um banheiro acessível para cada sexo, em cada pavimento onde houver sanitários. A Igreja possui sanitários, mas nenhum deles é acessível (Figura 34). Considerando que está sendo analisada a Catedral da capital do país, portanto, local muito procurado por turistas e visitantes, o fato de não possuir sanitários acessíveis se configura como uma importante barreira que não contribui para a realização do turismo acessível, conforme abordam Duarte et al. (2015).

Figura 34- Sanitário feminino - Catedral Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Dados primários (2019)

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Inaugurada em 07 de outubro de 1987, a igreja de Nossa Senhora do Rosário está localizada no Lago Sul na Capital Federal, Brasília (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 2019).

O percurso exterior a Paróquia foi considerado acessível, uma vez que não apresenta elementos ou desníveis que dificultem a livre circulação de pessoas com deficiência motora ou visual, conforme pode ser observado nas figuras 35 e 36. Vale ressaltar, que o percurso externo não possui piso tátil.

Figura 35 - Acesso lateral - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019)

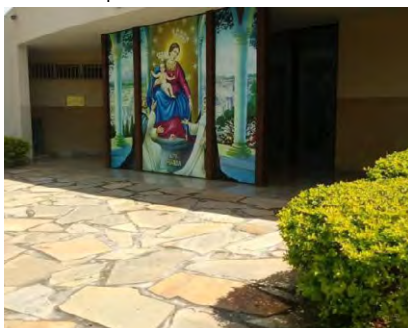
Figura 36 - Entrada Principal - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019)

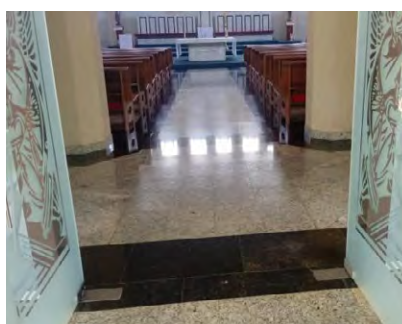
A entrada principal é de fácil identificação e sem obstáculos, como pode ser observado na figura 37. Conforme figura 38, é possível observar também que o interior da igreja não apresenta sinalização tátil.

Figura 37. Visão externa da entrada principal - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019)

Figura 38-Entrada principal - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019)

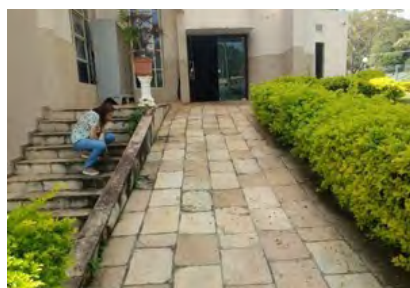
Além da entrada principal, a igreja dispõe de mais duas entradas laterais, ambas com acesso por meio de rampas. Conforme pode ser observado nas figuras 39 e 40, apenas a entrada lateral direita possui corrimão em duas alturas, assim como é estabelecido pela Norma ABNT 9050:2015.

Figura 39 - Entrada lateral direita - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Figura 40 - Entrada lateral esquerda - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Destaca-se que não existem informações visuais na circulação interna ou sinalizações em braille. Os elementos internos como os bancos, não dificultam a circulação de pessoas que possuem alguma das três deficiências (motora, visual e auditiva), porém não existe um local específico destinado para pessoas com deficiência motora.

O estacionamento dispõe de vagas acessíveis, duas no total. Ambas são sinalizadas verticalmente por meio da utilização da placa e sinalização horizontal no chão, com o símbolo internacional de acessibilidade, conforme figura 41. Pode-se observar, de acordo com a figura 42, que as vagas se encontram próximas a entrada principal, atendendo a Norma ABNT 9050:2015. Segundo a Norma, as vagas acessíveis não devem estar a mais de 50 metros da entrada principal e/ou de circulação de pessoas.

Figura 41- Estacionamento - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Figura 42- Rampa de acesso ao estacionamento - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Ressalta-se ainda que, diferentemente dos estacionamentos das outras igrejas visitadas, este possui faixa lateral sinalizada entre as vagas, para que o deficiente motor possa ter espaço de locomoção ao sair do veículo.

Existe sanitário acessível, porém é garantido apenas um para ambos os sexos, desta forma, não atende plenamente a norma estabelecida pela ABNT 9050:2015, que determina no mínimo um banheiro acessível para cada sexo em cada complexo onde houver banheiros. Na figura 43 a seguir pode-se visualizar a entrada do banheiro acessível.

Nas adaptações internas do banheiro, foi possível identificar que não existem braços de porta. Não existe barra de apoio sobre a caixa sanitária, havendo apenas na lateral. O espaço interno não foi considerado adequado, uma

vez que o deficiente motor poderá ter dificuldades de se locomover devido a falta de espaço (Figura 44). Constata-se que inacessibilidade nos sanitários não contribuem para a visita de usuários com deficiência ao Templo e se mostram uma barreira para a realização do turismo religioso. É importante ressaltar que este apresenta uma expressiva importância para o setor turístico, conforme abordam Kim & King (2019).

Figura 43. Entrada dos Sanitários - Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Figura 44- Sanitário acessível, Paróquia Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Dados primários (2019).

Apresenta-se a seguir o quadro 1 com os principais dados obtidos na pesquisa de campo, seguida das considerações finais.

Como pode ser observado no quadro 1, apenas uma das igrejas investigadas possui rampa de acesso ao altar. Vale lembrar que o Decreto no. 10.014 de 2019 menciona que acessibilidade “não se aplica às áreas destinadas ao altar em edificações de uso coletivo utilizadas como templos de qualquer culto”. Apesar da legislação não preconizar o acesso, considera-se o mesmo necessário para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes desses templos e que essa legislação promove, de fato, a exclusão social das pessoas com deficiência, já que inviabiliza a sua acessibilidade plena.

Quadro 1- Principais dados da pesquisa de campo

Igrejas	Acesso às mediações do Templo	Vaga acessível no estacionamento	Entrada principal	Circulação interna	Sanitários Acessíveis
Catedral Rainha da Paz	Calçamento regular, sem desníveis e obstáculos.	Possui vagas, mas não atende plenamente a Norma da ABNT 9050:2015.	Entrada por rampa.	Escadas com sinalização tátil para locomoção entre os andares. Locomoção interna livre, sem obstáculos, porém sem rampas de acesso ao altar, piso alerta e lugares reservados para deficiente motor.	Possui mas não atende a Norma ABNT 9050:2015.
Santuário Dom Bosco	Acesso com vias de circulação razoáveis. Apenas um desnível no acesso a rampa.	Possui vagas mas não atendem a Norma da ABNT 9050:2015.	Entrada por escadas e por rampa.	Circulação livre, porém, sem sinalizações e adaptações previstas. Possui rampa de acesso ao altar.	Não possui.
Igreja Nossa Senhora de Fátima	Acesso por meio de pisos regulares ou por lance de escadas.	Não possui.	Entrada nivelada a área externa com a porta de entrada.	Espaço interno estreito.	Não possui.
Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida	Percurso externo sem obstáculos.	Uma vaga e atende a Norma da ABNT 9050:2015.	Entradas por rampas de inclinação irregular, sem sinalização tátil e corrimãos.	As áreas de circulação não possuem sinalização tátil nem rampas para acesso ao altar.	Não possui.
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Percurso externo sem obstáculos, apesar de não possuir piso tátil.	Possui vagas e atende a Norma da ABNT 9050:2015.	Entrada acessível e sem obstáculos. Rampas com corrimões nas entradas laterais.	Circulação sem interferências, apesar de não possuir informações visuais ou sinalizações táteis.	Possui, mas não atende a Norma ABNT 9050:2015.

Fonte: Dados primários (2020)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o turismo religioso tem um papel fundamental no setor, haja vista que os templos são atrativos turísticos procurados pelos visitantes não só pela religiosidade mas também pela cultura, onde busca-se conhecer sua história e arquitetura. Sob esta ótica, enfatiza-se a necessidade de uma estrutura que possa atender os seus diversos públicos, dentre esses as pessoas com deficiência.

Assim, o objetivo do estudo foi evidenciar a estrutura física de acessibilidade nas cinco principais igrejas de Brasília. A pesquisa realizada diagnosticou que nenhuma das igrejas visitadas possui estrutura acessível em todos os ambientes investigados: acesso as mediações do templo, estacionamento, entrada principal, circulação interna e sanitários. Constata-se que essas igrejas são significativas para a cidade e, portanto, deveriam ser acessíveis para todos os públicos. Das deficiências investigadas, a pesquisa de campo aponta que ênfase de acessibilidade recai sobre a deficiência motora e há menos estrutura para a deficiência visual, apesar desta apresentar maior percentual no Brasil (18,6%, segundo o IBGE, 2010). A deficiência auditiva também foi muito pouco contemplada nos templos analisados. Entende-se que esses templos são representativos para a capital federal e, já que esta se promove como uma capital jovem e moderna, deveria apresentar maior acessibilidade nas suas principais igrejas católicas.

REFERÊNCIAS

AFFERNI, R.; FERRANIO, C. Religious Tourism and Italian Sacred-Mounts: Experiences of Networking and co-operation at a UNESCO site. **International Journal of Religious Tourism And Pilgrimage**. Vol 4(1). Article 2, March 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**: NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BOGAN, E.; CERCLEUX, A. L.; CONSTANTIN, D. M. The Role of Religious and Pilgrimage Tourism in Developing and Promoting the Urban Tourism in Bucharest. **Quality - Access To Success**, 20 (S2), p. 94-101, March 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência. Estatuto da Pessoa Com Deficiência.** Lei nº 13.146/2015. Brasília, DF, 6 jul. 2015. p. 96.

BRASIL. **Decreto nº 10.014**, de 06 de setembro de 2019. Alteração. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Brasília, DF, 6 set. 2019. p. 1.

CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA APARECIDA. **História.** Disponível em: <https://catedral.org.br/historia>. Acesso em: 03 out. 2019.

CHANTZANTONIOU, A.; DIONYSOPOULOU, P. The Religious Tourism in Greece: case study of Saint John Russian in N. Evia. **Journal Of Tourism: Heritage & Services Marketing**, v. 3, Issue 2, pp. 15-24, 2017. <http://doi.org/10.5281/zenodo.1160590>.

COMUNIDADE RAINHA DA PAZ-DF. **A Catedral.** Disponível em: <https://comunidaderainhadapazdf.wordpress.com/a-catedral-militar-rainha-da-paz/>. Acesso em: 03 set. 2019.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.; MOURA, D. G.; SPEZIA, D. S. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 9(3), p. 537-553. Set./dez. 2015.

DURÁN-SÁNCHEZ, A.; ÁLVAREZ-GARCÍA, J.; RÍO-RAMA, D.; OLIVEIRA, C. Religious Tourism and Pilgrimage: bibliometric overview. **Religions**, 9, 249, p. 2-15, August 2018. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/rel9090249>.

EICHHORN, V.; BUHALIS, D. Accessibility – a key objective for the tourism industry. In Buhalis, D.; Darcy, S. (Eds.). **Accessible tourism: concepts and issues**. Bristol: Channel View Publications. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. (org.). **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Kim, B.; King, B. E. M. Religious tourism studies: evolution, progress, and future prospects. **Taylor & Francis in Tourism Recreation Research**. p. 1 - 49. September 2019. DOI: 10.1080/02508281.2019.1664084

MESQUITA, E.; DUARTE, D. C. Turismo Acessível em Parques: um estudo exploratório no Parque da Cidade Sarah Kubitschek - Brasília. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Brasília, n. 27/28, p. 363-374, 2017. E-ISSN 2182-1453.

MICHOPOULOU, E.; DARCY, S.; AMBROSE, I.; BUHALIS, D. Accessible tourism futures: the world we dream to live in and the opportunities we hope to have. **Journal of Tourism Futures**, v. 1, n. 3, p. 179-188, 14 September 2015. DOI: 10.1108/JTF-08-2015-0043.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **História.** Disponível em: <http://www.pns-fatimabsb.com.br/sobre-nos/historia> Acesso em: 12 nov. 2019.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Organização Religiosa. **Sobre**. 2019. Facebook: @rosariolagosul. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/rosariolagosul/about/?ref=page_internal. Acesso em: 13 nov. 2019.

REJMAN, K.; MAZIARZ, P.; KWIATKOWSKI, C. A.; HALINIARZ, M. Religious Tourism as a Tourism Product. **World Scientific News**, n. 57, p. 562-575, 2016. EISSN 2392-2192.

SANTUÁRIO DOM BOSCO. **Nossa história**. Disponível em: <http://paroquias.salesianos.br/paroquia/santuario-sao-joao-bosco-df/nossa-historia-589/nossa-historia-589> Acesso em: 10 out. 2019.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU). **Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos: guia para gestores**. 1 ed. Brasília: Ministério da Economia, julh. 2015.

SHYAMCHANDRA, A. Impacts of religious tourism in Janakpur. **Research Nepal Journal of Development Studies**. Year 1st, Issue 2nd, p. 1-19. november 2018.

VARNARAS, A. P.; RODOSTHENOUS, N; VOGAZIANOS, P. Religious Tourism as a Tool for Sustainability: the case of Cyprus. **The Journal of Social Sciences Research**. p. 285-293. 2018. DOI: <https://doi.org/10.32861/jssr.411.285.293>.

VISITE BRASÍLIA. **Pontos Turísticos**. Turismo. Disponível em: <https://visitebrasil.com.br/turismo/pontos-turisticos/>. Acesso em: 15 maio 2020.

PROJETO ORLA: A INVENÇÃO DA ORLA COMO PRODUTO TURÍSTICO

MARIA VANILÚCIA DOS SANTOS

1 INTRODUÇÃO

Para a sustentabilidade da atividade turística, será necessário organizar e estruturar de modo a preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural da localidade, promovendo o desenvolvimento regional e a valorização multicultural, com a participação da sociedade.

A importância da atividade turística como indutora do desenvolvimento depende não somente da existência de recursos naturais e culturais, mas de ações de planejamento e de gestão eficazes e integradas entre o poder público, o terceiro setor e a iniciativa privada. (BRASIL, PNT 2018-2022, p.74).

225

...

Neste sentido, para afirmação do produto turístico é imprescindível a criação de ações estruturadas que estimulem a atratividade e competitividade dos recursos, potencializando e consolidando como destino turístico.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da invenção das Orlas, como espaço turístico e de lazer, seu espaçamento geográfico e seu potencial como destino turístico, bem como, compreender o processo multicultural no entorno das Orlas de Aracaju. Para desenvolvimento desse trabalho, neste primeiro momento empreendeu-se a pesquisa bibliográfica e em continuidade ao desenvolvimento do tema abordado, será realizada pesquisa de campo, pós pandemia da COVID-19, em razão das orientações de distanciamento social, em que, a primeira parte está versada para elaboração e ratificação da invenção das orlas e seu espaço geográfico, e a segunda será versada

para aplicação de questionário ao público no entorno das orlas, estabelecimentos comerciais, visitação e observação dos espaços físicos elencados no presente trabalho, no tocante ao seu potencial turístico e multicultural.

A pesquisa realizada, bem como, sua continuidade com a pesquisa em loco, destina-se também as três esferas do governo e a sociedade, interessados nas orlas marítimas e fluviais com espaços urbanizados.

O presente trabalho justificasse pela relevância do tema e sua complexidade em gerir de forma integrada, o uso e ocupação de espaços de uso comum, de livre acesso e pertencente a todos, às Orlas Marítimas ou Fluviais, consolidando-as como produto turístico e multicultural.

2 PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, denominado Projeto Orla, constitui uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da sua Secretaria do Patrimônio da União, constituindo uma ação inovadora no âmbito do Governo Federal, com o objetivo de implementar uma política nacional integrada com outros órgãos públicos, o terceiro setor e a sociedade civil, visando a organização de ações de incentivo ao turismo, proteção ao meio ambiente e de ocupação urbana, através do planejamento de uso e ocupação da orla brasileira e da elaboração de acordo com responsáveis públicos e sociedade civil em cada lugar.

As orlas fluviais e marítimas das cidades litorâneas são territórios que definem identidades e relações de pertencimento. Por isso é um território de todos. A mobilização deve, portanto, incluir uma gama diversificada de atores sociais e institucionais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p.29)

Neste sentido, o Decreto nº 5.300/2004, constitui um dos marcos legais e Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências, e ratifica em seu artigo 21:

As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. (BRASIL, Decreto 5.300/2014, Art.21)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Projeto Orla, busca em suas ações o ordenamento dos espaços litorâneos sob o domínio da união, interagindo com as políticas patrimoniais e ambientais, ao tempo que, integra a sociedade e as três esferas do governo, pautando seus objetivos com base no:

Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;

Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;

Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Projeto Orla, 2020)

O Projeto Orla, busca contribuir na aplicação de orientações gerais sobre a disciplina de uso e ocupação do espaço da zona costeira, a Orla Marítima. Compreendendo, o desafio na extensão no litoral brasileiro com cerca de 8.500 km, sua diversidade de espaço, municípios e seus habitantes, em torno de mais de 32 milhões de habitantes, conforme o censo IBGE, inseridos neste contexto, a geração de conflitos quanto a ocupação de terrenos e demais bens sob domínio da União, refletindo em espaços de lazer e convivência, com ênfase nas praias, consideradas como de uso comum do povo e direito de todos.

Neste sentido, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, intitula o Projeto Orla, elabora e distribui cinco publicações sobre pesquisa realizada na zona costeira, com abordagem de temáticas intrínsecas ao planejamento, desenvolvimento e sustentabilidade da Orla Marítima, com os subtítulos:

- a) Fundamentos para gestão integrada – apresenta a estrutura conceitual e os arranjos político-institucionais, como base para orientar e avançar na descentralização da gestão da orla para a esfera municipal. Focaliza a importância do Projeto como estratégia de resgate da atratividade desse espaço democrático de lazer, além dos aspectos intrínsecos de gestão patrimonial que interagem na sustentabilidade das ações de intervenção propostas pelos municípios envolvidos, por meio do incremento de receitas, conforme Ministério do Meio Ambiente (2002);
- b) Manual de gestão - orienta, por meio de linguagem técnica e simplificada o diagnóstico, a classificação, a caracterização da situação atual, a composição de cenários de usos desejados e respectivas ações na orla para alcançá-los. Esse elenco de ações consolida-se em um Plano de Gestão, que adquire legitimidade quando busca formas efetivas de articulação e parcerias entre o governo e a sociedade, conforme Ministério do Meio Ambiente (2006);
- c) Subsídios para um projeto de gestão - incorporando assim o resultado de análises comparativas acerca das experiências internacionais sobre a matéria, e levantando a melhor bibliografia disponível. O conhecimento de campo dos autores também foi de grande valia em face da finalidade empírica da demanda apresentada, isto é, de gerar teorizações de índole aplicada. Os textos produzidos possuem em si valor técnico e acadêmico, ao enfocarem, de forma interdisciplinar, uma realidade pouco discutida e questionarem pontos de alta relevância para a gestão costeira no país, conforme Ministério do Meio Ambiente (2004);
- d) Guia de Implementação - que detalha o fluxo de atividades e tarefas, contribuindo para organização de uma agenda gerencial que oriente as instituições da esfera federal, dos estados, municípios e da sociedade para a execução de cada uma das etapas de implementação do Projeto Orla, conforme Ministério do Meio Ambiente (2005);
- e) Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada - que busca contribuir para a garantia do cumprimento da função socioam-

biental da propriedade ao longo da costa brasileira urbanizada. Para tanto, foram escolhidos os seguintes temas: Articulação com o Programa Nacional de Regularização Fundiária dos Assentamentos Informais em Imóveis da União; Articulação do Plano de Gestão Integrada da Orla com outros Instrumentos de Planejamento e Gestão Territorial e Fortalecimento da Participação Cidadã, conforme Ministério do Meio Ambiente (2006).

Corroborando ao Projeto Orla, outro marco é a Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, Lei do Turismo, que Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. (BRASIL, 2008)

A composição do cenário de natureza deslumbrante com suas águas de tons cristalinos, esverdeados, azulados ou em outras variações de cores, com areias finas ou grossas, brancas ou amarronzadas, ora a beirada de falésias, paredões rochosos, montanhas e por vezes cobertos de vegetação diversificadas em formatos, tipos, cores e flores, e ainda, compondo todo esse cenário o astro Sol, iluminando e irradiando calor e energia, tudo isso, contribuiu na inspiração para a elaboração à construção de procedimentos e métodos para a gestão compartilhada das nossas orlas, expressos nas publicações do Projeto Orla para divulgação e geração de multiplicadores deste projeto.

Nesta abordagem, entre cenários exuberantes, as pesquisas e os debates sobre a implementação da Orla, ratificam a importância de contemplar peculiaridades das cidades da zona costeira, nas quais observa-se complexidade da urbanização, em que, os diversos usos simultâneos e por vezes conflitantes, os usuários destes espaços e seus interesses envolvidos e as querelas comuns à urbanização destes espaços como: poluição, especulação imobiliária, tráfego de veículos e ocupações irregulares, entram em desalinho à fragilidade do meio ambiente e a sustentabilidade das Orlas.

Entendendo a ocupação do Brasil, desde sua descoberta no século XVI, nossa faixa litorânea compreendia a uma vasta paisagem contemplada pelos aqui desembarcavam em buscas de riquezas naturais, o processo de ocupação da zona costeira manteve o crescimento populacional, tornando-se problemático com o processo de industrialização e a chegada das multinacionais, originando o processo de metropolização, com o crescimento das cidades verticais e horizontais, nas faixas litorâneas, incluindo áreas sob o domínio da União.

Segundo Ministério do Meio Ambiente (2006, p.22). Os conflitos nas orlas das médias e grandes cidades são de vários tipos e exigem instâncias de mediação, negociação e resolução. Entre os extremos da inclusão e exclusão territorial que polarizam os padrões de urbanização das orlas fluviais e marítimas, há inúmeras nuances e gradações que variam de local para local. O Plano de Gestão Integrada da Orla para essas áreas está inserido nesse contexto com o desafio de acomodar propostas que possam garantir o interesse público e solucionar conflitos, já que as praias são bens de uso comum do povo e devem ser acessíveis a todos, além de construir critérios justos e democráticos de acesso às terras urbanas localizadas na orla. A pactuação dessas propostas pressupõe a realização de um processo efetivo de participação cidadã com instâncias e procedimentos para mediação de conflitos.

O Projeto Orla objetiva elaborar um Plano de Gestão Integrada para as Orlas Marítimas e Fluviais alicerçada em metodologias ativas, em que, a participação da sociedade deve balizar todas as etapas de elaboração e implementação deste projeto, sendo estas de instrumentalização de preparação de oficinas e a realização das mesmas, observando a qualidade dessas produções em busca de fincar credibilidade junto as diversos atores participantes e posterior Audiência Pública, para legitimação do Plano de Gestão Integrada e formatação do Comitê Gestor.

O Projeto Orla, busca em sua essência integrar os governos federais, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, de forma a colaborar com a gestão integrada na esfera de sua construção e aplicação.

Fomentando que, a educação cidadã visa o fortalecimento da democracia, com a sociedade capacitada a partilhar responsabilidades e resolução pacificada de conflitos, elementar a transformação social.

Neste sentido, segundo Freire (apud MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, p.37) “A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania”.

2.1 A INVENÇÃO DA ORLA COMO PRODUTO TURÍSTICO

As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. (BRASIL, Art.10, Lei 7.661/1988)

Denominamos de praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, materiais que sofreram desgaste físico tais como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

O litoral brasileiro possui aproximadamente uma extensão de 8.500 km, com recortes ilhas, baías, falésias, enseadas e por faixas de areia, denominada de praias, com o binômio de encantamento e belezas naturais, compondo um vasto cenário de produto turístico, atrativos a povo brasileiro e turistas, sejam estes brasileiros ou estrangeiros.

As praias marítima, fluviais e lacustres são bens de valor coletivo e representam uma das bases para o investimento no turismo. Sua conservação deve ser objetivo de atenção do setor público, privado e do terceiro setor. A cadeia produtiva do turismo deve trabalhar de forma integrada pelo respeito ao ambiente que representa a base

para o seu desenvolvimento. Cabe destacar, também, a importância de iniciativas de sensibilização e conscientização ambiental para os turistas que usufruem das praias para o lazer e possuem papel essencial para a manutenção de tais ambientes. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.13)

Neste contexto, as praias constituem bem público e à estas não será permitido a urbanização ou qualquer forma utilização do solo costeiro que impeçam ou dificultem o acesso da população, conforme previsto na Lei nº 7.661 de 1988, a qual institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

A invenção das orlas, cria espaço urbanizado e estruturado, propiciando a aglomeração de pessoas em busca de entretenimento, lazer, diversão, socialização, caracterizada ainda por constituir espaço democrático, em que, todas as classes sociais poderão frequentar o mesmo ambiente socioespacial, gerando integração multicultural e afirmando-se com produto e destino turístico de grande visitação e alto potencial turístico, contribuindo para o desenvolvimento econômico e na geração de empregos.

Com objetivo de organizar e gerenciar a ocupação de espaços públicos, o Plano Nacional do Turismo (2018) (PNT), elabora proposta para atender e espelhar os anseios do setor e do cidadão que consome turismo, e neste sentido, cria conjunto de medidas propostas no PNT, com designo de contribuir para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país.

O PNT (2018) confirma, com um de seus objetivos, o robustecimento da regionalização do turismo, entendo que apesar as dificuldades encontradas ao longo do caminho, esse trabalho precisa de continuidade, nesta perspectiva, convencidos que o desenvolvimento regional contribui de forma substancial no turismo como atividade econômica e ainda com a premissa da geração de postos de trabalho.

Conforme o catálogo do Ministério de Turismo (2010), as zonas costeiras estão sendo bastante vistas como regiões de interesse tanto na questão de uso

e ocupação de solo quanto na caracterização e qualidade ambiental.

Para transformar a Orla em produto turístico, além do enaltecimento da beleza natural e cultural do espaço, também se faz imprescindível o planejamento e gestão de forma integrada entre os três poderes do governo e a sociedade civil.

Com vistas ao planejamento alguns desafios para gestão da Orla se fazem latentes como os empreendimentos turísticos, a regularização fundiária, os projetos urbanísticos e ainda o ordenamento de barracas de praia, contrapondo com a preservação da biodiversidade e das culturas locais, bem como, manutenção da zona costeira com intuito de conter os processo de erosão e sedimentação, e ainda a acessibilidade à praia, como direito e uso comum de todos.

No fortalecimento a identidade da Orla como produto turístico, quando da implementação em territórios urbanizados, será necessário:

Análise dos projetos previstos para a orla, quando houver. Nas orlas das médias e grandes cidades é comum haver projetos de intervenção física elaborados tanto pelo poder público quanto por agentes da iniciativa privada. Tais projetos abrangem escalas diversas e causam impactos de diferentes naturezas. Vão desde uma reformulação paisagística pontual com implantação de pequenos mobiliários urbanos até grandes intervenções viárias ou de infraestruturas, passando pela implantação ou ampliação de equipamentos e edificações de usos residenciais ou não residenciais, públicos ou privados. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p.54)

E ainda, de acordo com o Projeto Orla do Ministério do Planejamento, será necessário avaliação criteriosa dos elementos que compõem a paisagem natural da Orla.

Nas orlas com urbanização consolidada, os usos dos elementos paisagísticos naturais compõem com as edificações de diferentes tipos a construção de territórios com identidades específicas. Podem ser construções de interesse histórico-cultural ou edifícios contemporâneos de pequeno, médio e grande porte, horizontais e verticais. É preciso analisar as relações desses edifícios com os mar-

cos naturais e com a própria praia, prestando atenção aos impactos em geral e, particularmente, nas possibilidades de sombreamento da praia causado pelas edificações verticalizadas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p.54)

Sendo necessário, análise de todo entorno da Orla, o levantamento de suas potencialidades e a gestão integrada para o desenvolvimento e preservação do espaço público e de uso comum da sociedade, com vista a consolidação da Orla enquanto produto turístico.

3 RESULTADOS: O POTENCIAL TURÍSTICO: CONSUMOS E MULTICULTURA NAS ORLAS DE ARACAJU

234 ... As orlas de Aracaju, constituem em seu arcabouço os espaçamentos geográficos, que formam base material e no imaginário dos consumidores e turistas, onde se desenvolve o consumo desses espaços e seus atrativos, ressaltasse aqui, a beleza paisagística natural e o embelezamento promovido pelas construções imobiliárias, bem como, a disseminação cultural da região que, entrelaçada as multiculturas inseridas pelos turistas nas orlas de Aracaju, forma um conglomerado de tipos de consumos e multiculturas em um mesmo espaçamento turístico.

A oferta do produto turístico nas orlas de Aracaju, pode ser destacado pelas paisagens litorâneas, as quais compõem um cenário banhado pelo Oceano Atlântico e os rios Sergipe e Vaza Barris, em sua vegetação compostas por coqueiros, manguezais e arbustos, tento em seu entorno a areia praiana.

No processo de consolidação das orlas como lugar turístico e de lazer em Aracaju, a Orla de Atalaia recebe investimentos embasados no Plano Nacional de turismo, no qual podemos observar, Segundo SANTOS (apud SILVA, et al, 2010, p.6)

[...] foi a maior intervenção do Estado no bairro Atalaia a partir dos recursos do PRODETUR/NE. [...] A orla se converteu no principal atrativo turístico para reinício da política de turismo de Sergipe ba-

seada nos processos de qualificação ou (re)qualificação de espaços turísticos.

O embelezamento e funcionalidades fundamentadas pelo Projeto Orla, trouxeram para Orla de Atalaia, uma nova perspectiva de atração turísticas, com a padronização de bares, restaurantes, espaços para shows, quadras poliesportivas, parques, espaços de convivência e outros atrativos, que ressaltam brilho aos olhos dos consumidos e turistas deste espaço público e de lazer.

Neste sentido, a Orlinha do Bairro Industrial, como é conhecida, também recebeu projeto paisagístico, com a edificação de restaurantes, espaço para artesanato e lazer, rodeados por jardins verdes e floridos, tendo ainda vista privilegiada da ponte Aracaju Barra, sendo banhada pelo Rio Sergipe, completando um cenário de beleza e encantamento.

Mais tarde, ocorre a revitalização da praia do mosqueiro, intitulada de Orla Por do Sol, a qual constitui cenário exuberante, edificado sobre um píer de madeira, contrastando a frente com o Rio Vaza Barris e uma vegetação composta por manguezais, e será no entardecer, ao se por do sol, que consumidos e turistas deste espaço terão o privilégio de contemplar um dos mais belos pôr-do-sol com um misto de cores produzidos pelos raios solares, os quais resplandecem por todo espaçamento da orla.

As orlas de Aracaju ofertam variado cardápio de consumo, desde artesanatos, comidas típicas, espaços para esportes e lazer, e no entorno destes conjuntos de elementos, todo o espaçamento público e turístico das orlas.

Dentre os quais, podemos identificar um dos tipos de consumo que está em ascensão, as viagens turísticas, férias ou prêmio, conforme pesquisa do Ministério do Turismo (apud SOUZA, Helena. Motivação é o nome do jogo. Revista dos Eventos, 31, 2004, p. 24)

Os estudos que medem a impacto dos programas de incentivos indicam que os prêmios em dinheiro são considerados por um período máximo de um ano e os bens duráveis, por aproximadamente quatro anos. Já as viagens dadas como prêmio deixam o maior valor residual para o participante, permanecendo vivas na

memória do ganhador por mais tempo, podendo chegar à marca de dez ou doze anos.

Mediante explanação sobre os espaços que compõem o conjunto de orlas na cidade de Aracaju, temos: Orla de Atalaia, Orlinha do Bairro Industrial e Orla Pôr-do-Sol, para as quais será demandada no período pós pandemia da COVID-19, pesquisa em loco com o público-alvo deste trabalho, objetivando mapear através do olhar do público referido, como se consolida o potencial turístico e como abrange-se o processo multicultural nos espaçamentos das orlas de Aracaju.

No desenvolvimento deste trabalho empregou-se pesquisa bibliográfica, em ênfase em manuais, legislação e dissertações acadêmicas, com intuito de ratificar a invenção da orla, e a compreensão do projeto orla na organização e estruturação da gestão integrada, governo e sociedade, no desenvolvimento e gerenciamento da construção de espaços urbanizados nas orlas marítimas e fluviais, com vistas a potencializar estes espaços como atrativo turístico.

No processo de continuidade desse trabalho, será realizada pesquisa de campo, no período pós pandemia da COVID-19, com aplicação de questionários em estabelecimentos comerciais, tendo como público-alvo: proprietários, funcionários e clientes, objetivando análise em loco nas orlas da cidade de Aracaju, compreendidas como: Orla de Atalaia, Orlinha do Bairro Industrial e Orla Pôr-do-sol, quanto ao seu espaçamento geográfico, atrativos naturais, processo de urbanização e o comportamento da sociedade, sobre uso e consumo das orlas referidas, após coleta de dados será realizado análise dedutiva para verificação e compreensão de como o público-alvo objeto desta pesquisa percebe o potencial turístico da orla e a consolidação do processo multicultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mensurando sobre a importância da Orla como produto turístico, ressaltamos os esforços realizados pelas três esferas do poder público com o apoio da sociedade civil organizada, no desenvolvimento de pesquisas e elaboração do

Projeto Orla com orientações desde a preservação das zonas costeiras, desenvolvimento e planejamento, até a gestão integrada almejando a manutenção da orla como espaço de lazer, recreação e multicultural, neste sentido, transformado em produto turístico contribuindo para o desenvolvimento urbano e financeiro dos municípios e geração de negócios e empregabilidade.

Como resultados obtidos, em acordo com a pesquisa bibliográfica inferida, é possível admitir a invenção da orla como benefício comum a sociedade e como potencial econômico para o país, que intrínsecos a orla, estão integrados lazer, entretenimento, diversidade, multiculturas, urbanização e a natureza, bem como, abonar que o governo e a sociedade almejam a preservação e sustentabilidade do meio ambiente, a urbanização dos espaços de forma responsável e o incremento como atrativo, consolidando as orlas em produto turístico.

Com resultados esperados, quando da aplicação e análise dos questionários ao público-alvo da pesquisa, objetiva-se a resolução da problemática que norteia este projeto, sobre mensurar e demonstrar como está sendo executado através do projeto de gestão integrada da zona costeira, com ênfase as orlas, dispondo sobre as perspectivas que poderão ser idealizadas com intuito da percepção do potencial turístico das orlas na cidade de Aracaju e como se percebe o processo multicultural no entorno das orlas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. Luiz Gustavo Medeiros (Org). **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. Brasília, DF: SEBRAE, 2011. 56 p. Publicado em parceria com o Ministério do Turismo e FGV. Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-7333-577-4

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Orla**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/941-projeto-orla.html#semin%C3%A1rios-do-projeto-orla>> Acesso em 12 mar. 2020.

_____. **Projeto Orla: Fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.

_____. **Projeto orla: Guia de implementação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 36p.

_____. **Projeto Orla: Implementação em territórios com urbanização consolidada.** Coordenação de Kazuo Nakano. — São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.

_____. **Projeto orla: Manual de gestão.** Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. — Brasília: MMA, 2006. p.88.

_____. **Projeto Orla:** Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla). 104 p.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria do Patrimônio da União. **Orientações para a destinação do patrimônio da União.** Brasília-DF, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2018-2020.** Ministério do Turismo. Brasília, 2018.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Negócios & Eventos:** orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo. 2.ed.2010. 61p.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Sol e Praia: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo. 2.ed.2010. 57p.

238

MOREIRA, JC. **Turismo em áreas naturais e o geoturismo.** In: Geoturismo e interpretação ambiental (online). 1 st ed. Ver. And enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 19-36. ISBN 978-85-7798-213-4. Available from Scielo Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134-02.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2020.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço:** dinâmicas de uso e ocupação do litoral do litoral do ES. Vitória: 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFES.

SANTOS, Cristiane Alcantara de Jesus. BISPO, Dalila Messias dos Santos. **Produção e Consumo nos Espaços Públicos e Privados de Lazer na Cidade de Aracaju:** O caso da Orla de Atalaia, Aracaju/SE. Aracaju. UFS: 2016. (Grupo de Pesquisa Gestão do Turismo e Hospitalidade/CNPq.) PICVO/UFS 2015-2016.

SOBREIRA, Jucileide da Silva. **Usos e Práticas Turísticas na Orla Marítima de Coruripe/AL.** Dissertação (Mestrado). São Cristóvão: PPGEO/UFS, 2019.

URRY, Jhon. **O Olhar do Turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Senac, 2007.

SOBRE OS AUTORES

Aldo Rezende

Coordenador do curso técnico integrado de Hospedagem
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes Campus Vitória Jucutuquara - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/4454826084460524>

Alessandra Conceição Monteiro Alves

Centro Universitário Uninassau Aracaju– Aracaju/SE

Aline Andrade Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo- PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe – IFS – Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/4337836692307726>

239

...

Ana Karla de Souza Abud

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/2720547210430667>

André de Oliveira Alves

Graduando em Bacharelado em Administração, Campus XVI
Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Irecê/BA
<http://lattes.cnpq.br/5422357041932689>

Anna Beatriz de Lima Vieira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Agronegócios-PROPAGA
Universidade de Brasília-UnB-Brasília/DF-Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6173144434767911>

Cássia Regina D'Antonio Rocha da Silva

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/1137495599294556>

Daniella Pereira de Souza Silva

Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares – PPGCULT
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/6679305858155718>

Donária Coelho Duarte

Professora Associada da Universidade de Brasília - UnB, Campus Planaltina – Brasília
<http://lattes.cnpq.br/7361440038891329>

Edna Castro de Oliveira

Programa de Pós Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/1029441038069805>

Fabício Lemos de Siqueira Mendes

Faculdade de Turismo – FACTUR
Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém/PA
<http://lattes.cnpq.br/7245720087255239>

Helena Doris de Almeida Barbosa

Instituto Histórico e Geográfico do Pará IHGP
Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém/PA
<http://lattes.cnpq.br/1262968603212396>

Isabella Perrotta

Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa ESPM-Rio
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/0405484529521542>

Itala Margareth Ranyol Aben-Athar

Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe - IFS - Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/1459940964160466>

Jerisnaldo Matos Lopes

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano - UNIFACS
Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Irecê/BA
<http://lattes.cnpq.br/5299026831471496>

Joab Almeida Silva

Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/1862568811283641>

José Augusto Andrade Filho

Programa de Pós-Graduação em Turismo- PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe – IFS – Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/5167675629028279>

Juliana Ferreira dos Santos

Doutoranda da Faculdade de Educação-FEUSP
Universidade de São Paulo-USP-São Paulo/SP
<http://lattes.cnpq.br/4753696702571127>

Laís Andrade Batista Cavalcanti

Bacharel em Agronegócios pela Universidade de Brasília - UnB, Campus Planaltina – Brasília
<http://lattes.cnpq.br/3882303613705421>

Lício Valério Lima Vieira

Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Turismo Profissional - PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe – UFS – Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/2083645926095500>

Maria José de Resende Ferreira

Programa de Pós Graduação em Educação Profissional
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES Campus Vitória - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/0930511555702384>

Maria Vanilúcia dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas - MBA
Universidade Tiradentes – Aracaju/SE – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5921205622704292>

Mônica Maria Liberato

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil

Rosiane Valente Palheta

Faculdade de Turismo- FACTUR
Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém/PA
<http://lattes.cnpq.br/6000194835637363>

Talita de Jesus Lima

Graduanda em Licenciatura em Ciências Naturais - Universidade de Brasília,
Campus Planaltina – Brasília
<http://lattes.cnpq.br/8934963111734636>

Valéria Lima Guimarães

Faculdade de Turismo e Hotelaria
Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ
<http://lattes.cnpq.br/5344912790840208>

Viviane Castro

Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/6707535140479754>

CENÁRIOS, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

